

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VITÓRIA DE OLIVEIRA RIBEIRO

**A CAMPANHA CONTRA A TEORIA CRÍTICA DA RAÇA NOS ESTADOS UNIDOS  
(2020-2023)**

Uberlândia

2024

VITÓRIA DE OLIVEIRA RIBEIRO

**A CAMPANHA CONTRA A TEORIA CRÍTICA DA RAÇA NOS ESTADOS UNIDOS  
(2020-2023)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Relações Internacionais.

Linha de pesquisa: Política Externa e Instituições Internacionais

Orientadora: Profa. Dra. Débora Figueiredo Mendonça do Prado

Uberlândia

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R484  
2024 Ribeiro, Vitória de Oliveira, 1996-  
A campanha contra a Teoria Crítica da Raça nos Estados Unidos (2020-2023) [recurso eletrônico] / Vitória de Oliveira Ribeiro. - 2024.

Orientadora: Débora Figueiredo Mendonça do Prado.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.191>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Prado, Débora Figueiredo Mendonça do, 1983-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



## ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 83, PPGRI				
Data:	04 de março de 2024	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	[hh:mm]
Matrícula do Discente:	12112RIT013				
Nome do Discente:	Vitória de Oliveira Ribeiro				
Título do Trabalho:	A CAMPANHA CONTRA A TEORIA CRÍTICA DA RAÇA NOS ESTADOS UNIDOS (2020-2023)				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Política Externa e Instituições Internacionais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Conexões entre os Ciberativistas negros no Brasil e nos Estados Unidos: Black Lives Matter e Ciberativismo Negro Brasileiro				

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Liliana Ramalho Froio - UFPB; Lara Martim Rodrigues Selis - PPGRI/UFU; Débora Figueiredo Mendonça do Prado - PPGRI/ UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Débora Figueiredo Mendonça do Prado - PPGRI/ UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

**Aprovada.**

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Debora Figueiredo Mendonça do Prado, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/03/2024, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lara Martim Rodrigues Selis, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/03/2024, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LILIANA RAMALHO FROIO, Usuário Externo**, em 12/03/2024, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5219978** e o código CRC **50778956**.

**Referência:** Processo nº 23117.015138/2024-87

SEI nº 5219978

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação não seria possível se eu não estivesse cercada de pessoas que me apoiaram e caminharam ao meu lado, tenho muito a agradecer. Agradeço à Deus, por me guiar por todo o caminho e pelas bênçãos recebidas. Agradeço a Felipe, meu marido e meu parceiro de vida, por todas as vezes em que regou os meus sonhos quando eu pensava em deixá-los morrer, por me lembrar que sou capaz sempre que esqueço, por me apoiar no parto desta dissertação também. Agradeço ao meu filho Samuel, o meu bebê, que me ensina tanto sobre a vida e sobre mim, mesmo ainda sendo tão pequeno. Agradeço aos meus pais Florisvaldo e Wilma, meus maiores professores, pelo cuidado e amor. Ao meu pai, por me mostrar os caminhos e ensinar que é possível, e por ser meu primeiro leitor sempre. À minha mãe, pelo colo, pelas conversas (muitas!) e apoio incondicional. Agora semeio junto dessa grande árvore, honro a história que os trouxe até aqui. Agradeço à Dora, minha irmã, por rir e chorar, por caminhar de mãos dadas comigo. Somos incríveis juntas! Agradeço à minha sobrinha Ivy, pela esperança e por me fazer ver o mundo com os seus olhinhos. Agradeço aos meus avós (*in memoriam*) Salvador e Marcita, que sonharam comigo esse sonho, mas que também me ensinaram que a vida é muito mais que títulos. Agradeço à Márcia e Vera Lúcia, minhas tias do coração, por acreditarem em mim e serem rede de apoio quando eu mais precisava. Agradeço às minhas amigas Gi, Jojo, Maria e Sousita, pela escuta gentil e amorosa. Agradeço à minha orientadora Débora, que foi paciente com tantas mudanças que aconteceram na minha vida e que refletiram no processo da pesquisa. Sempre estive tão presente e sempre tão “Posso te ligar agora?”. Obrigada por todos os “Já deu certo!”, pela disponibilidade e liberdade. Agradeço aos professores do PPGRI-UFU, especialmente Lara e Filipe, pela leitura, sugestões e reflexões. Agradeço aos colegas, por serem solícitos e por tudo que compartilhamos nesses anos. E, por fim, agradeço à CAPES, pelo auxílio financeiro que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

## RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar o debate sobre a Teoria Crítica da Raça (TCR) nos Estados Unidos e a reação da extrema-direita a este movimento, com foco para a campanha contra a TCR e as legislações federais e estaduais pendentes e aprovadas relacionadas a educação antirracista, entre 2020 e 2022. Para isto, a pesquisa responde o que é a TCR pela perspectiva de seus teóricos, contextualiza o avanço da extrema-direita e a TCR como seu inimigo simbólico representando a resistência à educação antirracista, e analisa as mudanças relacionadas ao assunto no âmbito legislativo federal e estadual. As hipóteses partem da afirmação de que os ataques a TCR e as tensões em torno do debate sobre raça e legislações contra a TCR são parte de um esforço ideológico para deslegitimar perspectivas históricas de raça e racismo da nação americana, impedir grupos marginalizados de participar da vida cívica e manter o status quo racial e o poder político. Além disso, esse esforço ideológico é parte de um movimento mais amplo e transnacional articulado por grupos conservadores da extrema-direita que utilizam de mecanismos institucionais para bloquear o avanço de pautas progressistas, evidenciando a forte polarização e divisão da sociedade norte-americana nas ações envolvendo o combate ao racismo. Através da fundamentação teórica e da discussão sobre a TCR, este trabalho busca analisar e mapear as legislações de banimento implementadas pelos governos subnacionais. Através do mapeamento e análise, é possível identificar a onda de legislações contra a TCR, mais especificamente contra o debate sobre raça, que se constrói como um movimento contra a educação antirracista nas escolas, instituições de ensino superior e instituições públicas e privadas.

**Palavras-chave:** Raça e Racismo; Teoria Crítica da Raça; Educação antirracista; Estados Unidos.

## ABSTRACT

The research aims to analyze the debate on Critical Race Theory in the United States and the conservative reaction, focusing on the anti-CRT campaign in schools and pending and approved federal and state legislations related to anti-racist education, among 2020 and 2022. To this end, the research answers what critical race theory is from the perspective of its theorists, contextualizes the advance of the extreme right and the CRT as its symbolic enemy representing resistance to anti-racist education, and analyzes the related changes to the subject at the federal and state legislative level. It is argued that the attacks on the CRT and the efforts surrounding race debate and anti-TCR legislation are part of an ideological effort to delegitimize the American nation's historical perspectives of race and racism, prevent marginalized groups from participating in civic life, and maintain the racial status quo and political power. This ideological effort is part of a broader and transnational movement articulated by conservative groups that use institutional mechanisms to block the advancement of progressive agendas, highlighting the strong polarization and division of North American society in the actions involved in combating racism. From the lens of Critical Race Theory, we analyzed and mapped anti-CRT legislation or legislation against education and the race debate. The research is based on federal and state legislation, such as Federal Executive Orders decreed by presidents and state Executive Orders decreed by governors, and state bills and laws. Through mapping and analysis, it is possible to identify the wave of legislation against the CRT, more specifically against the debate on race, which is being built as a movement against anti-racist education in schools, higher education institutions and public and private institutions.

**Keywords:** Race and Racism; Critical Race Theory; Anti-racist education; United States.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os estados contra a Teoria Crítica da Raça.....	68
Figura 2 - A onda de legislações contra a Teoria Crítica da Raça.....	69
Figura 3 - Número de medidas anti-TCR (2022) em relação aos estados vermelhos e azuis...73	

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legislações aprovadas.....	61
Quadro 2 - Categorias analisadas das legislações aprovadas.....	64
Quadro 3 - Outras medidas contra a Teoria Crítica da Raça.....	71
Quadro 4 - Status Trifecta por Estado.....	74

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 - TEORIA CRÍTICA DA RAÇA: UM ESFORÇO TEÓRICO-CRÍTICO SOBRE RAÇA.....</b>	<b>15</b>
1.1 Origens da Teoria Crítica da Raça.....	18
1.2 Arcabouço teórico.....	21
1.3 Teoria Crítica da Raça na educação.....	28
<b>CAPÍTULO 2 - O AVANÇO DA EXTREMA-DIREITA E A CAMPANHA CONTRA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NOS ESTADOS UNIDOS.....</b>	<b>34</b>
2.1 A Teoria Crítica da Raça como inimigo simbólico da extrema-direita.....	34
2.1.1 Oportunidade política e a identificação do inimigo.....	35
2.1.2 A construção do inimigo.....	36
2.1.3 A campanha contra a educação antirracista.....	40
<b>CAPÍTULO 3 - AS AÇÕES DE BANIMENTO E RESTRIÇÕES ESTADUAIS À APLICAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA DA RAÇA NOS ESTADOS UNIDOS (2020-2022).....</b>	<b>53</b>
3.1 Legado da Ordem Executiva 13950.....	54
3.2 Outras medidas contra a TCR.....	70
3.3 Composição partidária das legislaturas estaduais.....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE A - Legislações propostas (2021-2023).....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE B - Legislações pendentes.....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE C - Quantidade de Legislações por Estado.....</b>	<b>147</b>

## INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado por uma onda de protestos por justiça racial depois da morte de George Floyd, estrangulado e assassinado em uma abordagem policial que foi filmada, as imagens chocantes foram publicadas nas redes sociais causando uma onda de revoltas espalhadas pelo mundo, em cidades da Europa, Austrália, Coreia do Sul e Japão. Quando os protestos eclodiram, estava nítido que a luta não era apenas pelo fim da violência policial, mas também da desigualdade racial em todos os âmbitos. O acontecimento e os protestos destacaram a urgência em se debater racismo sistêmico e cobrar mudanças das autoridades. O movimento Black Lives Matter (BLM) ganhou notoriedade em meio à convergência da pandemia e dos protestos contra a violência policial (FRASER, 2021). Os ativistas do BLM implementaram estratégias com o objetivo de destacar de maneira inequívoca o papel do estado na perpetuação da desigualdade racial. Demonstraram que aquilo que frequentemente é interpretado como uma escolha pessoal está, na realidade, profundamente influenciado por decisões de eleitores, autoridades políticas, funcionários públicos e pelo preconceito/racismo arraigado nas instituições. Os vídeos de violência policial divulgados na internet foram uma das formas de revelar o tratamento desigual dado aos afro-americanos e pessoas não-brancas, e também como o poder do Estado interage de forma diferente com corpos negros e brancos. Foi assim que o movimento e a causa ganharam visibilidade e empatia (THURSTON, 2018).

Os protestos tomaram proporções imensas por todo o território estadunidense destacando a história de brutalidade policial e racismo no sistema de justiça criminal, escancarando as injustiças raciais e estimulando reformas; e a pandemia escancarou as disparidades no acesso à saúde, já que negros e comunidades não-brancas foram atingidos desproporcionalmente pelo vírus e pela interrupção econômica causada pela pandemia. Injustiça racial e estrutura institucional pautaram os debates e resultaram na implementação de reformas policiais e programas sociais pelo país (HAMILTON, 2021; FORTIN, 2021).

No entanto, como a história do movimento antirracista não é linear, esses avanços e novas reformas resultados dos protestos em prol da justiça racial geraram resistências e contenção. A reação ao movimento por justiça racial aconteceu de várias formas, e uma delas envolveu a onda de legislações banindo “determinados conceitos” e o ensino da teoria crítica

da raça nas escolas, universidades e em locais de trabalho públicos, que começou com a declaração e assinatura de uma Ordem Executiva por Donald Trump.

Donald Trump, sucessor de Obama, eleito em 2016, atacou publicamente a Teoria Crítica da Raça, os treinamentos sobre diversidade e anti-preconceito, o Projeto 1619 da New York Times e o movimento Black Lives Matter, após os protestos globais por justiça racial (MILLER, et.al, 2022). E assinou a Ordem Executiva 13950, que limitava como os treinamentos sobre diversidade para funcionários públicos federais poderiam abordar o tema sobre raça. Trump declarou haver inimigos que não acreditam na igualdade e dignidade da nação e se baseiam em hierarquias de identidade social e política afirmando que o país é racista e sexista. Ele enfatizou que essa ideologia é “destrutiva” e “maligna”, e está presente, por todo o país, em treinamentos sobre diversidade em locais de trabalho. Sendo assim, ele assinou a Ordem Executiva que proibia a promoção de estereótipos de raça e sexo aos funcionários públicos nos postos de trabalho federais, uma consistente movimentação em defesa dos privilégios garantidos pela supremacia branca.

A Ordem Executiva 13950 causou interrupções de muitos programas de diversidade e permaneceu em vigor por apenas alguns meses, até dezembro de 2020 quando um tribunal distrital suspendeu sua aplicação; e em janeiro de 2021, o recém-eleito presidente Joseph Biden a revogou completamente. O presidente Biden editou a Ordem Executiva 13985, revogando os ataques institucionais de Trump à Teoria Crítica da Raça (TCR) (Ordem Executiva 13950 e a Comissão 1776).

Entretanto, os políticos conservadores, especialmente as alas do partido republicano que convergiram para a extrema-direita no espectro político, continuaram seus esforços para proibir a TCR, com uma onda de leis estaduais de banimento. Houve uma rápida construção de uma caricatura de vilão para a Teoria Crítica da Raça, junto da campanha contra a educação antirracista e treinamentos sobre diversidade. Os ideólogos da extrema-direita usam da estratégia de criar inimigos simbólicos que induzem o medo para provocar discussões políticas que promovam a agenda ideológica da extrema-direita. É o que justifica os ataques a TCR que vão além da crítica aos princípios da teoria, transformando-a em inimigo simbólico para provocar o medo cultural e político relacionado à raça e racismo para mobilizar a base política da direita e captar possíveis apoiadores das políticas da extrema-direita (LÓPEZ, et al., 2021). A TCR é acusada de promover uma cisão na unidade nacional e romper com os sonhos dos pais fundadores da república.

Os estados dominados pelos legisladores republicanos começaram as leituras e votações de projetos de lei envolvendo o assunto educação e a questão da raça, proibindo o

ensino da TCR, ou baseado na TCR. Ainda que a questão envolvesse também os treinamentos em diversidade para funcionários públicos, muitos legisladores republicanos juntamente com os conservadores da extrema-direita escolheram focar nas escolas públicas. Em alguns estados, as leis proíbem o ensino da TCR em sala de aula. Em outros estados, as leis têm como público-alvo instituições e empresas, proibindo-as de fornecer treinamentos que discutem raça ou gênero e sexualidade no local de trabalho (MILLER, et.al, 2022).

Destaca-se aqui dois aspectos: (1) A vitória de Biden, por um lado, foi considerada a derrota do que se vê como conservador e antidemocrático, por outro lado, o Poder Judiciário Federal e sua configuração apresentam a “nova ordem constitucional” que vem sendo construída. Apesar da derrota de Donald Trump, os três juízes da Suprema Corte e os 53 juízes das cortes federais de apelação, os quais foram nomeados por Trump e têm histórico polêmico sobre decisões de direitos civis de grupos minoritários<sup>1</sup>, continuaram ocupando seus cargos. Por trás disso, existe uma estratégia por parte do movimento da extrema-direita para ganhar força. (2) O sistema federalista é um modelo de unificação dos Estados Unidos, uma das características do desenho institucional do país. Ele consiste na autonomia entre os governos subnacionais e governo federal, e varia entre harmônico, estável, conflituoso, de acordo com o equilíbrio estabelecido pelas unidades. Neste caso apresentado, as interações são marcadas por tensão, o que explica a autonomia dos estados em implementar leis que podem não ser condizentes com o governo de Biden (PRADO, 2013).

Posto isso, é possível afirmar que a vitória de Biden e a revogação da OE de Trump não colocou fim a discussão da extrema-direita sobre a educação antirracista e o debate sobre raça/racismo. Muito pelo contrário, com a autonomia do âmbito legislativo dos governos subnacionais, a campanha contra a Teoria Crítica da Raça tomou proporção nacional (independente do presidente e da administração progressista).

Nesse contexto, procura-se responder à seguinte pergunta: de que forma se deu a campanha contra a Teoria Crítica da Raça e a educação antirracista, no âmbito do legislativo estadual, no país?

As hipóteses da presente pesquisa partem da afirmação de que os ataques a TCR são parte de um esforço ideológico para deslegitimar perspectivas históricas de raça e racismo da nação americana, impedir grupos marginalizados de participar da vida cívica e manter o poder

---

<sup>1</sup> Em junho de 2022, a Suprema Corte dos Estados Unidos derrubou a decisão Roe v. Wade, que garantia o direito ao aborto em âmbito federal desde 1973. Desde que foi aprovada, a lei passou por diversos ataques de setores religiosos e conservadores em ações judiciais na Suprema Corte. Com o "ápice institucional" atingido pelos setores religiosos conservadores com o governo de Trump, o perfil Judiciário Federal americano foi transformado. (OBERMULLER et al., 2022)

político (BONILLA-SILVA, 2019). Argumenta-se também sobre a autonomia dos estados em fazer legislações que não acompanham legislações federais. A eleição de Biden e a anulação da Ordem Executiva de Trump não impediu que os estados reproduzissem o mesmo movimento de atacar a TCR, o projeto 1619 e limitar o debate de raça e racismo nas instituições públicas. Mesmo numa situação em que se tem um governo progressista a nível federal, a nível subnacional a tensão se mantém. Portanto, é uma estratégia dos conservadores da extrema-direita perseguir objetivos a nível estadual.

O propósito deste estudo consiste em analisar o debate em torno da Teoria Crítica da Raça nos Estados Unidos, destacando a resposta conservadora a esse movimento. O foco recai sobre a campanha contrária à TCR e as legislações estaduais pendentes e aprovadas relacionadas à educação antirracista, no período compreendido entre 2020 e 2023. Para isso, procura-se analisar o que realmente é a teoria crítica da raça pela perspectiva de seus teóricos, contextualizar o avanço da extrema-direita e a TCR como inimigo simbólico representando a resistência à educação antirracista nas escolas, e; analisar as legislações a nível federal e estadual.

A Teoria Crítica da Raça parte do pressuposto de que a estrutura de poder atua com várias formas de racismo ao longo da história do país, onde os sujeitos são racializados. Compreende-se aqui o argumento teórico de que ninguém está “além da raça” em sociedades que são racializadas, a lógica e a prática da raça estão enraizadas no sistema de dominação das sociedades modernas. Esse sistema de dominação é produto de uma ordem racial estruturada, com práticas, mecanismos, instituições e comportamentos coletivos que reproduzem a desigualdade racial e o privilégio branco (BONILLA-SILVA, 2019). Os privilegiados buscam sempre manter o *status quo* e defender a ordem que os beneficia, podendo usar práticas agressivas ou passivas agressivas ou seguir um “roteiro”. O *status quo*, responsável pela alienação do negro das oportunidades que o sistema podia oferecer, nos âmbitos políticos, econômicos e culturais, persiste até os dias atuais (CALDEIRA, 1994).

Com a Teoria Crítica da Raça (TCR), é possível construir uma análise com uma lente que explora como a raça e o racismo foram moldando as instituições e regras americanas. A partir da teoria, parte-se do pressuposto de que o racismo faz parte da base das leis e políticas americanas (HICKEY, 2022). São as instituições que recriam a desigualdade racial pelas práticas “neutras”, “encobertas”. A linguagem atualmente utilizada não está conectada às

distinções raciais, e sim a leis “neutras”<sup>2</sup>, em que o racismo está implícito, que têm efeito de limitar minorias (ERMILUS, 2014).

A TCR e suas contribuições podem ser usadas para analisar a onda de leis de banimento da própria teoria crítica da raça e da proibição do debate sobre questões de raça. Abordar a teoria crítica da raça e as narrativas revisionistas críticas de momentos históricos racializados possibilita discussões importantes sobre a persistência do racismo na sociedade americana e a constante busca pela manutenção da estrutura racial do modo como ela é (CROWLEY, 2013).

Para a realização deste trabalho, foi feita uma revisão teórica sobre os principais aspectos da Teoria Crítica da Raça em seu campo de origem, o Direito, e da TCR no campo da educação. Para a investigação sobre a campanha contra a TCR e a educação antirracista, foram exploradas fontes primárias e secundárias, informações de jornais, noticiários, argumentos e pareceres de indivíduos de grupos conservadores de extrema-direita. Além disso, para analisar as ações de banimento e restrições à TCR no âmbito estadual, foi feito um mapeamento de dados, examinando as legislações que se valem das jurisprudências subnacionais, os seus conteúdos e o público-alvo. Os bancos de dados usados foram: *Education Week*, *School of Law-Critical Race Studies-UCLA*, e *Pen America*. Foram analisadas também legislações pendentes a nível federal e, principalmente, as Ordens Executivas de Trump e Biden. O mapeamento das legislações foi feito em conjunto com o grupo do INEU, por Débora Prado, Júlia Assad e Vitória Ribeiro. Primeiramente, fizemos um mapeamento das legislações estaduais que se referiam a TCR, ao Projeto 1619, raça e racismo na educação e em treinamentos, e/ou conceitos divisivos, entre os anos de 2020 e 2023. O debate começa em 2020, mas as legislações começam a ser propostas em 2021. A partir das pesquisas da *UCLA*, *PEN America* e *Education Week*, dentro do recorte da presente pesquisa, foram analisadas legislações que abordam raça na educação e em treinamentos, entre os anos de 2021 (apesar de o debate ter se iniciado em 2020, com a Ordem Executiva de Trump) e 2023 (novembro de 2023).

A dissertação está organizada em 4 capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar as origens da Teoria Crítica da Raça e seu arcabouço teórico. Além disso, pretende-se demonstrar do que se trata a TCR no campo da educação, através da perspectiva dos estudiosos da educação que utilizam a teoria como ferramenta analítica. Dessa forma, é

---

<sup>2</sup> As chamadas “leis neutras” são as leis que o caráter racista está implícito em seu conteúdo, nas suas consequências e garantias, de acordo com os teóricos críticos da raça. As legislações analisadas neste trabalho visam barrar esse debate levantado pela TCR.

possível examinar o que se pretende com a práxis da teoria crítica da raça no processo educacional, e assim, compreender as estratégias e objetivos dos defensores da TCR.

O segundo capítulo tem como objetivo explorar a intersecção entre o avanço da extrema-direita e a campanha contra a educação antirracista nos Estados Unidos. A campanha “anti-TCR” foi criada e é sustentada pelos políticos de direita, particularmente o Partido Republicano. Destaca-se que a questão da raça e do racismo não é a única preocupação ou o único inimigo simbólico da extrema-direita; além da raça, sexo, sexualidade e orientação sexual são outras questões que os grupos conservadores da extrema-direita utilizam como pauta para captar mais eleitores. Sem embargo, a presente pesquisa foca na questão da raça e apresenta neste capítulo como a TCR se tornou um inimigo simbólico da extrema-direita, e de que forma nasceu a campanha contra a educação antirracista e como ela se mantém mesmo diante de um governo federal que defende pautas progressistas.

O terceiro capítulo apresenta a pesquisa empírica articulada em legislações anti-TCR aprovadas, não aprovadas e pendentes, com as análises sobre o conteúdo, público-alvo e a expressão “conceitos divisivos” que aparece na maioria dessas legislações; analisando qual partido político está sob o controle do legislativo e/ou do governo subnacional (partido dos governadores) dos estados dessas leis tratadas. Além disso, neste capítulo, serão analisadas também as regras e resoluções criadas por outros tomadores de decisões, como Conselhos e Distritos Escolares, ainda a nível estadual.

Nas considerações finais, apresenta-se os principais pontos discutidos e a retomada das hipóteses e as respostas encontradas. A onda de legislações contra a TCR é na verdade um movimento contra a educação antirracista. Foi possível identificar as estratégias dos grupos de extrema-direita e se aprofundar no conteúdo das legislações e seus objetivos implícitos. Descobrimos também que não é um debate exclusivo sobre raça, a onda contra a TCR caminha junto com a onda contra o debate de gênero e sexualidade, e tudo isso aponta para o real “campo de batalha”: a educação. Essa retórica de oposição à TCR foi construída para os objetivos políticos dos grupos da extrema-direita, plantar e fazer crescer o debate e captar mais eleitores.

## **CAPÍTULO 1 - TEORIA CRÍTICA DA RAÇA: UM ESFORÇO TEÓRICO-CRÍTICO SOBRE RAÇA**

Os Estados Unidos são descritos como um palco de uma aglomeração de grupos de origens diversas em se tratando de origens nacionais, raciais, étnicas e culturais, mas toda a sua história é acompanhada pela discriminação e exclusão, tanto no passado quanto no presente. Por toda a história da nação, houve certa incapacidade de aceitar as diferenças e assimilá-las, principalmente quanto mais distantes das formas culturais, sociais, estéticas e religiosas com as quais as elites se identificavam. Os estudos sobre a Colonização Inglesa no Novo Mundo e as origens do racismo evidenciam como os negros, para os europeus, não eram apenas diferentes, eram também inferiores. Houve uma generalização da inferiorização dos indivíduos de origem africana nos Estados Unidos e foi essa construção social e simbólica que levou à naturalização dos mitos, que definiam as representações dos negros. A presença anglo-saxônica foi a dominante e trazia a ideologia da supremacia de raça; diferenças físicas enquanto significado e símbolo de raça (CALDEIRA, 1994; MORAIS et al., 2010).

A forma de organização dos povos nativos era considerada uma ameaça aos valores da civilização europeia, tratada como um modelo “não-respeitável”. A escravização dos povos africanos era justificada através da criação da noção de raça negra como inferior, animalesca, não civilizada e pagã. Havia certa fantasia sobre a proximidade entre o negro e o animal, mesmo sabendo que estavam lidando com seres humanos, os europeus insistiam em descrevê-los como “brutos” e “bestiais”. E a suposta inferioridade da raça negra era justificada com o argumento de que Deus criou raças superior e inferior, portanto, “naturalmente” a pele negra carregava essa carga negativa, como um fruto de maldição (ABRAMS, 2020; CALDEIRA, 1994).

Com a evolução da economia de plantação, houve uma generalização da inferiorização dos indivíduos de origem africana nos Estados Unidos. Foi essa construção social e simbólica que levou à naturalização dos mitos, que definiam as representações dos negros. O desconhecimento da realidade do Africano, a falta de proximidade e convívio entre brancos e negros, a escravização e tudo o que essa condição remetia, indigência, analfabetismo e irresponsabilidade (CALDEIRA, 1994).

A situação do negro era degradante, havia a segregação, os direitos civis eram invalidados, constituições dos estados do Sul permitiam linchamentos e perda do direito de voto. Na década de 1860, na Guerra Civil dos Estados Unidos estava em jogo a escravidão que teve seu fim em 1865 como resultado da guerra, e mesmo no pós-abolição, levou tempo

para as autoridades chegarem num consenso sobre a participação dos negros na nova Nação. Um dos paradoxos que dificultou a reconstrução foi a ideia de inferioridade inata dos negros, até mesmo os abolicionistas não acreditavam no potencial intelectual e político dos negros. A população negra não foi integrada à sociedade e enfrentou processos de segregação, restrição de acesso à cidadania, de exclusão social e de racialização (BRUCE, 2021; MORAIS et al., 2010; CALDEIRA, 1994).

Mesmo após 1868, com a aprovação das leis de direitos civis exigindo acesso igual aos estabelecimentos, pouco foi feito para aplicá-las; e o que se tinha era a segregação formal e informal baseada em critérios raciais, e fundamentada na doutrina “separados, mas iguais” (MORAIS et al., 2010). Nada impediu a elite branca americana de impor novas formas de degradação aos negros. No período Pós-Reconstrução, “era *Jim Crow*”<sup>3</sup>, a partir de 1877, foi possível perceber o desmantelamento dos direitos conquistados até então. Com as leis “*Jim Crow*”, os negros experimentaram intensa segregação<sup>4</sup> que se estendia de norte a sul do território, especialmente no “núcleo da região Jim Crow”, nos estados de Alabama, Arkansas, Geórgia, Flórida, Kentucky, Louisiana, Mississippi, Missouri, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Tennessee, Texas e Virgínia. Os negros foram colocados à margem das concepções de liberdade e igualdade que presidiam no país (BRUCE, 2021; ABRAMS, 2020). Aliás, se há algo estável na história dos Estados Unidos, desde a independência, é a exclusão dos não-brancos desse sistema chamado democracia.

Destaca-se aqui portanto, a construção de sujeitos racializados, instituída por discursos religiosos, científicos e por uma violência direta, objetiva, que destruía os corpos dos indesejáveis, juntamente com as várias formas de racismo ao longo da história, constituiu o modo como a estrutura de poder atua (CALDEIRA, 1994). Para manter o *status quo* racial, a saída era privar os direitos dos negros. Foram impedidos de votar, de participarem da política,

---

<sup>3</sup> “Período de um século que se seguiu ao fim da Guerra Civil nos EUA (1865), no qual em reação ao fim da escravidão, parlamentares aprovaram leis de segregação racial em estados sulistas. Jim Crow é um personagem criado pelo ator branco Thomas D. Rice (1808-1860), que recorria ao blackface (pintar o rosto de preto) para personificar os estereótipos associados aos negros.” (HILL COLLINS, 2019, p.50).

<sup>4</sup> A sociedade norte-americana, no pós-abolição, tinha aparatos científico, religioso e político que favoreciam a tese de excepcionalidade do país. O que se instalou no país foram políticas segregacionistas e valorização da noção de supremacia branca, que se estenderiam pelo século XX. A comunidade branca insistia em manter as antigas hierarquias raciais, mulheres e homens negros eram alvos de atos violentos de resistência a abolição, a sociedade condenava a mistura racial e teorias do racismo científico, reforçavam o desejo de pureza racial. O resultado foi a restrição dos direitos dos libertos e reafirmação de que a identidade nacional era sustentada exclusivamente pela hegemonia da população branca (KELLEY; LEWIS, 2005). “Signs appeared reading “white” and “colored” for drinking fountains, toilets, telephone booths, and streetcars. Each race had its own hospital and prison; libraries were for whites only; theaters consigned blacks to the balcony. The races could not visit the park or the zoo together. In some southern states, there were separate Bibles for each race in courts of law, and blacks could not play checkers with whites. In the field of education, there were separate public schools for each race, and white students would never touch textbooks used by blacks. (...)Even in death, segregation applied, for black and white corpses were interred in separate cemeteries.” (BRUCE, 2021, p.16).

exercer o direito de cidadão, os ataques se ampliaram ao âmbito da vida social, escola, trabalho, e até o direito à vida (BRUCE, 2021).

Até a década de 1950, parecia impossível qualquer avanço em direção aos direitos dos negros. Ficou evidente que não seria possível pôr fim às leis *Jim Crow* apenas pela via legal, o processo gradual e lento não seria suficiente.

O movimento pelos direitos civis atuou em todo o território americano, no Sul e no Norte, nas cidades e no campo, envolvendo mulheres e homens que lutavam por direitos econômicos, políticos e por dignidade social. O movimento envolveu a ação coletiva afro-americana e ciclos de mobilização. O crescimento de instituições e organizações negras como igrejas, escolas e a NAACP sustentaram a mobilização política e foram centrais para a vida e identidade dos negros (MORAIS et al., 2010, p.205; BRUCE, 2021).

Os ganhos dos movimentos negros dos anos 1960 e 1970 envolveram representatividade negra nas manifestações culturais, nos esportes e na política, o fim da segregação formal<sup>5</sup> e a presença de corpos negros em ambientes antes não vistos (restaurantes, hotéis, serviços públicos), “escolas misturadas”, ações afirmativas, cotas raciais, consequentemente, o ingresso de negros nas universidades e no funcionalismo público, expansão da classe média negra, figuras negras passaram a exercer influência sobre o poder político<sup>6</sup> e receberam indicação para posições importantes pelos presidentes Johnson e Nixon.

Apesar de alguns avanços, o contexto de desigualdade racial persistia e ainda persiste nos EUA. A segregação legal é proibida, casamento interracial é permitido, aumentou a expectativa média de vida dos negros, o nível de educação aumentou, a porcentagem de mulheres negras trabalhando como empregadas domésticas caiu de 60% para 2% (1940-2020); a maioria atingiu a classe média, mais de 40% têm casa própria, entre outros avanços. Entretanto, os negros permanecem na base da hierarquia social, ainda existe desigualdade racial que se deve aos fatores sociais, históricos, culturais, ideológicos (BRUCE, 2021).

Apesar dos avanços, citados acima, o pensamento racial está enraizado no imaginário e se manifesta cotidianamente nas relações sociais. Para Caldeira (2014, p.33), “o fato de se ter entranhado nas mentes durante todos estes longos séculos fez com que habite em cada um de nós naquela zona amorfa do senso comum e nas estruturas sociais como um mal sistêmico que contamina a política, a economia, a educação e até a tessitura habitacional”. É importante que se reconheça a forma como a estrutura de poder atua, com várias formas de racismo ao

---

<sup>5</sup> Lei dos Direitos Civis de 1964, proibia a discriminação baseada em raça, cor, religião, sexo ou origem nacional.

<sup>6</sup> A Lei do Direito ao Voto de 1965 declarou o fim das práticas eleitorais discriminatórias.

longo da história do país, onde os sujeitos são racializados. Compreende-se aqui o argumento teórico de que ninguém está “além da raça” em sociedades que são racializadas, a lógica e a prática da raça estão enraizadas no sistema de dominação das sociedades modernas. O foco é nesse sistema de dominação, produto de uma ordem racial estruturada, com práticas, mecanismos, instituições e comportamentos coletivos que reproduzem a desigualdade racial e o privilégio branco (BONILLA-SILVA, 2019). Os privilegiados buscam sempre manter o *status quo* e defender a ordem que os beneficia, podendo usar práticas agressivas ou passivas agressivas ou seguir um “roteiro”. O *status quo*, responsável pela alienação do negro das oportunidades que o sistema podia oferecer, nos âmbitos políticos, econômicos e culturais, persiste até os dias atuais (CALDEIRA, 1994).

Destaca-se aqui a importância da compreensão de que democracia é um projeto contínuo e não algo que está dado. Ao incorporarmos as contribuições teóricas da Teoria Crítica da Raça e utilizarmos essa perspectiva para analisar o objeto de estudo, percebemos que, mesmo numa democracia que necessita ser cultivada e revitalizada, as diferenças raciais ainda geram estranhamento e desconforto. Esse desconforto se manifesta na resistência em compartilhar os mesmos direitos políticos com os "outros". Além disso, é crucial reconhecer que a questão da raça e do racismo permeia todos os espaços e tempos.

Ao buscarmos respostas na história, compreendemos que os avanços e retrocessos nos direitos políticos democráticos são eventos recorrentes. As instituições, incluindo aquelas ligadas ao direito, não são "daltônicas" ou neutras em relação à cor. Seus valores e decisões são moldados pelas estranhezas provocadas pelas diferenças raciais.

Assim, ao adotarmos essa perspectiva crítica, torna-se evidente que a democracia demanda uma constante reflexão e ação para superar os desafios persistentes relacionados à igualdade racial.

## **1.1 Origens da Teoria Crítica da Raça**

A Teoria Crítica da Raça (TCR) teve como ponto de partida a luta pela implementação das ações afirmativas nos cursos de Direito nos Estados Unidos, nos anos 1980, à princípio, com as reivindicações feitas em Harvard, lideradas pela Associação de Alunos Negros do Direito, por reformas no processo seletivo do corpo docente e no currículo do curso. Derrick Bell, acadêmico do Direito, que foi o pioneiro na formulação da TCR, se dedicou por décadas de sua carreira a explorar o caráter racista da cultura jurídica e o racismo como uma característica permanente da vida americana e as legislações sobre direitos civis como leis que

serviam aos interesses dos brancos. Bell também militava pela inclusão de professores não-brancos nas universidades, e esta era uma pauta que ganhava apoiadores. Em 1983, Harvard Law tinha 60 professores efetivos de Direito, sendo apenas um negro e uma mulher, o que levou os estudantes a protestarem contra a falta de diversidade do corpo docente. Juntos desses estudantes estavam também Kimberlé Crenshaw e Mari Matsuda que incluíram ao protesto a insatisfação pela limitação do currículo de estudos jurídicos críticos, que era uma disciplina que questionava o sistema jurídico americano e sua neutralidade. Elas e os outros estudantes tinham como objetivo expandir o currículo para explorar a questão das leis e das hierarquias raciais (FORTIN, 2021).

Os acadêmicos do direito debatiam sobre o movimento dos estudos jurídicos críticos, que consistia num grupo de acadêmicos progressistas majoritariamente brancos que avançavam a ideia controversa de que a lei reforçava as hierarquias sociais estabelecidas, e que, portanto, o sistema não era neutro baseado em princípios objetivos. Os chamados “crits”, adeptos aos estudos jurídicos críticos (Critical Legal Studies - CLS), argumentavam que o sistema jurídico alimentava a desigualdade de classe, mas não chegavam a um acordo sobre as particularidades de raça (COBB, 2021).

A Teoria Crítica da Raça surgiu a partir do campo dos estudos jurídicos críticos na década de 1970, quando advogados, ativistas e estudiosos do Direito perceberam que os avanços da era dos direitos civis de 1960 havia se estagnado, e era possível observar o desmantelamento dos custosos direitos conquistados. Os estudantes, que queriam explorar além do que era investigado pelos “crits”, pesquisaram e desenvolveram ferramentas para compreender a persistência da desigualdade racial, mesmo após as legislações de direitos civis das décadas de 1950 e 1960. Em 1989, no *Workshop* organizado por Kimberlé Crenshaw, os estudantes estabeleceram as ideias que fariam parte da nova estrutura acadêmica, a Teoria Crítica da Raça (FORTIN, 2021). Crenshaw foi quem cunhou o termo “critical race theory”, quando procurou uma maneira de descrever o que o workshop abordaria e referiu-se a “novos desenvolvimentos na teoria crítica da raça”. O termo pretendia situar o grupo entre os “crits” da CLS e as questões raciais que não eram tratadas. Richard Delgado, Patricia Williams, Mari Matsuda e Alan Freeman começaram as publicações sobre raça, lei e poder em revistas jurídicas. Foi em 1989 que Crenshaw publicou o artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”, o qual ficou conhecido por seu argumento central, a interseccionalidade, mostrando a forma como as pessoas são ignoradas mesmo quando a lei antidiscriminação, em partes, as protege. Esse é um dos argumentos que a TCR aborda, e é

frequentemente utilizado em análises de políticas públicas, literatura, sociologia, história, etc (COBB, 2021).

Assim, a Teoria Crítica da Raça emerge como um movimento intrinsecamente ligado à batalha contra as estruturas de poder racial, reunindo vários ativistas e acadêmicos empenhados em analisar e transformar a interconexão entre raça, racismo e poder (DELGADO e STEFANCIC, 2017). Sua origem foi marcada pela requisição de uma revisão crítica sobre a eficácia das estruturas legais e paradigmas de igualdade para lidar com a marginalização econômica e social de grupos minoritários (CROWLEY, 2013). Os teóricos críticos da raça identificaram que o Direito tem papel fundamental na manutenção da hierarquia racial, motivando, assim, a formulação de mecanismos pela teoria que desafiam esses sistemas de dominação (ZUBERI, 2016).

A TCR foi inspirada nas seguintes vertentes teóricas: Estudos Étnicos, Nacionalismo Cultural, Feminismo do Terceiro Mundo, Estudos Críticos Legais, Marxismo e Neomarxismo, Estudos Coloniais. Além de se inspirar em figuras como Antonio Gramsci, Michel Foucault e Jacques Derrida, Sojourner Truth, Frederick Douglass, W.E.B Du Bois, César Chávez e Martin Luther King Jr., e nos movimentos Black Power e Movimento Chicano dos anos 60 e 70 (DELGADO e STEFANCIC, 2021).

As suas raízes estão nos Estados Unidos, mas após a primeira década de seu surgimento, começou a se fragmentar e incluir os asiáticos, latino-americanos, muçulmanos e árabes, e o grupo LGBTQ+. E também se desloca além das fronteiras disciplinares, para que se construa uma abordagem integrada de como a raça molda a vida social (CROWLEY, 2013). Os seus principais representantes são: Derrick Bell, Alan Freeman, Kimberlé Crenshaw, Angela Harris, Cheryl Harris, Charles Lawrence, Mari Matsuda e Patrícia Williams, Neil Gotanda, Mitu Gulati, Jerry Kang e Eric Yamamoto, Robert Williams, Laura Gomez, Ian Haney López, Kevin Johnson, Gerald Lopez, Margaret Montoya, Juan Perea e Francisco Valdes, Paul Butler, Devon Carbado, Lani Guinier e Angela Onwuachi-Willig (DELGADO e STEFANCIC, 2021).

## **1.2 Arcabouço teórico**

A compreensão da centralidade da raça e do racismo é um dos princípios da TCR. Normalmente, a raça é identificada pelo fenótipo, mas a seleção de certos traços humanos para designar grupos raciais é sempre social e não baseada na biologia (BONILLA-SILVA, 1997). Raça é, portanto, um termo chave para compreender a “tese da construção social”, já

que entende-se raça como categoria socialmente construída, o que significa que as noções de diferença racial são criações humanas sujeitas a mudanças e não categorias eternas (BONILLA-SILVA, 2006).

A tese da "construção social" compreende raça como um produto do pensamento e das relações sociais, enquanto categoria que a sociedade inventa e manipula convenientemente. E, portanto, racismo é como uma estrutura, uma rede de relações nos níveis social, político, econômico e ideológico que molda as oportunidades de vida das várias raças. Além de atos individuais evidentes, racismo é também as formas mais profundas e invisíveis, que ocorrem diariamente, em todo lugar, nos níveis institucional, social e epistemológico. Está enraizado e embutido nos processos de pensamento e estruturas sociais muito profundamente, a sociedade e tudo que envolve o funcionamento da mesma mantêm as minorias em posições de subordinação (CAPPER, 2015; DELGADO e STEFANCIC, 2017).

O racismo é estrutural, a sociedade opera de forma que o racismo é a experiência comum das minorias raciais compondo um sistema em que a ascensão de pessoas brancas sobre as minorias atende objetivos psíquicos e materiais para o grupo dominante. Existe uma forte tendência para que se acredite que o racismo está em declínio ou que classe é mais importante que a raça hoje, mas o racismo continua limitando as oportunidades das pessoas de cor.

And it is certainly true that lynching and other shocking expressions of racism are less frequent than in the past. Moreover, many Euro-Americans consider themselves to have black, Latino, or Asian friends. Many enjoy watching black or Latino entertainers and sports figures and listening to rap music. Still, by every social indicator, racism continues to blight the lives of people of color, including holders of high-echelon jobs, even judges. Policecommunity encounters are daily reminders that this continues to happen (DELGADO e STEFANCIC, 2017, p.22).

Se os afro-americanos ocupam, em maior número, cargos de prestígio social, o racismo permanece se difundindo na sociedade dos EUA, visto que esses ganhos sustentam o privilégio branco, perpetuando o racismo em outros níveis (LADSON-BILLINGS, 2011; CAPPER, 2015).

Outro princípio da teoria é o revisionismo histórico, que reexamina os registros históricos à procura das interpretações e experiências das minorias. Geralmente, este princípio tem perspectiva materialista, compreendendo os progressos e retrocessos das conquistas das minorias como questões que podem ser explicadas pelo lucro, oferta de trabalho, relações internacionais e interesses das elites brancas (DELGADO e STEFANCIC, 2021). A história revisionista recupera fatores essenciais para compreender a natureza do racismo na sociedade

americana, reexaminando o registro histórico da América e o substituindo por interpretações experienciadas pelas minorias (CROWLEY, 2013). Também chamada de “interpretações revisionistas das leis sobre os direitos civis americanos e sobre o progresso”, uma das principais preocupações dos teóricos é sobre a ineficiência das leis antidiscriminação americanas na reparação à desigualdade racial; além disso, se preocupam com a história do movimento antirracista, sendo marcado por períodos de avanço e outros de retrocesso. Essa questão é abordada geralmente utilizando ferramentas da psicologia da raça, autointeresse da branquitude, políticas colonialistas e anticolonialistas, etc (FERREIRA; QUEIROZ, 2018).

Dentro dessa “ciclicidade” da história do movimento antirracista, é normal que em uma sociedade com hierarquia racial exista contestação racial, revelando os diferentes interesses das raças. Embora as estruturas de classe e gênero no sistema social interajam com a estrutura racial, esta se torna um princípio organizador das relações sociais em si (BONILLA-SILVA, 1997). Quando a estratificação racial é estabelecida, a raça passa a ser critério independente para a hierarquia na sociedade. Sendo assim, diferentes raças experimentam diferentes posições de subordinação, por isso acabam desenvolvendo diferentes interesses. Os diferentes interesses das raças e as opiniões sobre o *status quo racial* dependem da localização sistêmica, quem se encontra no topo da pirâmide de privilégios da branquitude tende a ter opiniões de apoio ao status quo racial, diferente de quem está no “fundo do barril racial” (BONILLA-SILVA, 2006). O mesmo ocorre com as opiniões sobre questões raciais, as pessoas brancas e as pessoas não brancas concebem o termo “racismo” de formas diferentes. A maioria dos brancos entendem o racismo como preconceito, enquanto a maioria das pessoas não brancas veem o racismo como sistêmico ou institucionalizado.

E é a partir desses diferentes interesses que lutas específicas em diferentes níveis entre as raças resultam em mudanças, um componente natural do sistema racializado. Essas mudanças podem transformar a natureza da racialização e o caráter das relações raciais no sistema (BONILLA-SILVA, 1997; 2006). O fato é que mesmo que as experiências sejam diferentes diante da violência do racismo, as diferentes raças são o Outro dos brancos. A sociedade estruturalmente racista como os Estados Unidos se divide, ao final, entre os brancos e os não-brancos.

A própria história do pós-abolição apresenta as mudanças, que através da perspectiva teórica crítica da raça é comum, como o caso dos tipos de racismo apresentados por Bonilla-Silva (2006). Após a abolição da escravidão, os negros livres se tornaram uma ameaça à supremacia branca. Depois de 1865, surgiram leis e práticas segregacionistas que se solidificaram na década de 1880 com a promulgação das Leis de Jim Crow em todo o Sul do

país. As leis garantiam a supremacia branca privando os negros de seus direitos e os separando em todos os âmbitos da sociedade, em acomodações públicas, escolas, moradias, locais de trabalho, etc (BONILLA-SILVA, 2006).

A ideologia racial durante o período de Jim Crow era explicitamente racista, os brancos acreditavam que as minorias eram intelectual e moralmente inferiores e que deveriam, portanto, serem separadas. A segregação racial foi baseada em manter os negros em áreas rurais, principalmente no Sul, mantê-los como trabalhadores agrícolas e excluí-los do processo político. Entretanto, os negros reivindicaram sua posição, à princípio, migraram para as áreas urbanas no Sul e depois para o norte e oeste; se direcionando para ocupações não agrícolas e desenvolvendo organizações políticas, como a NAACP, o CORE, a National Urban League, o Southern Regional Council, e então a estrutura do *apartheid* racial começou a desmoronar.

Fatores demográficos, sociais, políticos e econômicos juntamente com a mobilização dos negros, tornaram a mudança inevitável. O movimento pelos direitos civis desafiou diretamente a ordem racial, protestos e revoltas em massa aconteceram nas décadas de 1960 e 1970 derrubaram a segregação, mas o fim da Jim Crow não significou o fim do racismo. No âmbito político, houve determinados avanços como o novo espaço político conquistado pelos negros, que tem atualmente influência direta pela presença e sensibilidade provocada nos outros políticos sobre as necessidades dos negros. Acabaram estabelecendo um vínculo direto entre governo e cidadania. (BONILLA-SILVA, 2006).

Ainda assim, os negros enfrentam limitações no sistema político, como é o caso de barreiras estruturais à eleição de políticos negros; uma série de barreiras à eleição de negros os mantêm afastados do jogo político, ajudando a preservar o poder político branco. Estratégias tentam diminuir o número de distritos eleitorais de maioria negra ou neutralizar o impacto eleitoral diluindo o voto negro. As estratégias incluem *redistritamento*, distritos legislativos plurinominais, segundo turno eleitoral, anexação de áreas predominantemente brancas, entre outras. Mostrando que, mesmo com o aumento do número de pessoas negras eleitas e nomeadas a cargos políticos (graças à luta pelo acesso ao sistema político), o impacto positivo sobre o status da comunidade negra ainda é limitado (CROWLEY, 2013).

A percepção comum entre os brancos, desde a década de 1960, é a de que o racismo é uma raridade, dispersa e distante, e que a discriminação desapareceu, levando à crença de que a maioria dos brancos é incapaz de "ver cor". Essa perspectiva ganhou destaque na década de 1960 e se disseminou amplamente com a eleição de Barack Obama como presidente em 2008 (BONILLA-SILVA, 2006). Trata-se do chamado "racismo daltônico", uma nova ideologia

racial que surgiu no final dos anos 1960. Essa ideologia envolve justificativas que os brancos utilizam para explicar a desigualdade racial contemporânea, eximindo-os de qualquer responsabilidade pelo status das pessoas de cor. Anteriormente, o racismo de Jim Crow fundamentava o status dos negros na suposta inferioridade biológica e moral, servindo para sustentar um sistema brutal de opressão racial. No final dos anos 1960, à medida que os mecanismos para manter o status quo racial mudaram, emergiu o "novo racismo" - mais sutil, institucionalizado e aparentemente não racial, conhecido como "racismo daltônico". Este evita argumentos sobre inferioridade biológica, preferindo justificar o status das minorias como resultado de dinâmicas de mercado, fenômenos naturais e limitações culturais, tornando-se a ideologia racial predominante.

O determinismo estrutural é outro componente central da Teoria Crítica da Raça (TCR), no qual os teóricos direcionam sua atenção para os modos pelos quais a estrutura do pensamento jurídico ou da cultura contribui para a manutenção do status quo (FERREIRA; QUEIROZ, 2018). A estrutura racial de uma sociedade abrange todas as relações e práticas sociais que reforçam o privilégio branco. Assim, os pesquisadores que exploram as estruturas raciais devem identificar os mecanismos sociais e políticos responsáveis pela reprodução do privilégio racial em uma sociedade. Os elementos que compõem essa nova estrutura racial são:

(1) a natureza cada vez mais encoberta do discurso racial e das práticas raciais; (2) a escapatória da terminologia racial e a crescente afirmação dos brancos de que eles vivenciam o "racismo reverso"; (3) a elaboração de uma agenda racial sobre questões políticas que evite referências raciais diretas; (4) a invisibilidade da maioria dos mecanismos de reprodução da desigualdade racial; e, finalmente, (5) a rearticulação de algumas práticas raciais características do período Jim Crow das relações raciais (BONILLA-SILVA, 2006).

Delgado e Stefancic (2017, p.29) afirmam que o campo da TCR se divide entre idealistas e realistas, os idealistas sustentam que o racismo é questão de pensamento e discurso, compreendendo raça enquanto construção social e não uma realidade biológica. Já os realistas ou "deterministas econômicos", entendem que o racismo é mais que discurso, "racism is a means by which society allocates privilege and status. Racial hierarchies determine who gets tangible benefits, including the best jobs, the best schools, and invitations to parties in people's homes." É através do racismo que a sociedade atribui privilégios e status.

A partir da perspectiva dos realistas, os privilegiados fazem a manutenção dessa estrutura. Ela permanece justamente porque indivíduos racializados como "brancos",

membros da raça dominante, recebem benefícios materiais da ordem racial. Isso pura e simplesmente já os faz lutar para manter seus privilégios. Em contraposição, os que são definidos como raças subordinadas lutam para mudar o status quo ou renunciando à sua posição. Existe uma estrutura que permanece em vigor por tais razões: membros da raça dominante lutam para manter seus privilégios enquanto os membros das raças subordinadas lutam para mudar o status quo; a desigualdade racial e as estruturas raciais existem porque beneficiam um grupo (BONILLA-SILVA, 2006).

Esse grupo defende a ideologia dominante, já que ela expressa os interesses da raça dominante, enquanto as ideologias de oposição desafiam o “senso comum” e fornece estruturas, ideias e histórias baseadas nas experiências das raças subordinadas. Conseqüentemente, a ideologia dominante é a ideologia racial que são as estruturas raciais usadas pelos atores da raça dominante para explicar e justificar o *status quo racial*. E para a raça subordinada, desafiar o status quo racial. O objetivo final da raça dominante é defender seus interesses coletivos: a perpetuação do privilégio branco sistêmico, por isso esse grupo desenvolve racionalizações, argumentos bem trabalhados e estratégicos para explicar o status das raças (BONILLA-SILVA, 2006).

Outro princípio da TCR é a crítica ao liberalismo. Através da perspectiva liberal existem a neutralidade racial e os princípios neutros do Direito Constitucional, que proporcionam igualdade de tratamento para todas as pessoas, independentemente da raça. Os teóricos atacam alguns pilares da jurisprudência liberal, como a neutralidade do direito constitucional, a cegueira da cor/ daltonismo (*colorblindness*) e o princípio do mérito (FERREIRA; QUEIROZ, 2018). Acreditam que o liberalismo não é um meio eficaz para enfrentar o racismo e apontam para o perigo de se notar apenas os danos raciais gritantes ao afirmar que existe neutralidade racial na forma de legislar e nas instituições de Direito como um todo (DELGADO; STEFANCIC, 2021).

A noção de meritocracia apaga o fato de que nem todos partem da mesma posição para adquirir mérito na sociedade (CROWLEY, 2013), enquanto a cegueira racial é uma forma de justificar a estratificação racial.

A realidade social de persistência da pobreza, da violência nos centros urbanos, das taxas de desemprego sem precedentes das pessoas de cor, das assombrosas taxas de encarceramento, dos acordos entre ricos e poderosos e da falência da tentativa de representar os interesses de pobres e negros, (...), são uma indicação de que a cegueira racial é justamente isso, ou seja, a ausência de percepção das realidades dos “direitos das minorias” e a solidariedade com o poder das elites (ZUBERI, 2016, p.480).

O não-reconhecimento do racismo é um grande obstáculo para a justiça racial. *Color blindness, cegueira de cor ou daltonismo* são expressões utilizadas pelas análises críticas para se referir ao equívoco em considerar que o problema do racismo nos Estados Unidos já foi superado. Os tribunais federais partem do princípio de que a sociedade americana está pronta para ignorar a cor de uma pessoa, e desconsidera a existência de uma complexa rede de discriminação, diferença de oportunidades e injustiça social. Apesar de se livrar da subordinação e segregação racial, a sociedade americana não se livrou do racismo e da discriminação (CALDEIRA, 2014). As concepções de igualdade "daltônica" que está explícita em regras que apontam para tratamentos iguais em todos os aspectos, podendo remediar apenas as formas explícitas ou flagrantes de racismo/discriminação (DELGADO; STEFANCIC, 2017). Como é o caso da autora Ladson Billings, que aponta para o caráter *daltônico* da natureza da lei dos EUA que ainda persiste e serve de apoio à Suprema Corte e legislação de direitos civis.

Esse “não-reconhecimento” do racismo é chamado por Neil Gotanda (2013) de “constitucionalismo daltônico”, e afirma que o seu uso para combater a discriminação racial é contraditório e permite que o sistema continue reproduzindo os mesmos padrões. O não-reconhecimento tem três elementos: (1) para que haja o não reconhecimento algo deve ser reconhecível como uma característica ou classificação racial; (2) a característica deve ser reconhecida; e (3) não deve ser considerada em uma decisão. Para que essa técnica do não-reconhecimento funcione, seria preciso reconhecer algo e não incluir e não deixá-lo influenciar na tomada de decisão (GOTANDA, 2013).

A aplicação dessa técnica ao direito consuetudinário substantivo tradicional ou a interpretação constitucional sugere ser um método neutro que evita a consideração de raça no processo de tomada de decisão, facilitando a meritocracia e entendendo a raça como uma consideração política ou interesse pessoal que prejudica decisões justas. Entretanto, a técnica apoia a supremacia dos interesses brancos. Ser "daltônico racial" é ignorar o que já se notou. "Suppressing the recognition of a racial classification to act as if a person were not of some cognizable racial class is inherently racially premised." (GOTANDA, 2013, p. 36). E as características de raça estão situadas dentro da compreensão de raça já existente, já que raça é construção social, carrega consigo um significado social complexo.

Se analisado pela perspectiva psicanalítica, o não-reconhecimento é um modo de repressão, uma tentativa de negar a realidade dos conflitos de raça reconhecidos internamente. Ao experimentar o conflito entre ideias racistas e ética social e/ou moral, o racismo é excluído

da consciência. O mundo se acomoda institucionalizando essa repressão ao invés de lutar pelas mudanças das condições de exploração racial (GOTANDA, 2013).

A interseccionalidade também está presente nas características da teoria crítica da raça, acadêmicos exploram as intersecções entre gênero, raça e classe, mostrando que não existe hierarquia de opressões e sim opressões cruzadas (FERREIRA e QUEIROZ, 2018). É importante ressaltar que a teoria aponta para uma identidade não fixa, mutável e plural dos indivíduos, e que portanto o fator raça encontra-se simultaneamente a outros fatores como gênero, classe, orientação sexual, caracterizando opressões cruzadas/ interseccionais. Não se deve sobrepor o critério racial nas análises. Reconhece-se a importância de outras categorias além da raça, e elas estão entremeadas, mas a TCR parte da raça como ponto de partida para a análise, compreendendo que a raça é uma categoria que precisa ser complexificada, ela também é móvel, “o que é branco neste lugar não o é naquele” (LADSON-BILLINGS, 2002).

A temática sobre a convergência de interesses ou determinismo material, também considerada um aspecto da teoria, destaca que os avanços para grupos minoritários acontecem apenas quando esses avanços fazem parte dos interesses dos que estão no poder. Os chamados “remédios raciais” se tornam palatáveis apenas quando garantem os interesses sociais considerados importantes pela elite (CROWLEY, 2013). Além disso, esse aspecto explica porque os vários segmentos da sociedade têm pouco estímulo para lutar contra o racismo, justamente porque a elite branca e até mesmo os brancos da classe trabalhadora são beneficiados pelo sistema da forma que ele é, o primeiro materialmente e o segundo psicologicamente (DELGADO e STEFANCIC, 2021).

Também é um dos aspectos da teoria, o movimento do “storytelling”, a noção de voz das minorias que se dá o devido valor às experiências e histórias contadas pelas minorias, já que por séculos tiveram suas “versões” da história silenciadas e apagadas. As narrativas e contra-narrativas fazem parte das principais temáticas da TCR, e os teóricos consideram que a “mentalidade majoritária” que consistem nas pressuposições sobre raça que as pessoas do grupo dominante disseminam, atrasam a reforma racial. Por isso, a importância do engajamento em dar espaço para “o outro lado da história” ser contado, o lado dos membros dos grupos de raças marginalizadas.

É importante destacar aqui que a TCR começou no campo do Direito, mas não se limita apenas a este campo, também tem respaldo em outras disciplinas e é considerada interdisciplinar, sendo utilizada principalmente na área de Educação, onde muitos acadêmicos a utilizam para compreender questões de disciplina, hierarquia e acompanhamento escolar, etc. Além de ter também uma perspectiva ativista, além de

compreender a situação social, procura transformar a realidade para melhor, do ponto de vista das minorias, mais igualitária dentre as divisões raciais e hierárquicas (DELGADO e STEFANCIC, 2021).

Ressalta-se aqui que nem toda pesquisa que aborda a raça é sobre a teoria crítica da raça. Algumas principais características dos estudos da teoria crítica da raça são: rejeição à narrativa padrão do progresso racial na qual a história das relações raciais nos EUA é linear, e com o tempo se eleva e melhora; repulsa à visão de que os acordos para manter o status quo são resultado natural da agência e do mérito individual; desafio ao “daltonismo” e as narrativas dominantes; o argumento de que a raça é construída socialmente; o exame do papel da lei na construção da raça; a compreensão do racismo como um fenômeno estrutural; afirmação de que o racismo interage com outras forças sociais, como o patriarcado, a homofobia, o classicismo etc.); compreende que os quadros discursivos jurídico e político para prejudicar as pessoas de cor são: daltonismo, racismo reverso, mérito e cidadania (DIXSON e ROUSSEAU ANDERSON, 2018).

### **1.3 Teoria Crítica da Raça na educação**

A TCR na educação surge da necessidade em se teorizar raça nesse campo de pesquisa, tratar raça como uma categoria importante (LADSON-BILLINGS, 2002). A teoria passou a servir de ferramenta para os estudos educacionais, a partir do momento em que, apesar da raça ser um fator significativo, ser também “subteorizada” como um tema de pesquisa acadêmica. Ladson-Billings<sup>7</sup> e Tate propuseram então superar o vazio teórico e utilizar a TCR para examinar o papel da raça e do racismo. Apresentaram a discussão sobre a construção da branquitude como propriedade, e a intersecção entre direitos raciais e de propriedade, para compreender as desigualdades nas escolas (DIXSON e ROUSSEAU ANDERSON, 2018).

Assim, a teoria passou a servir como ferramenta analítica, epistemológica e metodológica da educação para analisar as desigualdades no processo educacional dos ensinos fundamental, médio e superior (LADSON-BILLINGS, 2002), os teóricos da educação pegaram as contribuições dos estudos jurídicos fundamentais da TCR e dos estudos étnicos

---

<sup>7</sup> Gloria Ladson-Billings é uma teórica da pedagogia americana, conhecida pelo seu trabalho nas áreas de "pedagogia culturalmente relevante" e Teoria Crítica da Raça, com suas pesquisas sobre o racismo sistêmico e as oportunidades educacionais. No ponto de intersecção entre o campo educacional e a TCR, Ladson-Billings é a maior referência.

(LADSON-BILLINGS e TATE, 1995). Além dos estudiosos da TCR em educação construírem seus trabalhos reconhecendo os fundamentos da teoria em estudos jurídicos e étnicos, oferecem ferramentas práticas para profissionais da educação (LEDESMA e CALDERÓN, 2015).

A aplicação dos princípios da teoria aos estudos educacionais é uma tarefa complexa e multifacetada, por isso exige esforços para persistir o foco na gênese jurídica da TCR. É importante destacar aqui as características proeminentes da TCR na educação em relação à TCR nos estudos jurídicos (DIXSON e ROUSSEAU ANDERSON, 2018) :

- Contranarrativa – A característica de “contranarrativa” valoriza o conhecimento das pessoas não brancas, utiliza a “metodologia crítica da raça” (Solorzano e Yosso, 2002), uma metodologia que foca nas histórias e experiências dos estudantes negros, utilizadas como um meio de expor e criticar narrativas dominantes que perpetuam estereótipos raciais, dando voz aos grupos marginalizados. E para que os argumentos utilizados tenham melhor eficácia.
- Crítica ao daltonismo - O daltonismo é uma construção do discurso dominante, que o posiciona como um ideal que serve à opressão racial e a TCR em estudos jurídicos problematiza essa construção. O daltonismo desempenha um papel importante na perpetuação da desigualdade racial. A crítica vai além da questão de “não reconhecer a raça”, compreendendo que o daltonismo é incapaz de situar o significado de raça num contexto sociopolítico e histórico.
- Crítica a convergência de interesses - A convergência de interesses envolve o argumento de que o interesse dos negros em alcançar a igualdade racial só será alcançado quando esse interesse convergir com os interesses dos brancos que formulam políticas. Caso a decisão ameace o status quo, ela é imediatamente revogada. A convergência de interesses é a peça de um sistema dinâmico, não existe progresso racial linear, constante e consistente, e sim um padrão de reforma e reação que caracteriza as relações raciais dos Estados Unidos. A convergência de interesses envolve conflito, não é uma negociação equilibrada. E os brancos agem quando a outra alternativa envolve maiores perdas.

Além disso, existem caminhos pelos quais a teoria crítica da raça passa pelo campo da educação, portanto, os limites para a TCR e a educação são:

- (1) a desigualdade racial na educação é o resultado lógico de um sistema de competição;
- (2) o papel da política educacional e das práticas educativas na construção da desigualdade racial e na perpetuação da branquitude normativa;

- (3) rejeição à narrativa dominante sobre a inferioridade das pessoas não brancas e a superioridade normativa da branquitude;
- (4) rejeição ao a-historicismo, dentro disso destacando a relevância das ligações históricas entre desigualdade na educação contemporânea e os padrões históricos de opressão racial;
- (5) a importância da análise interseccional, que reconhece que raça interage com outros marcadores de identidade (gênero, classe, sexualidade, etc);
- (6) a defesa do que é importante para corrigir a desigualdade racial (DIXSON e ROUSSEAU ANDERSON, 2018).

Os estudos críticos da raça na educação podem ser definidos como uma interpelação de como o racismo opera dentro de um sistema de opressão, e exploram as construções e manifestações históricas e contemporâneas da raça, com foco em como essas questões se manifestam nas escolas e no ambiente de ensino (LEDESMA e CALDERÓN, 2015). Outros fatores observados são: a infraestrutura oferecida e a metodologia. Por exemplo, uma metodologia de ensino autoritário não constitui um “empreendimento intelectual”, visto que o objetivo é controlar os corpos desses alunos, mantê-los quietos, acríticos e obedientes (LADSON-BILLINGS, 2002).

A TCR na literatura educacional pode ser dividida em dois subgêneros: questões de educação básica e ensino superior. Nas questões de educação básica, ensino fundamental e médio, os assuntos mais abordados são: currículo e pedagogia, ensino e aprendizagem, escolaridade, políticas/finanças e envolvimento comunitário. Nas questões de ensino superior, os assuntos predominantes são: daltonismo, política de admissão seletiva e clima racial no campus.

Na prática, a TCR na educação básica demanda uma análise profunda das atitudes, comportamentos e práticas dos professores. Isso se justifica pela influência vital que o ensino e as subjetividades dos educadores exercem sobre o processo de aprendizagem dos alunos, bem como pela necessidade de repensar a configuração das salas de aula, introduzindo novos formatos de currículo, entre outros aspectos. Além do corpo docente, torna-se crucial examinar o papel dos administradores escolares, as dinâmicas culturais da escola e as políticas institucionais adotadas. Não menos importante é a consideração das subjetividades dos estudantes e até mesmo das pessoas responsáveis pelas bibliotecas, uma vez que essas subjetividades dão origem a contra-histórias e narrativas cruciais para a reestruturação de espaços acolhedores (LEDESMA e CALDERÓN, 2015).

No contexto do Ensino Superior, a TCR é empregada como instrumento para desafiar a suposta neutralidade racial, objetividade e ahistoricismo presentes no ensino superior. Para promover a justiça e equidade racial, é imperativo compreender que raça e racismo não são fenômenos estáticos, mas sim conceitos em constante formação. Nesse sentido, a história e o contexto desempenham papéis essenciais na compreensão das nuances e variações do racismo (LEDESMA e CALDERÓN, 2015). A raça e o racismo permeiam a cultura do ensino superior, influenciando as políticas de admissões e seleção, bem como a formação dos professores.

É muito debatido a questão das políticas de admissões, envolvendo o assunto da meritocracia, das políticas de ação afirmativa. É através da teoria que os pesquisadores expõem a construção social do mérito e explicam como os argumentos contra as ações afirmativas são usados para manter o status quo. E sobre a formação dos professores, criticam a burocracia estatal que forma professores despreparados, que não entendem de educação, e que assumem a formulação das diretrizes dessa própria formação, que como consequência, não tem interesse em ajudar a criar espaços e oportunidades para que as pessoas se desenvolvam intelectualmente (LADSON-BILLINGS, 2002). É justamente no campo de formação dos professores que o daltonismo se manifesta, quando (1) os educadores afirmam não ver a cor de um aluno ou afirmam que raça não importa; (2) os educadores não percebem que sua escola não é racialmente neutra, e esperam que os alunos não-brancos assimilem a cultura escolar existente. O daltonismo acaba por negar o racismo histórico e atual (CAPPER, 2015).

Desde a fundação dos EUA, quem possuísse propriedades poderia participar da política da nação, enquanto quem não possuísse propriedade não poderia participar. Com a tomada de terras dos nativos americanos, os brancos possuíam propriedades de forma legal, diferente dos afro-americanos que se tornaram propriedades e conseqüentemente não poderiam possuir propriedades. Os estudiosos da TCR mostram que os direitos de propriedade foram/são mais importantes que os direitos humanos (CAPPER, 2015). Ladson-Billings e Tate (1995) começaram o movimento pela TCR na educação abordando a intersecção entre raça e direitos de propriedade na educação, afirmando que as funções da propriedade da branquitude(direitos de disposição, direitos de uso e gozo, reputação e status de propriedade, e o direito absoluto de excluir) operam dentro das escolas. A cultura da branquitude funciona como uma forma de propriedade, os professores que têm experiências, perspectivas alinhadas e valorizadas pela sociedade branca dominante encontram sucesso (DIXSON e ROUSSEAU ANDERSON, 2018).

Currículo e formação docente são campos que têm muitos desafios a serem enfrentados em relação às questões raciais. Currículos são racializados e também são propriedades intelectuais. Por exemplo, nas escolas pobres, onde majoritariamente os alunos não são brancos, a qualidade da propriedade intelectual é inferior a dos alunos brancos de escolas de classe média, o financiamento é diferente (LADSON-BILLINGS, 2002). Existem aqueles que defendem um “Currículo Crítico da Raça” (expressão de Tara Yosso) na educação, um currículo que aborda a compreensão das estruturas, processos e discursos curriculares, que vem dos seguintes princípios da Teoria Crítica da Raça:

- (1) reconhecer os papéis centrais e interligados do racismo, sexismo, classismo e outras formas de opressão na manutenção da desigualdade nas estruturas curriculares;
- (2) desafiar os pressupostos sociais e culturais dominantes;
- (3) direcionar o currículo para objetivos de justiça social e racial e desenvolvimento de consciência crítica;
- (4) desenvolver contradiscursos, contranarrativas por meio de contação de histórias, biografias, parábolas que se baseiam nas experiências dos alunos negros;
- (5) articular as conexões entre desigualdade social e educacional, utilizando métodos interdisciplinares de análise histórica e contemporânea.

Os currículos em geral são determinados por uma perspectiva supremacista branca, de manutenção do status quo racializado e dos privilégios que o caracterizam,

Por exemplo, Crowley (2013) utiliza a TCR para explorar como a convergência de interesses molda o campo do currículo. Crowley mostra como peças legislativas específicas, como a lei do direito de voto de 1965, originalmente promulgada para abordar o racismo e a segregação, são tratadas “a-histórica e acontextualmente” no currículo escolar que ensina sobre o movimento pelos direitos civis (LEDESMA e CALDERÓN, 2015).

Sobre o conceito “pedagogia culturalmente relevante”, Ladson-Billings parte de um tripé em que o primeiro é o desempenho escolar, o segundo é a competência cultural, e o terceiro é a consciência sociopolítica. (1) O desempenho escolar na pedagogia culturalmente relevante aborda a importância do desenvolvimento de análise crítica das crianças. (2) A competência cultural aborda a importância das crianças terem autoconhecimento, conhecerem suas comunidades de onde vêm e suas lutas. (3) A consciência sociopolítica compreende que o ensino é por um objetivo social maior e não apenas individual.

A Pedagogia Racial Crítica envolve e implementa práticas pedagógicas críticas da raça que tem o potencial de capacitar estudantes negros e ao mesmo tempo desmantelam noções de daltonismo, meritocracia, pensamento deficitário, linguicismo e outras formas de subordinação (LADSON-BILLINGS, 2002). Essa é a pedagogia, centrada na raça e racismo, que é como uma análise da subordinação racial, étnica e de gênero na educação que se baseia principalmente nas percepções, experiências e práticas contra-hegemônicas de educadores não-brancos. Essa pedagogia se constrói através de reflexões de intelectuais afro-americanos que estão comprometidos com os ideais e princípios encontrados na Teoria Crítica da Raça. Destacam que é preciso que os professores estejam engajados e usem de apoio os fundamentos racializados para ensinar, por isso que é importante não só situar as subjetividades da vida dos alunos, mas também que os professores se envolvam nessa construção de significado.

## CAPÍTULO 2 - O AVANÇO DA EXTREMA-DIREITA E A CAMPANHA CONTRA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NOS ESTADOS UNIDOS

*The goal is to have the public read something crazy in the newspaper and immediately think “critical race theory.” We have decodified the term and will recodify it to annex the entire range of cultural constructions that are unpopular with Americans. —Christopher Rufo, 2021*

### 2.1 A Teoria Crítica da Raça como inimigo simbólico da extrema-direita

A morte de George Floyd, assassinado em maio de 2020 por um policial, em Minneapolis, intensificou a crítica ao policiamento e a denúncias sobre o racismo sistêmico presente na sociedade americana. Os protestos se espalharam por todo o país e os manifestantes exigiram respostas das autoridades e soluções para que se alcance a justiça e igualdade racial, e redistribuição de recursos e poder e, especialmente, uma reforma de toda a estrutura policial. O acontecido deu visibilidade à discriminação racial e violência policial, e gerou algumas mudanças por parte de empresas e organizações que se posicionaram contra o racismo e em apoio ao movimento Black Lives Matter, e também por parte das autoridades que implementaram medidas com o objetivo de amenizar a desigualdade e injustiça racial. Uma das medidas foi a implementação de treinamentos sobre discriminação e diversidade no âmbito público e privado (NEW YORK TIMES, 2022; THE HILL, 2023).

Dessa forma, 2020 foi marcado pelo debate sobre raça e racismo. As eleições presidenciais levaram os candidatos Trump e Biden a se posicionarem em relação aos protestos antirracistas e ao movimento Black Lives Matter (BLM). Suas posições eram um tanto antagônicas, sendo Trump<sup>8</sup> contra o BLM e caracterizando os protestos como criminosos, e Biden apoiando o movimento e a diversidade. Isso mostrou que, como sempre, a luta antirracista tem seus inimigos.

É a partir desse contexto que reemerge o debate sobre a Teoria Crítica da Raça. Como Kimberlé Crenshaw (1988) argumenta, existe um padrão histórico em que “a própria reforma

---

<sup>8</sup> Em outubro de 2020, no último debate entre Trump e Biden, a questão racial foi um dos temas tratados no último debate entre os candidatos a presidência. O movimento Black Lives Matter sempre foi alvo de críticas por Trump, que o apresenta como sendo um grupo radical. Em setembro de 2020, Trump se posicionou como um defensor do excepcionalismo americano, "contra os ativistas que querem destruir o sentido de identidade do país", protestando contra o BLM, o Projeto 1619 e a "propaganda tóxica" no currículo escolar. Em janeiro de 2021, continuou usando a página no Twitter para alimentar tensões raciais, se referindo aos manifestantes do BLM como "bandidos", "terroristas", "anarquistas" (NEW YORK TIMES, 2022; THE HILL, 2023).

cria a sua própria reação, que reconstitui o problema em primeiro lugar”, o que quer dizer que um avanço rumo à justiça racial é acompanhado de resistência contra tal avanço, por parte de grupos conservadores da extrema-direita, e conseqüentemente, essa situação reconstitui o problema. Mostrando, portanto, que a campanha contra a TCR é comum e esperada, faz parte do processo.

Nos próximos tópicos deste capítulo buscaremos os caminhos percorridos até que a campanha contra a TCR se concretizasse no âmbito do legislativo, desde a identificação de uma oportunidade política e de um inimigo “para chamar de seu” até a construção de estratégias em conjunto com grupos de extrema-direita, think tanks, pais e apoiadores. Isso para que se compreenda de onde e como surgiu o movimento contra uma teoria “esquecida” por décadas.

### *2.1.1 Oportunidade política e a identificação do inimigo*

Em setembro de 2020, o debate sobre a TCR entrou em cena. Em julho de 2020, um funcionário de Seattle documentou uma sessão de “formação anti-preconceito”, da qual muitos funcionários foram obrigados a participarem, e encaminhou as fotos ao jornalista Christopher Rufo, que reconheceu uma oportunidade política (SAITO, 2021). Rufo, escritor, documentarista e membro sênior do think tank conservador *Manhattan Institute*, obteve documentos do treinamento antipreconceito do escritório de direitos civis do Gabinete Executivo do Condado King em Seattle. Os materiais de treinamento faziam referências a vários termos acadêmicos como “branquitude”, “privilégio branco”, como parte de uma apresentação que tinha como objetivo facilitar a construção de habilidades e relacionamentos aliados à justiça racial (ALEXANDER et al., 2023). Quando Rufo examinou o material, percebeu que as referências eram consistentes com a Teoria Crítica da Raça, especialmente o trabalho de Derrick Bell e Kimberlé Crenshaw. Rufo identificou o “vilão”, o alvo para um projeto “anti-antirracismo” e admitiu, em um post em rede social, sua estratégia através da desinformação:

Congelamos com sucesso a sua marca – “teoria crítica da raça” – no debate público e estamos constantemente gerando percepções negativas. Acabaremos por torná-la tóxica, à medida que colocarmos todas as diversas insanidades culturais sob essa categoria de marca. O objetivo é fazer com que o público leia algo maluco no jornal e pense imediatamente na “teoria crítica da raça”. Decodificamos o termo e iremos

recodificá-lo para relacionar ao conjunto de construções culturais que são impopulares entre os americanos (RUFO, 2020, tradução nossa)<sup>9</sup>

Nesse trecho fica evidente que seu objetivo não era esclarecer através das leituras dos teóricos o que realmente é a Teoria Crítica da Raça, mas renomeá-la como fonte tóxica, fazendo o público associá-la a qualquer coisa negativa. Rufo argumentou então que os seminários antirracistas se tratavam de uma visão progressista sobre raça e de uma ideologia com raízes radicais. Desde os últimos anos de Obama, os conservadores apoiaram a retórica da ideologia racial, mas não souberam nomear essa questão especificamente. Nessa situação, Rufo percebeu a oportunidade política e passou a se dedicar ao assunto, estudando sobre a Teoria Crítica da Raça e investigando lacunas ou frases que serviriam como “evidências” para a denúncia não só da teoria, mas também da prática e de quem a usasse como referência.

### 2.1.2 *A construção do inimigo*

Christopher Rufo apontou algumas características, que ele condena e que o ajudou na elaboração dos argumentos “anti-TCR”, que são parte da narrativa dos teóricos críticos da raça que envolve[na visão dele](RUFO, 2023):

- (1) o essencialismo racial, que reduz os indivíduos às categorias de “negritude” e “branquitude”, e às colocam com conotações de valor, atribuindo à branquitude os traços negativos e os traços positivos à negritude.
- (2) “todos os brancos são racistas”, e perpetuam o racismo sistêmico e a supremacia branca graças aos seus privilégios.
- (3) “a América é uma nação fundamentalmente racista”, a América foi fundada no racismo, na escravatura e na supremacia branca, e toda essa estrutura perpetua até os dias atuais.
- (4) “culpa coletiva”, os “brancos” são inerentemente responsáveis pela injustiça e pela opressão cometidas pelas populações brancas no passado;
- (5) “oposição à igualdade perante a lei”, o princípio de igualdade perante a lei, a Décima Quarta Emenda, a Lei dos Direitos Civis de 1964, são rejeitadas, já que são apontadas como “camuflagem” de estruturas supremacistas.

---

<sup>9</sup> We have successfully frozen their brand — “critical race theory” — into the public conversation and are steadily driving up negative perceptions. We will eventually turn it toxic, as we put all of the various cultural insanities under that brand category. The goal is to have the public read something crazy in the newspaper and immediately think “critical race theory.” We have decodified the term and will recodify it to annex the entire range of cultural constructions that are unpopular with Americans (RUFO, 2020).

- (6) “oposição à meritocracia”, já que a meritocracia é um mecanismo para fazer a manutenção das estruturas racistas, com testes padronizados e admissões competitivas no sistema educacional.
- (7) “discriminação racial”, o estado deve discriminar os considerados privilegiados, ou seja, os brancos. apoiam políticas como cotas raciais, benefícios baseados na raça e redistribuição da riqueza baseada na raça
- (8) “restrição da liberdade de expressão”, a Primeira Emenda serve para promover os interesses da supremacia branca e do racismo sistêmico, sob o pretexto da liberdade de expressão.
- (9) A abolição da branquitude, a sociedade deveria trabalhar para “abolir a raça branca”, o que significa dismantelar as construções culturais associadas à identidade branca.
- (10) Neo-segregação, “grupos de afinidade racial” são endossados para que os brancos façam o trabalho e os não-brancos se sintam seguros longe da branquitude invasiva.
- (11) Anticapitalismo e redistribuição forçada de propriedade, a América é um país capitalista imperialista e a branquitude além de forma de identidade racial serviu e serve também como forma de propriedade, sendo uma das soluções redistribuir a propriedade privada e dismantelar o sistema capitalista.

Esta é a leitura de Christopher Rufo sobre trechos retirados de textos de alguns teóricos críticos da raça. Entretanto, ele não aborda os argumentos utilizados por cada autor para explicar os trechos. Isso fica em evidência, já que o termo teoria crítica da raça é frequentemente usado de forma errônea para descrever uma série de atividades, como reconhecer o racismo histórico na sala de aula ou participar de treinamentos sobre diversidade no trabalho.

Em setembro de 2020, Rufo, após publicar artigos sobre este assunto, foi entrevistado pela *Fox News*, quando declarou que a Teoria Crítica da Raça era o que provocava os esforços antirracismo e ameaçava os valores fundamentais americanos, a identificando como inimigo pelo qual os conservadores de extrema-direita deveriam lutar contra. Ele fez um apelo para que os conservadores ficassem atentos à ameaça que essa ideologia representava, e pediu ao presidente que emitisse uma Ordem Executiva para proibir treinamentos embasados na teoria com princípios que ameaçassem os valores norte-americanos, já que a TCR representava, na visão dele, uma ideologia destrutiva e divisiva. Essa entrevista foi crucial para despertar o que viria a ser uma pauta em debate para os conservadores de extrema-direita e principalmente para o até então presidente Donald Trump (ALEXANDER et al., 2023).

Logo após sua aparição na televisão, Mark Meadows, chefe de gabinete de Trump, contactou Rufo para convidá-lo para a elaboração de uma ordem executiva para abolir a TCR do trabalho de agências federais. Na coletiva de imprensa de 17 de setembro, Trump denunciou a TCR explicitamente, usando os mesmos pontos da argumentação de Rufo. Em 22 de setembro, Trump emitiu a Ordem Executiva 13950 de “combate ao estereótipo de raça e sexo”; que proibia alguns tipos de treinamento em diversidade para funcionários federais e apresentava uma lista de oito “conceitos divisivos”, a mesma que aparece na maioria dos projetos de lei e leis que restringem o debate sobre raça e racismo nas escolas públicas (PENDHARKAR, 2022).

A Ordem Executiva “Combatendo o estereótipo de raça e sexo” cita a Declaração da Independência e o credo de que “os homens são criados iguais”, e foi a partir dessa crença na igualdade que foi possível estabelecer uma nova nação. Cita também Abraham Lincoln, a Guerra Civil e Martin Luther King, partilhando a ideia de que os Estados Unidos fizeram progresso significativo na realização do credo nacional. Mas apresenta, entretanto, os inimigos desse credo como sendo pessoas que promovem uma ideia baseada em hierarquias de identidade social e política, ao invés de dignidade e igualdade, afirmando que o país é racista e sexista,

This ideology is rooted in the pernicious and false belief that America is an irredeemably racist and sexist country; that some people, simply on account of their race or sex, are oppressors; and that racial and sexual identities are more important than our common status as human beings and Americans (Ordem Executiva 13950 de Trump).

A OE afirma que a TCR é uma ideologia que deturpa a história e o papel do país no mundo, é “destrutiva”, “maligna”, ameaça “infectar” as instituições centrais do país. Essa ideologia aparece em treinamentos de diversidade no local de trabalho em todo o país, inclusive para membros do governo federal. E cita exemplos:

Os materiais de treinamento dos Laboratórios Nacionais Argonne, uma entidade federal, afirmaram que o racismo “está entrelaçado em todos os tecidos da América” e descreveram declarações como “daltonismo” e “meritocracia” como “ações de preconceito”(...)

Materiais dos Laboratórios Nacionais Sandia, também uma entidade federal, para homens não pertencentes a minorias afirmaram que a ênfase na “racionalidade sobre a emocionalidade” era uma característica dos “homens brancos” e pediram aos

presentes que “reconhecessem” o seu “privilégio” um para o outro (ORDEM EXECUTIVA 13950, tradução nossa).<sup>10</sup>

A OE afirma que as ideias ensinadas nesses treinamentos são contrárias às premissas fundamentais que sustentam a nação, “que todos os indivíduos são criados iguais e devem ter oportunidades iguais perante a lei para buscar a felicidade e prosperar com base no mérito individual”(ORDEM EXECUTIVA 13950). Afirma ainda que essas ideias estão “na moda na academia”, mas que não tem lugar em programas que utilizam dinheiro público. Portanto, a OE proíbe a promoção de estereótipos de raça ou sexo na força de trabalho federal ou Uniformed Services, proíbe que o dinheiro público seja usado para esses fins, e proíbe que a ideologia seja imposta aos funcionários. E na Seção (2A) aparece a definição de “conceitos divisivos” (que aparecerá em quase todas as legislações estaduais):

(1) uma raça ou sexo é inerentemente superior a outra raça ou sexo; (2) os Estados Unidos são fundamentalmente racistas ou sexistas; (3) um indivíduo, em virtude de sua raça ou sexo, é inerentemente racista, sexista ou opressor, consciente ou inconscientemente; (4) um indivíduo deve ser discriminado ou receber tratamento adverso única ou parcialmente por causa de sua raça ou sexo; (5) os membros de uma raça ou sexo não podem e não devem tentar tratar os outros sem respeito à raça ou sexo; (6) o caráter moral de um indivíduo é necessariamente determinado por sua raça ou sexo; (7) um indivíduo, em virtude de sua raça ou sexo, é responsável por atos cometidos no passado por outros membros da mesma raça ou sexo; (8) qualquer indivíduo deve sentir desconforto, culpa, angústia, ou qualquer outra forma de sofrimento psicológico devido à sua raça ou sexo; ou (9) meritocracia ou características como uma ética de trabalho árduo são racistas ou sexistas, ou foram criadas por uma determinada raça para oprimir outra raça (ORDEM EXECUTIVA 13950, tradução nossa).

Define também que estereótipos de raça ou sexo é o mesmo que atribuir caráter, valores, privilégios, status, crenças a uma raça ou sexo. E bode expiatório de raça ou sexo como atribuir culpa ou preconceito a uma raça ou sexo, ou a alguém por causa de sua raça ou sexo.

Embora a OE não cite a TCR, depois do exposto por Rufo e sua declaração explícita contra a Teoria Crítica da Raça, ficou subentendido que é à TCR que Trump se refere quando declara que uma “ideologia maligna está agora migrando das periferias da sociedade americana e ameaça infectar as principais instituições do nosso país” (ALEXANDER et al., 2023).

---

<sup>10</sup> Training materials from Argonne National Laboratories, a Federal entity, stated that racism “is interwoven into every fabric of America” and described statements like “color blindness” and the “meritocracy” as “actions of bias.(...)”

Materials from Sandia National Laboratories, also a Federal entity, for non-minority males stated that an emphasis on “rationality over emotionality” was a characteristic of “white male[s],” and asked those present to “acknowledge” their “privilege” to each other (ORDEM EXECUTIVA 13950).

### 2.1.3 *A campanha contra a educação antirracista*

O novo contexto era de mudanças. Em pleno 2020, o ativismo antirracista cresceu e também o número de pessoas que se declararam LGBTQIA+ crescia constantemente. Nesse mesmo contexto, cresciam os contra-movimentos, por exemplo o movimento anti-trans<sup>11</sup> que promoveu as restrições sobre o que as crianças podem aprender na escola sobre raça, orientação sexual e identidade de gênero. Com a pandemia do COVID-19, a nova tendência era de que os pais obtivessem mais informações sobre o que os filhos estavam aprendendo na escola, destacava-se um novo território que os políticos conseguiram explorar. As crianças e as escolas públicas tornaram-se o foco dos esforços desses políticos (ALFONSECA, 2023).

É comum que os ideólogos de extrema-direita utilizem inimigos simbólicos para induzir o medo e influenciar as discussões políticas para promover uma agenda ideológica. Os argumentos apresentados contra a TCR, não são exatamente sobre a TCR, esses são ataques baseados na raça, que têm um propósito político claro. A TCR nesse caso não é nada menos do que um símbolo “indutor de medo”, que leva as pessoas com tendência a várias queixas raciais, culturais e políticas, a apoiar políticos de extrema-direita. À princípio, para especialistas, doadores, organizações, legisladores, a TCR, sendo um quadro teórico e analítico para investigadores acadêmicos, parecia um alvo estranho. Uma das preocupações é com o ensino da TCR nas escolas, mas não se ensina a teoria nas escolas de ensino fundamental e médio, pois seu arcabouço teórico é utilizado mesmo no ensino superior. De fato, o que acontece é que a teoria orienta a confecção de material didático e, por isso, podem se transformar num currículo informal. Fica evidente que o que está em jogo não é apenas uma crítica da substância real da TCR, e sim que os ideólogos conservadores da extrema-direita estão usando a TCR como símbolo de ameaça, para intensificar um conjunto de medos relacionados a raça, racismo e grupos marginalizados participarem cada vez mais do processo democrático (LÓPEZ, 2021).

---

<sup>11</sup> O movimento "anti-trans" ou "anti-LGBT" ganhou respaldo desde que Donald Trump, aliado ideológico, saiu da presidência. Vinte estados controlados por republicanos assinaram como lei os projetos que limitam o acesso ao banheiro, tratamentos médicos e participação em esportes às pessoas LGBT. Tudo começou quando os legisladores republicanos decidiram por leis que proíbem a participação de meninas transsexuais nos esportes escolares. Estima-se que foram mais de 650 projetos de lei propostos em todo o país, referentes aos currículos escolares, proibindo discussões relacionadas à comunidade LGBTQIA+ nas escolas. Essas legislações são conhecidas por projetos "don't say gay/trans", que advém do caso mais emblemático: a lei chamada Don't Say Gay assinada pelo governador Ron DeSantis na Flórida, que proíbe que qualquer temática LGBTQIA+ seja debatida em sala de aula. Estima-se que 96.800 jovens transgêneros com idades entre 13 e 17 anos viviam em estados que restringiram seu acesso a saúde, esportes e banheiros escolares em 2023 (MALLORY e REDFIELD, 2023).

Os políticos usam o medo para ganhar força política, mobilizando afetos e agitando suas bases para ganhar eleições. À medida que grupos marginalizados caminham para se afastar da marginalização, o caminho para a igualdade não será isento de barreiras políticas. Os grupos majoritários em posição de poder compreendem que os ganhos em termos de igualdade para um grupo minoritário significam perdas para a maioria. Isso contribuiu para a reação negativa contra a comunidade negra, LGBTQIA+ e a comunidade feminina. Quanto mais diversidade se espalha nos EUA, mais diversidade faz parte da política e da cultura, mais embates acontecem (ALFONSECA, 2023).

A história de origem da nação americana é uma versão que excluiu a violência empregada e a exploração dos povos indígenas, africanos e grupos de imigrantes. A TCR dá voz às histórias de todos os povos, questionando a narrativa americana. A teoria rejeita a narrativa americana de triunfo e excepcionalismo, insiste em olhar para o contexto e a causalidade (SAITO, 2021). Por isso, os ataques a TCR estão estreitamente alinhados aos esforços de impedir o ensino do Projeto 1619.

Com o contexto de aumento das tensões raciais no país, provocados pelo recrudescimento da violência racial em ações policiais, de cidadãos ligados a grupos supremacistas, houve apelo para que as escolas adicionassem ao currículo escolar a história da escravidão e do racismo. E os ataques à TCR também se referem a esse apelo para que outras narrativas críticas sejam introduzidas no ensino escolar, se associando ao ataque à apresentação do Projeto 1619 do *New York Times* (LÓPEZ, 2021). O Projeto 1619, uma iniciativa da *The New York Times Magazine*, começou em 2019, no ano em que marcava 400 anos da chegada dos primeiros africanos escravizados ao território colonial. Com o objetivo de apresentar uma nova narrativa sobre a história do país, acrescentando as consequências da escravidão e as contribuições dos negros no centro da narrativa nacional. Hannah-Jones, a editora do projeto, recebeu o Prêmio *Pulitzer* por seu ensaio introdutório, e com o novo livro *The 1619 Project: A New Origin Story*, expandiu o debate.

O objetivo do Projeto 1619, uma importante iniciativa do The New York Times que esta edição da revista inaugura, é reformular a história americana, considerando o que significaria considerar 1619 como o ano de nascimento da nossa nação. Fazer isso exige que coloquemos as consequências da escravidão e as contribuições dos negros americanos no centro da história que contamos a nós mesmos sobre quem somos como país (THE 1619 PROJECT, 2019, p.4, tradução nossa).

O projeto argumenta que a escravidão é uma instituição americana fundamental, umas das mais antigas e que tem seu legado presente até os dias atuais em toda a sociedade e de

várias maneiras. A aplicação deste Projeto nas salas de aula consiste em debater sobre o passado e sobre o legado da escravidão que está presente nas instituições, no sistema político e econômico, no âmbito social e cultural, destacando que a história dos Estados Unidos se inicia em 1619, quando os primeiros africanos escravizados foram vendidos na colônia de Virgínia (THE 1619 PROJECT, 2019; RILEY, 2020).

Em agosto de 1619, um navio apareceu neste horizonte, perto de Point Comfort, porto costeiro da colônia britânica da Virgínia. Transportou mais de 20 africanos escravizados, que foram vendidos aos colonos. A América ainda não era a América, mas este foi o momento em que tudo começou. Nenhum aspecto do país que seria formado aqui permaneceu intocado pelos 250 anos de escravidão que se seguiram. No 400º aniversário deste momento fatídico, finalmente chegou a hora de contar nossa história com sinceridade (THE 1619 PROJECT, 2019, tradução nossa).

Esses ataques também confundem (mesmo que propositalmente) o Projeto 1619 com a TCR, um projeto de currículo com um quadro teórico, o que parece não fazer sentido, mas é útil para reunir oposição aos esforços de ensinar as crianças sobre o impacto histórico e contínuo da escravidão afro-americana e do racismo na América. Os registros na história são de esforços semelhantes para impedir que informações aumentassem a participação política das pessoas marginalizadas, visto que quando as pessoas não conhecem sobre a história, dificilmente vão se filiar a coligações multirraciais para promover a justiça racial e econômica (LÓPEZ, 2021).

Esse contexto faz parte de um padrão, que também foi observado nas décadas de 1960 e 70 com o movimento pelos direitos civis e mais recentemente pelo Black Lives Matter. O que indica que o objetivo central da atual atividade legislativa de fomento do medo é obstruir o ensino sobre raça e racismo na educação básica.

Argumentos contra currículo multicultural e estudos étnicos são frequentes, como passou a ser as afirmações de Trump apontando que a TCR e o Projeto 1619 promovem conceitos divisivos, propaganda tóxica e abuso infantil. Na maioria das vezes, as famílias conhecem pouco do que é ensinado em sala de aula, portanto, alegações de que jovens estão sendo explorados, manipulados ou doutrinados causam medo e impactam a relação da família com a escola, tornando a situação vulnerável. É por esse motivo que a educação pública é alvo de controvérsias politicamente fabricadas (STRAUSS, 2021).

Os grupos da extrema-direita argumentam que a TCR e os programas antirracistas constituem formas de doutrinação que minam os fundamentos da civilização ocidental. Não há espaço para complexidade, evidências ou fatos, assim como não há espaço para uma crítica ao racismo estrutural ou das suposições e influências reais que compõem o corpo de trabalho

da TCR. O branqueamento da identidade coletiva é reproduzido quando a direita ataca a diversidade e a formação de consciência racial, os programas críticos raciais do governo e a justiça racial e debate sobre questões raciais nas escolas. A “pedagogia do apartheid” tenta impedir que a narrativa supremacista americana seja reescrita. A pedagogia do apartheid, sob a forma de ataques à TCR, também tem um efeito inibidor sobre a liberdade de expressão, sugerindo que mesmo pensar no racismo e no legado da injustiça racial é pedagogicamente inaceitável nas escolas do país (GIROUX, 2021).

Os conservadores da extrema-direita criam argumentos sobre a TCR, estrategicamente pensados para causar o sentimento de medo, que vai das formulações distorcidas da teoria à implementação de seus princípios nos currículos escolares, da teoria tal como apresentada pela perspectiva da extrema-direita. Permanece sendo uma estratégia para alimentar o medo dos brancos em relação às pessoas de cor, para a manutenção do poder, mas também para reiterar toda a memória histórica acerca da formação colonial e de seu processo de independência e transformação nesses territórios como o lugar da democracia, da igualdade e da felicidade. Consequentemente, as medidas que fazem retroceder os avanços em direção à justiça racial continuam viáveis. Entretanto, os ataques políticos, propositadamente, não consideram as formas como as estruturas sociais reforçam desiguais relações raciais, de gênero e classe. Faz parte de algo maior, um esforço político coordenado e articulado para defender as atuais desigualdades estruturais, suprimindo qualquer informação que possa ser uma ameaça rumo à mudança da realidade da forma que se encontra. E a eles, os privilegiados pela atual realidade, não interessa se esse processo bloqueia a participação democrática e mina a educação pública (LÓPEZ, 2021).

Com essa estratégia de fomentar o medo e obstruir o debate sobre raça na educação e no trabalho, as organizações conservadoras, intelectuais, políticas e os meios de comunicação travam esses ataques ideológicos e pedagógicos coordenados contra a memória histórica e formas críticas de educação, grupos como a *Heritage-foundation* e o *Manhattan Institute*, acadêmicos como Thomas Sowell, políticos como Mitch McConnell e meios de comunicação como *City Journal*, *The Daily Caller*, *Federalist* e *Fox News* mobilizam públicos diversos em busca de apoio às suas posições contrárias a TCR, as ações afirmativas e quaisquer outras demandas de grupos minoritários e racializados (GIROUX, 2021).

A campanha contra a TCR se robusteceu juntamente à campanha contra o debate sobre identidade de gênero, e os legisladores conservadores aproveitaram para fortalecer ainda mais no âmbito político e legislativo. Simultaneamente, outras estratégias para buscar mais aliados circulavam em outros ambientes. Organizações que se autodenominam centradas nos “direitos

dos pais” foram fundamentais para a transformação do esforço de Rufo em uma campanha nacional coordenada e completa, como a *Moms for Liberty* (M4L). Moms for Liberty foi fundada em janeiro de 2021 por membros do conselho escolar da Flórida, com o objetivo de se dedicar à “luta pela sobrevivência da América” e “alimentar o fogo da liberdade” ao organizar e capacitar os pais para defenderem seus direitos em todos os níveis de governo (ALEXANDER et al., 2023).

M4L tornou-se aliada do poder conservador e abraçou a retórica “anti-TCR”, disseminando essas ideias em distritos escolares. Isso foi se expandindo para além do estado da Flórida, todo esse material também foi utilizado estrategicamente nas eleições de conselhos escolares, defendendo candidatos ao conselho escolar que promovessem uma agenda conservadora nas escolas envolvendo os conteúdos curriculares, práticas pedagógicas e materiais didáticos (PENDHARKAR, 2022). Além disso, indivíduos e organizações trabalharam para colocar a TCR em debate e na mira dos legisladores estaduais. Mesmo após a derrota de Trump e a revogação da OE, seus aliados tomaram medidas para construir uma rede de apoiadores, doadores dedicados a fazer avançar a sua agenda política, e para várias dessas organizações a TCR se tornou questão central. As próprias organizações divulgavam amplamente modelos de legislação estadual, políticas de conselhos escolares e currículos propostos, como foi o caso do *think tank Center for Renewing America*<sup>12</sup> e a *Citizens for Renewing America* (CFRA). Outros grupos como a *Heritage Foundation*<sup>13</sup>, *Woodson Center*<sup>14</sup>,

---

<sup>12</sup> A organização Center for Renewing America, Citizens for Renewing America (CFRA), é um think tank conservador de direita, sem fins lucrativos, criada por Russell Vought, diretor do Escritório de Gestão e Orçamento do ex-presidente Donald Trump. O trabalho da organização é se opor à censura das grandes empresas de tecnologia conservadoras e à propagação da Teoria Crítica da Raça, e defende medidas de segurança mais rigorosas nas eleições dos EUA. A equipe da CFRA inclui antigos funcionários da administração Trump. CFRA criou um manual para impedir o ensino da teoria crítica da raça nas escolas, intitulado “Combatendo a Teoria Crítica da Raça em sua comunidade”, tem o objetivo de ser um recurso para os pais e legisladores estaduais (CENTER FOR RENEWING AMERICA, 2023).

<sup>13</sup> A Heritage Foundation é um think tank conservador, cuja missão é “formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas nos princípios da livre iniciativa, governo limitado, liberalidade individual, valores tradicionais americanos e defesa de uma forte nação”. A Heritage conta com o apoio financeiro privado de indivíduos, fundações e empresas (HERITAGE FOUNDATION, 2023).

<sup>14</sup> O Woodson Center, fundado em 1981 pelo ativista dos direitos civis Robert Woodson, é uma organização sem fins lucrativos que se concentra na economia de mercado e em organizações religiosas para combater a pobreza em bairros de baixa renda. Recentemente, lançou o 1776 United, uma iniciativa que recrutou acadêmicos negros para desenvolver um currículo escolar para combater o Projeto 1619 do New York Times (WOODSON CENTER, 2023).

*Alliance for Free Citizens*<sup>15</sup>, e o *Manhattan Institute*<sup>16</sup> lançaram seus próprios modelos de projetos de lei. Esses grupos e organizações foram persistentes, mantendo a TCR no centro das atenções nacionais (ALEXANDER et al., 2023).

As legislações anti-TCR têm muitas semelhanças com o conteúdo do texto da Ordem Executiva de Trump, mas o que influenciou a onda de legislações não foi apenas a OE, pois existe uma rede complexa de indivíduos, grupos e organizações conservadoras que apoiaram e redigiram modelos de projetos de lei anti-TCR a nível estatal (SCHWARTZ, 2021). E para muitas dessas organizações a TCR se tornou um assunto central e começaram a divulgar amplamente o conteúdo sobre modelos de legislação estadual, políticas de conselhos escolares e currículos propostos.

Nem todas as medidas proíbem as mesmas coisas, há diferenças que são significativas para escolas e professores. Isso é interessante notar, mostra que as legislações contra a TCR fazem parte de uma onda de legislações que proíbem não só a TCR, mas outras questões também. As legislações podem ser agrupadas em cinco categorias que fazem parte dos seus conteúdos: (a) “conceitos divisivos” com proibições que aparecem na OE de Trump; (b) discussão sobre identidade de gênero, raça e/ou identidades sociais; (c) participação dos alunos em ação cívica; (d) transparência do currículo, exigindo que as escolas disponibilizem ao público os materiais utilizados; (e) professores e suas opiniões políticas e partidárias (SCHWARTZ, 2021). Entretanto, destaca-se aqui que o recorte de pesquisa do presente trabalho é a questão da raça, o que determinou o que e como se investigou os modelos de legislação.

A organização *Alliance for Free Citizens*, que busca influenciar legislações estaduais sobre diversas questões que incluem imigração, votação e participação de estudantes transgêneros nos esportes, também publicou o modelo de um projeto de lei muito mais restritivo, proibindo quaisquer materiais que promovam conceitos da lista de tópicos “racistas e sexistas” e impedindo escolas de receber palestrantes que defendam estas ideias. Este modelo chegou até a Pensilvânia (HB2521, HB 2521) e Arizona (SB1532, HB 2906/SB 1840)

---

<sup>15</sup> A *Alliance for Free Citizens* é uma organização educacional, comprometida com “soluções locais e estaduais que fortaleçam as liberdades individuais, comunidades, famílias e valores patrióticos”. É uma ampla coalizão de americanos de vários estados, que defende a participação e legislação local e estadual, que conecta os estados para abordarem algumas questões políticas urgentes. A organização apoia a participação nas reuniões do Conselho Escolar para exigir uma educação “adequada e a eliminação de políticas destrutivas, como a Teoria Crítica da Raça (...), e políticas como a participação transgênero nos esportes femininos” (ALLIANCE FOR FREE CITIZENS, 2023).

<sup>16</sup> O *Manhattan Institute for Policy Research* (renomeado em 1981) é um think tank conservador focado em política interna e assuntos urbanos. Concentra-se em assuntos sobre policiamento e segurança pública, habitação, educação, direito e economia. Os especialistas elaboram soluções políticas para desafios urgentes que as cidades e o país enfrentam (MANHATTAN INSTITUTE, 2023).

como projetos de lei que foram introduzidos, Proibindo “instruções que apresentem qualquer forma de culpa ou julgamento com base em raça, etnia ou sexo”; proibindo que agências estaduais, distritos escolares e universidades públicas adotem quaisquer conceitos racista ou sexista. Além disso, o think tank *America First Policy Institute*<sup>17</sup>, grupo que emprega ex-funcionários e conselheiros do governo Trump e apoia políticas alinhadas com as posições daquela administração sobre segurança nacional, política externa e economia, também consultou dois estados sobre seus projetos de lei propostos (SCHWARTZ, 2021).

Os modelos de projetos de lei foram estrategicamente criados com uma linguagem padronizada para facilmente ser reproduzida em qualquer estado. O modelo do Manhattan Institute, em grande parte reflete a OE de Trump, centra-se em proibir a adoção e defesa dos quatro “conceitos”, quais sejam: (1) os EUA são “fundamental e irremediavelmente racistas ou sexistas”; (2) os indivíduos são “inerentemente racistas, sexistas ou opressivos” em virtude da raça ou de outras características intrínsecas; (3) os indivíduos são pessoalmente “responsáveis pelas ações cometidas no passado por outros membros da mesma raça; e (4) o “caráter moral dos indivíduos é necessariamente determinado pela raça”.

O *Manhattan Institute* apresenta os objetivos da lei como sendo:

- (1) garantir que treinamentos e materiais instrucionais usados para promover a diversidade, equidade e inclusão sejam apresentados de forma transparente aos pais e alunos;
- (2) garantir que os alunos, professores, administradores e funcionários das escolas reconheçam a igualdade, dignidade e os direitos de todas as pessoas, e desencorajar as escolas públicas a ensinar ideias e conceitos contrários a este objetivo.
- (3) garantir que as escolas públicas não obriguem os alunos a se envolverem com ativismo ou defesa política e social.
- (4) evitar que entidades e atores governamentais obriguem estudantes, professores, administradores e outros funcionários de escolas públicas a afirmar determinados discursos ou crenças (COPLAND, 2021, tradução nossa).

Ao longo do texto do modelo, destaca-se o foco que se dá à transparência na formação, em que se tornaria obrigatório garantir o fácil acesso dos pais ao conteúdo e material utilizados; e o controle do currículo escolar, mantendo os materiais utilizados de acordo com o objetivo de reconhecer a igualdade, dignidade e direitos de todas as pessoas. A subseção A-2 é semelhante com o que se encontra em muitas outras legislações, mas aponta

---

<sup>17</sup> America First Policy Institute se apresenta como sendo uma organização sem fins lucrativos e apartidária, que tem como objetivo garantir seus princípios orientadores que são: liberdade, livre iniciativa, grandeza nacional, superioridade militar, envolvimento na política externa no interesse americano e a primazia dos trabalhadores, famílias e comunidades americanas (AMERICA FIRST POLICY, 2023). Foi fundada em 2021, para promover a agenda de políticas públicas de Donald Trump.

para o fato de que nenhuma escola deve obrigar ou direcionar professores ou alunos a adotar conceitos como:

- i. Os Estados Unidos ou o estado de [NOME DO ESTADO] são, fundamental ou irremediavelmente, racistas ou sexistas;
- ii. Um indivíduo, em virtude do sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional, é inerentemente racista, sexista ou opressivo, seja consciente ou inconscientemente;
- iii. Um indivíduo, em virtude de sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional, deve ser responsabilizado por ações cometidas no passado por outros membros do mesmo sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional; ou
- iv. O caráter moral de um indivíduo é necessariamente determinado, no todo ou em parte, pelo seu sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional (COPLAND, 2021, tradução nossa)

Há diferença entre proibir a discussão de uma ideia e proibir a promoção dessa ideia. A maior parte dos modelos de legislação proíbe os professores de apoiar ideias relacionadas aos “conceitos divisivos”. Por exemplo, os modelos dos grupos *Citizens for Renewing America* e da *Heritage Foundation* proíbem as escolas de obrigar os alunos a aderir determinados conceitos que estão na lista da própria legislação. O modelo do grupo *Alliance for Free Citizens* é vago, diz que os professores não podem ensinar nenhum conceito divisivo.

Outros projetos de lei proíbem que conceitos sejam considerados “parte de um curso” ou incluídos no currículo, o que sugere que os professores são proibidos de introduzir essas ideias, mesmo como perspectiva. As leis aprovadas no Arizona, Oklahoma, Tennessee e Texas incluem essa disposição. A lei de Idaho proíbe que seja obrigatório concordar com os conceitos, mas não proíbe a discussão. Este é um dos argumentos utilizados por representantes dos grupos, afirmando ser muito diferente proibir os professores de induzir os alunos a defender crenças, do que afirmar que os professores não podem dizer sobre a existência de determinadas ideias. Opiniões contrárias apontam para o risco de confusão, o que pode fazer com que os professores não ensinem nada sobre o assunto por medo de ultrapassar os limites permitidos (SCHWARTZ, 2021).

A *Citizens for Renewing America* é um grupo de defesa que também analisa fraude eleitoral, segurança das fronteiras e o governo e suas principais questões. Russell Vought, presidente do grupo, dirigiu agências federais com o objetivo de interromper treinamentos relacionados à teoria crítica da raça, antes da Ordem Executiva de Trump. O modelo de lei elaborado pela *Citizens for Renewing America* proíbe as escolas que requeiram apoio às ideias descritas no Projeto 1619. As leis aprovadas em Idaho e Tennessee correspondem à linguagem utilizada no modelo da *Citizens for Renewing America*, embora nenhuma delas

proíba explicitamente o Projeto 1619. O mesmo grupo também lançou conteúdo sobre “como parar a teoria crítica da raça e recuperar o conselho escolar local”.

A *Heritage Foundation* lançou seu próprio modelo de legislação e conversou com legisladores em New Hampshire, Louisiana, Carolina do Sul, Texas e Utah. Na introdução do modelo apresentou o projeto como destinado aos legisladores estaduais em relação às escolas de ensino fundamental e médio. E, logo em seguida, afirma que a discriminação racial é inconsistente com os princípios fundadores dos Estados Unidos, por isso os americanos travaram a guerra civil para eliminar a escravidão, construíram campanhas políticas de longa data para eliminar a discriminação e o racismo se tornou “inaceitável no tribunal”. Concluindo, portanto, que a América e suas instituições não são racistas. Além disso, argumentaram que os americanos deveriam abordar a história da América de forma inspiradora, desmascarando o argumento de que o problema dos negros americanos são causados pelas injustiças do passado. Pelo desenvolvimento intelectual dos alunos do ensino fundamental e médio, a modelo apresenta as seguintes disposições:

- a. De acordo com estas disposições, nenhum funcionário da educação pública deverá obrigar um professor ou aluno a discutir questões de política pública do dia sem o seu consentimento.
- b. Nenhum funcionário da educação pública deverá obrigar um professor ou aluno a adotar, afirmar, aderir ou professar ideias que violem o Título IV e o Título VI da Lei dos Direitos Civis de 1964, incluindo, mas não se limitando ao seguinte:
  1. Que indivíduos de qualquer raça, etnia, cor ou origem nacional são inerentemente superiores ou inferiores;
  2. Que os indivíduos devem ser tratados de forma adversa ou vantajosa com base na sua raça, etnia, cor ou origem nacional;
  3. Que os indivíduos, em virtude de raça, etnia, cor ou origem nacional, carregam culpa coletiva e são inerentemente responsáveis por ações cometidas no passado por outros membros da mesma raça, etnia, cor ou origem nacional.
- c. Nenhuma distinção ou classificação de alunos será feita em razão de raça, etnia, cor ou origem nacional (THE HERITAGE FOUNDATION, 2021, tradução nossa).

### *As eleições dos conselhos escolares*

É interessante que se perceba uma das estratégias da extrema-direita, que é tornar as eleições para membros do conselho escolar partidárias. O Comitê de Ação Política do Projeto 1776 (PAC) foi criado para eleger membros do conselho escolar que estarão comprometidos com a proibição da TCR nos currículos das escolas públicas. O PAC reúne esforços para defender a ideologia conservadora nos conselhos escolares pelo país. Em 2022, os candidatos do PAC conquistaram maioria conservadora em quatro conselhos escolares e mudaram a composição política de cinco conselhos escolares dos Condados da Flórida: Miami-Dade,

Duval, Martin, Clay e Sarasota. Transformaram esses conselhos, que eram de maioria liberal, em conservador, tudo para “remover ideologias de esquerda” das escolas (SLISCO, 2022).

Rapidamente era possível notar os resultados de conselhos escolares conservadores. Um conselho escolar do Texas logo havia proibido a TCR e a “ideologia de gênero” nas escolas. Desde 1998, as eleições do conselho escolar da Flórida foram oficialmente apartidárias, com cédulas que não identificavam qualquer filiação partidária dos candidatos. Por isso, as eleições de 2022 foram consideradas inéditas, o governador republicano da Flórida, Ron DeSantis, endossou a maioria dos candidatos que foram apoiados pelo Projeto 1776. Essa participação pode ter servido para avaliar sua popularidade antes das eleições de novembro.

A Carta aberta dos Membros da Iniciativa 1776 Unites do Woodson Center à Associação Nacional de Conselhos Escolares e os Conselhos Escolares locais afirma que “a queixa racial tem corrompido o ensino da história americana” e aponta que o melhor caminho é uma “aliança apartidária e intelectualmente diversificada”. Na carta apelam para que não digam que a América é racista, que forneçam exemplos de conquistas dos negros, que retomem os valores fundadores da América, “abracem as ideias de família, fé e empreendedorismo”, ideias que permitem que os americanos, inclusive os negros americanos prosperem (WOODSON CENTER, 2021). E se opõe a qualquer currículo que defenda a “ideia da teoria crítica da raça”:

A iniciativa Unites de 1776 do Woodson Center opõe-se incondicionalmente a qualquer currículo que retrate a América como irremediavelmente racista; ensinam que os legados da escravidão, da segregação racial e de outros crimes terríveis são intransponíveis; ou deixar de fornecer exemplos da história das conquistas dos negros contra todas as probabilidades. Pedimos que, em vez disso, as nossas escolas adotem currículos que, em vez de rejeitarem completamente os nossos valores fundadores, abracem as ideias de família, fé e empreendedorismo que permitiram a todos os americanos – incluindo os negros americanos – ao longo da história passar da perseguição para a prosperidade, e irão continuar a fazê-lo nas gerações vindouras (WOODSON CENTER, 2021, tradução nossa).

Acabam propondo que implementem o próprio currículo 1776 Unites do Woodson Center, que oferece histórias americanas motivadoras, que mostram “o que há de melhor em nosso caráter nacional e o que nossa liberdade torna possível mesmo nas circunstâncias mais difíceis”. Afirmam que seus currículos celebram a excelência negra, mas sem vitimização, mostrando que os afro-americanos prosperaram “ao abraçar os ideais fundadores do país” (WOODSON CENTER, 2021).

Ainda que a administração de Biden tenha revogado a OE de Trump, maio de 2021 foi marcado pelo início da primeira onda de leis “anti-TCR”, ou seja, uma reação subnacional conservadora diante do movimento em nível federal. Nesse modelo de federalismo, o poder é constitucionalmente dividido e distribuído entre o governo nacional e os estados, estes com responsabilidades ampliadas no âmbito regional e local; faz parte da essência do modelo de federalismo adotado nos EUA, as discussões e constantes tentativas de equilíbrio entre governos subnacionais e governo nacional; o que, a depender, define o grau de centralização de poder e autonomia entre as unidades (PRADO, 2013).

As primeiras leis com a mesma linguagem e texto da OE 13950 sobre conceitos divisivos foram aprovadas em Oklahoma, Tennessee e Texas. A ideia havia sido espalhada e os estados dominados pelos legisladores republicanos começaram as leituras e votações de projetos de lei envolvendo o assunto educação e a questão de raça, proibindo o ensino da TCR. Apesar do assunto se tratar também da questão dos treinamentos sobre diversidade para funcionários públicos, muitos legisladores republicanos juntamente com os conservadores da extrema-direita escolheram focar nas escolas públicas (PENDHARKAR, 2022).

A onda contra a TCR faz parte de um grande movimento que envolve não apenas leis que restringem aulas sobre raça e racismo nas escolas, mas também políticas escolares que restringem estudantes transgêneros e não binários de participarem de esportes, de usarem banheiros alinhados às suas identidades, e milhares de livros sendo retirados das prateleiras das bibliotecas. Identidade, incluindo raça, gênero e orientação sexual, tornou-se tema de centenas de projetos de lei estaduais, à medida que procuram definir os valores da nação. O debate sobre identidade se intensifica à medida que os candidatos se preparam para a campanha eleitoral, identidade se tornou abertamente um dos principais temas para os políticos conservadores durante campanhas (ALFONSECA, 2023).

Desse mesmo contexto, a onda contra o ensino sobre orientação sexual e identidade de gênero também se manifestava. Na Flórida, a lei “Don’t say gay” foi aprovada em março de 2022. O governador Ron DeSantis assinou a lei dos direitos dos pais na educação, que proíbe estudantes e professores LGBTQ de falarem sobre suas identidades nas salas de aula, proíbe a educação sobre orientação sexual e identidade de gênero. Essa lei estimulou outros projetos

de lei semelhantes por todo o país<sup>18</sup>. Outra característica marcante do contexto foi a proibição de livros sobre temas ou com personagens LGBTQ em abril de 2022.

Além disso, na Virgínia, o governador da Glenn Youngkin assinou lei antitransgênero (setembro de 2022), que exige que professores exponha aos pais informações sobre a identidade de gênero de um aluno, exige que usem o sexo e nome atribuído ao aluno quando nasceu, mesmo que o aluno e seus pais solicitem o contrário. A política exige também que os alunos transgêneros utilizem os banheiros e joguem em equipes de esporte que estejam alinhadas ao sexo atribuído de nascença (PENDHARKAR, 2022).

Além disso, destaca-se aqui algumas legislações, para reiterar o argumento de que a mobilização não se fixa na raça e racismo ou na TCR. Na Florida, a lei HB1069, proíbe que os materiais utilizados pelas escolas públicas para ensinar saúde reprodutiva devem passar pela análise do Departamento de Educação e deve ensinar apenas sobre sexo biológico e determinado no nascimento. Os funcionários não podem usar pronomes pessoais que não corresponda ao seu sexo biológico no nascimento. Não pode instruir os alunos sobre orientação sexual, identidade de gênero ou “conduta sexual”. No estado de Indiana (HB1608) e no estado de Iowa (SF 496), as escolas são proibidas de ensinar sobre sexualidade humana nas séries até o 3º ano, e ensinar sobre identidade de gênero ou atividade sexual nas séries até o 6º ano. A lei exige que a escola notifique por escrito os pais do aluno que solicite ser chamado por outro nome ou pronome.

Em Kentucky, em qualquer série, as escolas são proibidas de ensinar, apresentar ou explorar identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual. Além disso, a lei SB 150 exige um novo tipo de atenção a relação das escolas e departamento escolar com os pais:

exige que os distritos escolares adotem procedimentos específicos relacionados aos direitos dos pais; limita a autoridade do Conselho de Educação de Kentucky e do Departamento de Educação de Kentucky em relação aos direitos dos pais e ao uso de pronomes pelos alunos; proíbe políticas distritais ou escolares com a intenção de manter as informações dos alunos confidenciais para os pais (Kentucky SB 150, tradução nossa).

O projeto de lei HB 800 do Tennessee, não aprovado, proibia as escolas de abordarem de qualquer forma “estilos de vida de lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros”. O projeto de

---

<sup>18</sup> Na Flórida, a lei HB1069 proíbe qualquer instrução sobre orientação sexual ou identidade de gênero desde a pré-escola até o ensino fundamental (lei ampliada); e a lei 1521 criminaliza pessoas trans por usarem banheiro que corresponda à sua identidade. Em Montana, a lei SB518 permite que as escolas expulsem os alunos transgêneros e não-brinários; a lei HB676 permite que os pais retirem os alunos da escola pública caso discordem do plano de aula. Em Nebraska, a lei LB574 proíbe jovens transexuais de receberem cuidados de saúde adequados à idade e a condições melhores de afirmação de gênero.

lei de West Virginia (SB 2521) proibia as escolas de expor qualquer “assunto obsceno” apontando como “qualquer exposição de travestis ou transgêneros”.

Há dois projetos de lei em Oklahoma que estão pendentes, propostos em 06/02/2023, SB 1017 proíbe as escolas públicas de oferecer qualquer tipo de material que tenha como tema o estudo de questões LGBT. E SB 937 proíbe as escolas públicas de promover conceitos relacionados à identidade de gênero ou orientação sexual (definida como homossexual, identidades lésbicas ou transgêneros). Proíbe também o uso de pronomes “não óbvios”.

Essa onda consiste em reações à expansão da diversidade, equidade e inclusão. Essas reações começaram em 2020 e cresceram ao longo de dois anos com várias iniciativas que atingem as experiências escolares dos alunos. Os esforços são conduzidos principalmente por legisladores republicanos e grupos da extrema-direita, que afirmam que os temas são inadequados, e que o que é ensinado sobre raça e racismo está ligado a um programa anti-nação. O fato é que os ativistas e políticos conservadores usam a expressão “teoria crítica da raça” de forma genérica para se referir a qualquer análise do racismo sistêmico. Independente de quanto o conceito acadêmico afeta os esforços, a TCR é vinculada à base de consciência racial, formações sobre diversidade e educação sobre racismo. A teoria crítica da raça é o novo bicho-papão da extrema-direita. Políticos e meios de comunicação de direita atacam uma versão do antirracismo (MUDDE, 2021).

É possível pontuar os objetivos políticos globais dos ataques à TCR: (1) mobilizar base partidária para futuras eleições; (2) frustrar os esforços para promover justiça e igualdade racial e atenuar os esforços para aumentar a participação democrática de membros de grupos marginalizados; (3) frustrar esforços para fornecer uma história americana completa; e (4) impedir a discussão do papel de raça e racismo. (LÓPEZ, 2021). Sobre o primeiro ponto, os legisladores e defensores da extrema-direita perceberam o potencial político dos ataques às discussões sobre gênero e justiça racial nas escolas. Esses ataques poderiam servir como questões polêmicas para reunir conservadores e moderados. As legislações contra a TCR servem para mobilizar a base republicana para as eleições, principalmente eleições em que as câmaras do Congresso estão em disputa, além disso, eleições menores para controlar cargos locais, como as eleições para Conselho Escolar local (LÓPEZ, 2021).

### **CAPÍTULO 3 - AS AÇÕES DE BANIMENTO E RESTRIÇÕES ESTADUAIS À APLICAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA DA RAÇA NOS ESTADOS UNIDOS (2020-2022)**

Nossa pesquisa identificou e examinou as ações de banimento e restrições estaduais à aplicação da Teoria Crítica da Raça e ao debate sobre raça e racismo nos Estados Unidos, particularmente aquelas produzidas no âmbito legislativo federal e estadual. Primeiramente, fizemos um mapeamento das legislações estaduais que se referiam a TCR, ao Projeto 1619, raça e racismo na educação e em treinamentos, e/ou conceitos divisivos, entre os anos de 2020 e 2023. O debate começa em 2020, mas as legislações começam a ser propostas em 2021.

O mapeamento das legislações foi feito através do grupo de pesquisa do INEU por Débora Prado, Julia Assad e Vitória Ribeiro. A pesquisa da *Education Week* foi usada como base, e a pesquisa da UCLA e o banco de dados da *PEN America* foram disponibilizados quando a presente pesquisa já estava em andamento, porém serviram para conferência do material e atualização das informações e dos dados usados nesta pesquisa. De acordo com os dados da organização *PEN America*, foram 307 legislações propostas entre janeiro de 2021 e novembro de 2023. Cada estado teve pelo menos uma legislação proposta, boa parte dos estados tiveram mais de 4 legislações propostas, sendo Missouri o estado com mais legislações propostas, 38. Dentre essas legislações propostas, a maioria não foi adotada; e o conteúdo delas varia, algumas estão focadas na restrição de professores do ensino fundamental e médio, outras visam a transparência de currículo, outras são destinadas também a estudantes LGBTQIA+. O banco de dados da *PEN America* atualiza as legislações que limitam o debate de raça e/ou gênero e sexualidade, visto que a onda de legislações contra a TCR foi acompanhada também da onda contra o debate de gênero e sexualidade nas escolas.

A partir das pesquisas da *UCLA*, *PEN America* e *Education Week*, dentro do recorte da presente pesquisa, foram analisadas legislações que abordam raça na educação e em treinamentos, entre os anos de 2021 (apesar de o debate ter se iniciado em 2020, com a Ordem Executiva de Trump) e 2023 (novembro de 2023).

Foram identificados 245 projetos de lei propostos em condições de tramitar nas casas legislativas. Geralmente, é o “sponsor” que apresenta ou orienta um projeto de lei ou resolução para a consideração dos legisladores durante o processo legislativo, essas legislações introduzidas são fontes de projetos de lei partidários republicanos, ainda que estados que são controlados por democratas tenham leis contra a TCR. Um projeto de lei é uma ideia para uma nova lei ou para alterar ou eliminar uma lei existente. Vários projetos de

lei entram no processo legislativo a cada vez que o legislativo se reúne, através da Câmara ou do Senado. E para se tornarem leis, os projetos devem ser aprovados em ambas as câmaras e evitar o veto do governador, podendo também serem sancionadas sem a aprovação dos legisladores, apenas pelo governador, essas são chamadas de Ordens Executivas. Destaca-se aqui que também é possível anular o veto do governador, caso haja maioria simples de votos dos membros de ambos os órgãos legislativos.

### **3.1 Legado da Ordem Executiva 13950**

É possível identificar que a onda de legislações tem início após a declaração e assinatura da Ordem Executiva 13950 de Trump. Os estados de Idaho e Dakota do Norte se destacam pela rapidez do período entre a apresentação do projeto de lei e a data de vigência. Levaram 12 e 4 dias respectivamente para aprovarem os projetos de lei no ano de 2021. Diferente dos outros estados que levaram 1 a 4 mês para aprovar como lei. É possível entender o fenômeno como uma onda de leis contra a TCR. Visto que, as datas de apresentação do projeto de lei em cada estado começam em fevereiro de 2021, algumas em março e abril de 2021. Com exceção de Iowa, que tem o projeto apresentado em 08/06/2021 e Dakota do Norte em 08/11/2021. Mississippi, Georgia e Kentucky tiveram as leis apresentadas em janeiro de 2022, e aprovadas até abril do mesmo ano. Em Virgínia e Dakota do Sul, as Ordens Executivas foram assinadas em 2022 (início). No Arkansas, em 2023. Em Utah, a lei foi aprovada em março de 2023.

Os projetos de lei propostos (anexo A) proíbem escolas de ensino fundamental e ensino médio, instituições de ensino superior, agências estaduais e subdivisões políticas, de exigir que alunos e funcionários adotem princípios supostamente associados à Teoria Crítica da Raça, proíbem que ensine, treine ou instrua “determinados conceitos” relacionados à raça ou sexo, cor, religião, etnia, origem nacional. Todas as leis têm em comum a declarada intenção de proibir a discriminação com base em sexo e raça (algumas incluem outras categorias), seja no campo das ideias, metodologias em sala de aula, seja nos materiais de treinamentos e currículos de cursos. Algumas têm como alvo desde agências e entidades governamentais até professores de escolas públicas. Mas, a maioria tem como alvo funcionários públicos, escolas públicas, instituições de ensino superior, entidades estaduais (departamento de educação, Conselhos Escolares, distritos escolares).

Sobre o conteúdo das leis, em um panorama geral, alguns projetos de lei permitem que faculdades ensinem sobre a TCR e suas ideias, entretanto, não permitem que obriguem a adotá-las ou afirmá-las. Algumas isentam funcionários da obrigatoriedade de compartilhar seu ponto de vista em relação a questões muito debatidas sobre políticas públicas e assuntos sociais (Alabama HB312, Ohio HB322, Oklahoma SB1174<sup>19</sup>, Tennessee HB 2417<sup>20</sup>/SB2283). Por exemplo: “A lei relacionada à educação e treinamento (...) para proibir as instituições públicas de ensino superior de obrigar os alunos a concordar com certos conceitos relativos a raça, sexo ou religião (...)” (ALABAMA HB 312, tradução nossa). A lei HB 322 de Ohio proíbe a obrigatoriedade dos alunos e funcionários de aprenderem e defenderem as ideias, mas tem seu conteúdo mais restrito, pois proíbe que os professores discutam sobre questões controversas de assuntos sociais ou políticas públicas.

Palavras como “doutrinar” e “inculcar” são muito usadas nos textos dos projetos para afirmar a proibição de doutrinar e inculcar essas ideias a estudantes ou funcionários, que também não devem sofrer penalidades caso se recusem a participar de treinamentos ou não queiram afirmar ou defender essas ideias (Alabama SB 292, Alaska HB 330, Florida HB 7/SB 148, Kansas HB 2662/SB 496, Missouri SB 740/HB 2827, New Hampshire HB 1255, Pensilvânia HB 2521, Carolina do Sul S 246, Utah HB 441). Por exemplo:

Artigo 15. Instrução e Funcionários e Contratados de Escolas Públicas.  
6 seg. 14.30.800. Instrução de funcionários e prestadores de serviços de escolas públicas.  
(a) Um funcionário ou contratado de uma escola pública não pode:  
(1) doutrinar ou persuadir, ou tentar doutrinar ou persuadir, um aluno a afirmar, adotar ou aderir a um ponto de vista específico que seja inconsistente com os padrões adotados pelo conselho; ou  
(2) fornecer um curso de instrução ou uma unidade de estudo que direcione ou de outra forma obrigue um aluno a afirmar, adotar [conceitos divisivos] (ALASKA HB 330, tradução nossa).

Outro exemplo é a lei HB 7 da Flórida que proíbe que alunos e funcionários sejam punidos caso não queiram participar de aulas ou treinamentos sobre essas ideias sobre raça, sexo ou origem nacional, e também proíbe que a participação em treinamentos sejam pré-requisitos para certificação ou aprovação em exames.

Alguns proíbem o financiamento privado ou estatal de currículos ou formação de professores para fins de treinamento de diversidade, ou outra coisa que envolva raça (Ohio

---

<sup>19</sup> A lei SB 1174 de Oklahoma proíbe a obrigatoriedade do treinamento e aconselhamento sobre gênero, diversidade sexual, estereótipo de raça ou sexo para estudantes, além de proibir o uso de “conceitos específicos” nas escolas.

<sup>20</sup> Impede que faculdades e universidades públicas exijam que professores ou alunos discutam questões de políticas públicas, ou adotem certas ideias relacionadas à raça, etnia, cor ou origem nacional.

HB 322, Arkansas HB 1231, Idaho HB 377, Carolina do Sul H 4392, Texas SB 3). O caso da lei SB 3 do Texas é emblemático, proíbe o financiamento privado para currículo ou desenvolvimento profissional, seja nas escolas públicas ou nas empresas e agências estaduais. Outro exemplo é de Idaho HB 377:

PROIBIÇÃO DE DESPESAS DE DINHEIRO PARA DETERMINADOS FINS. Nenhum dinheiro será gasto pelo conselho estadual de educação, qualquer entidade sob a jurisdição do conselho estadual de educação, ou qualquer distrito escolar, escola pública licenciada ou instituição pública de ensino superior para qualquer finalidade proibida na seção 33-138, Código de Idaho (IDAHO HB 377, tradução nossa).

Em alguns, as instituições proibidas são aquelas financiadas pelo estado (Missouri SB 410, Tennessee HB 2313/SB 2298, West Virginia HB 2595). Como exemplo:

ARTIGO 2.º Gabinete do Orçamento do Estado.  
§11B-2-33. Proibido dinheiro para agências que promovem “conceitos divisivos”. Será política do Estado da Virgínia Ocidental proibir o financiamento estatal para agências estatais que promovam estereótipos raciais ou sexuais ou a criação de bodes expiatórios, e será proibido que qualquer financiamento estatal seja destinado a agências da Virgínia Ocidental que promovam “conceitos divisivos”. (VIRGINIA OCIDENTAL HB 2595).

Outros proíbem o uso de materiais didáticos que possuem esses conceitos divisivos (Ohio HB 322, Carolina do Sul H 4100, HB5150; Texas HB 178, HB28). Outros proíbem incluir no currículo qualquer informação relacionada a sexo, raça e etnia (Wyoming HB 205, Wisconsin SB411/AB411; West Virginia HB4016, Virginia SB29, Rhode Island H5739). Por exemplo:

(SDE: Currículo de Partidarismo) Para o atual ano fiscal, dos fundos alocados pelo Departamento de Educação aos distritos escolares, nenhum dinheiro será usado por qualquer distrito escolar ou escola para fornecer instrução, ensinar, instruir ou treinar qualquer administrador, professor, membro da equipe ou funcionário adotar ou acreditar, ou aprovar para uso, fazer uso ou executar padrões, currículos, planos de aula, livros didáticos, materiais instrucionais ou práticas instrucionais que servem para inculcar qualquer um dos [conceitos divisivos] (CAROLINA DO SUL H 4100, tradução nossa).

Pelo menos 68 projetos de lei citam a palavra “currículo”, e 65 citam treino ou treinamento. Pelo menos 20 projetos de lei propostos não incluem “escolas K-12”, que são escolas de ensino fundamental e ensino médio, essas têm como instituições-alvo as instituições de ensino superior e as agências estaduais (Wisconsin SB409/AB413; Texas SB16, HB1607, HB1006; Tennessee HB2417/SB2283; Rhode Island H6070; Oklahoma

SB1141, SB614, SB830; Ohio HB33; Dakota do Norte SB2247; New Hampshire HB1313; Missouri SB41). Exemplo:

Uma lei relativa à finalidade das instituições públicas de ensino superior e uma proibição de obrigar alunos matriculados nessas instituições a adotarem certas crenças.

Capítulo 50. Objetivo do Ensino Superior

Seg.50.001. Objetivo de Ensino Superior. Uma instituição pública de ensino superior deve estar comprometida com a criação de um ambiente de: (1) investigação intelectual e liberdade acadêmica para que todos os alunos estejam preparados para participar no mercado de trabalho e a melhoria da sociedade; e (2) diversidade intelectual para que todos os alunos sejam respeitados e educados, independentemente de raça, sexo, etnia, crença social, política ou religiosa (TEXAS SB 16, tradução nossa).

Desses 245 projetos de lei propostos, 49 foram propostos em 2021, 132 foram propostos em 2022, e em 2023 foram 64 projetos de lei propostos. Desses 245, 176 projetos de lei propostos não foram aprovados, 48 estão pendentes, e 21 foram aprovados e se tornaram leis. Do total de projetos de lei propostos, 22 projetos propostos citam explicitamente o Projeto 1619, apenas 10 citam explicitamente a TCR.

As leis de Idaho (2021), Arkansas (2021), Dakota do Norte (2021) citam explicitamente a Teoria Crítica da Raça. Essas leis apontam que a TCR e seus princípios exacerbam divisões com base em sexo, raça, etnia, religião, cor, origem nacional ou outros critérios de forma contrária a unidade da nação (Idaho - HB377), propondo o oposto aos valores tradicionais americanos, dando ênfase a cor da pele como característica primária e recuperando valores segregacionistas (Arkansas - OE -23-05).

A Teoria Crítica da Raça (CRT) é antitética aos valores americanos tradicionais de neutralidade, igualdade e justiça. Enfatiza a cor da pele como característica primária de uma pessoa, ressuscitando assim valores segregacionistas, que a América tanto lutou para rejeitar;(...)

A Constituição do Estado de Arkansas e a Constituição dos Estados Unidos da América reconhecem o valor igual de cada indivíduo e fornecem proteção igual perante a lei, independentemente de cor, credo, raça, etnia, sexo, idade, estado civil, situação familiar, deficiência, religião e origem nacional.(ARKANSAS, ORDEM EXECUTIVA 23-05, tradução nossa).

Na lei do estado da Dakota do Norte, TCR foi interpretada como “a teoria de que o racismo não é apenas o produto de preconceitos ou preconceitos individuais aprendidos, mas que o racismo está sistematicamente incorporado na sociedade americana e no sistema jurídico americano para facilitar a desigualdade racial” (Dakota do Norte - HB 1508- tradução nossa).

## *Sobre conceitos divisivos*

As expressões “*conceitos divisivos (divisive concepts)*” ou “determinados conceitos” ou “certas ideias” aparecem frequentemente nas propostas legislativas que objetivam interditar os efeitos da TCR e nos debates públicos sobre raça e racismo. Para os que são contra a TCR, e qualquer expressão de educação antirracista, os conceitos são ideias em torno de raça ou sexo que geram premissas “perigosas” envolvendo superioridade, opressão, discriminação, respeito e caráter moral. Além disso, adiciona-se a essas ideias as percepções de responsabilizar indivíduos por ações cometidas no passado pelos indivíduos de mesma raça ou sexo, desconforto e culpa por pertencer a uma determinada raça ou sexo; e o entendimento de que meritocracia é criação de uma determinada raça para oprimir outra raça.

Também entendem “conceitos divisivos” como estereótipos ou “bode expiatório” racial ou sexual. Adiciona-se a isso as perspectivas que colocam o país numa posição diferente dos ideais americanos, do governo como ele é, ao Estado de Direito, as leis e tradições americanas. Os “conceitos divisivos” envolvem também o entendimento de que a escravidão está nas raízes da fundação do país e perduram até os dias atuais. Tudo o que vai contra a liberdade e igualdade dos princípios fundadores da nação.

As leis do Arkansas, Oklahoma, Tennessee, Texas, Georgia e Dakota do Sul citam “**conceitos divisivos**” ou “determinados conceitos” e explicam o seu significado:

- a. uma raça ou sexo é inerentemente superior a outra raça ou sexo,
  - b. um indivíduo, em virtude da sua raça ou sexo, é inerentemente racista, sexista ou opressivo, seja consciente ou inconscientemente,
  - c. um indivíduo deve ser discriminado ou receber tratamento adverso única ou parcialmente devido à sua raça ou sexo,
  - d. membros de uma raça ou sexo não podem e não devem tratar os outros sem respeito por sua raça ou sexo,
  - e. o caráter moral de um indivíduo é necessariamente determinado por sua raça ou sexo,
  - f. um indivíduo, em virtude de sua raça ou sexo, é responsável por ações cometidas no passado por outros membros da mesma raça ou sexo,
  - g. qualquer indivíduo deve sentir desconforto, culpa, angústia ou qualquer outra forma de sofrimento psicológico devido à sua raça ou sexo, ou
  - h. a meritocracia ou características como uma ética de trabalho árduo são racistas ou sexistas ou foram criadas por membros de uma determinada raça para oprimir membros de outra raça.
- (Arkansas-SB 627, Oklahoma-HB 1775, Tennessee-HB 580/SB 623, Texas-SB 3, Georgia-HB 1084, Dakota do Sul-HB 1012, tradução nossa)

As leis dos estados Arkansas e Geórgia ainda acrescentam que:

(I) O termo “conceito divisivo” inclui qualquer outra forma de estereótipo racial ou sexual ou qualquer outra forma de bode expiatório racial ou sexual;  
(ARKANSAS-SB 627; GEÓRGIA-HB 1084, tradução nossa)

A lei do estado do Tennessee adiciona os seguintes tópicos:

- (9) Promover ou defender a derrubada violenta do governo dos Estados Unidos;
- (10) Promover divisão ou ressentimento em relação a raça, sexo, religião, credo, filiação política não violenta, classe social ou classe de pessoas;
- (11) Atribuir traços de caráter, valores, códigos morais ou éticos, privilégios ou crenças a uma raça ou sexo, ou a um indivíduo devido à raça ou sexo do indivíduo;
- (12) O Estado de direito não existe, mas sim uma série de relações de poder e lutas entre grupos raciais ou outros;
- (13) Todos os americanos não são criados iguais e não são dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, incluindo a vida, a liberdade e a busca da felicidade;
- ou
- (14) Os governos devem negar a qualquer pessoa dentro da jurisdição do governo a igual proteção da lei. (TENNESSEE-HB 580/SB 623, tradução nossa)

E a lei do Texas incorpora ao significado de “conceitos” o seguinte trecho:

- (ix) o advento da escravidão no território que hoje é os Estados Unidos constituiu a verdadeira fundação dos Estados Unidos; ou
- (x) no que diz respeito à sua relação com os valores americanos, a escravidão e o racismo são qualquer coisa além de desvios, traições ou falhas em cumprir os autênticos princípios fundadores dos Estados Unidos, que incluem liberdade e igualdade (TEXAS-SB 3, tradução nossa) .

Já a lei do estado de Utah apresenta a mesma ideia, mas em perspectiva afirmativa, apontando que são consistentes com os seguintes princípios da liberdade individual:

- (i) o princípio de que todos os indivíduos são iguais perante a lei e têm direitos inalienáveis; e
  - (ii) os seguintes princípios de liberdade individual:
    - (A) que nenhum indivíduo é inerentemente racista, sexista ou opressivo, seja consciente ou inconscientemente, apenas em virtude da raça, sexo ou orientação sexual do indivíduo;
    - (B) que nenhuma raça é inerentemente superior ou inferior a outra raça;
    - (C) que nenhuma pessoa deve ser sujeita a discriminação ou tratamento adverso exclusiva ou parcialmente com base na raça, cor, origem nacional, religião, deficiência, sexo ou orientação sexual do indivíduo;
    - (D) que a meritocracia ou os traços de caráter, incluindo a ética do trabalho árduo, não são racistas nem associados ou inconsistentes com qualquer grupo racial ou étnico; e (...)
- (UTAH-HB 0427, tradução nossa)

Todas as leis examinadas incidem sobre o campo educacional em todas as suas esferas escolares. As instituições-alvo das leis envolvem professores, funcionários e alunos de escolas

públicas, instituições de ensino superior, instituições públicas, programas de treinamento, entidades estaduais, agências governamentais, distritos escolares, Agência Local de Educação e Secretaria do Departamento de Educação. A lei do Arkansas (SB 627) é a que mais se destoa das outras por alcançar vários departamentos que não têm relação com o Departamento de Educação; apresentando como “entidades estaduais” os Departamentos de Agricultura, Comércio, Meio Ambiente e Energia, Finanças e Administração, da Saúde, dos Serviços Humanos, de Segurança Pública, e muitos outros. Além disso, a lei afirma que ao grupo de “entidades estaduais” não estão incluídas escolas públicas, instituições de ensino superior e subdivisões políticas do estado. Outra lei que chama a atenção é a de Iowa (HF802), por englobar instituições-alvo em geral, instituições públicas, agências governamentais, distritos escolares e instituições de ensino superior.

*Sobre as leis aprovadas*, das 21 leis aprovadas (Quadro 1), 3 são do Tennessee, 3 da Carolina do Sul e 2 do Arkansas. As outras são do Arizona, Dakota do Norte, Dakota do Sul, Florida, Georgia, Idaho, Iowa, Kentucky, Mississippi, New Hampshire, Oklahoma, Texas e Utah. Das 21 leis aprovadas, 8 foram assinadas pelos governadores de 2021, 1 tornou-se lei sem a assinatura do governador em 2021 (Arkansas SB 627), 7 foram assinadas como lei pelos governadores em 2022, e 4 foram assinadas pelos governadores em 2023.

A lei SB 1 de Kentucky teve o veto do governador Beshear anulado pelos legisladores em 14/04/2022, o que pode acontecer caso a maioria não concorde com o veto do governador.

### Quadro 1 - Legislações aprovadas

Estado	Lei	Data da Vigência	Resumo da Lei
Arizona	HB 2906/SB 1840	Assinada como lei pelo governador Ducey em 09/07/21	Proíbe “treinamento e orientação que apresente qualquer forma de culpa ou julgamento com base em raça, etnia ou sexo”.
Arkansas	SB627	Tornou-se lei sem assinatura do governador 03/05/21	Proíbe a propagação de “conceitos divisivos”, prevê requisitos para análise de materiais de treinamento de entidades estaduais.
Arkansas	SB 294	Assinado pelo governador Huckabee em 08/03/2023	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de promover ideologias que entrem em conflito com o princípio da igualdade de proteção perante a lei ou que incentivem a discriminação, como a Teoria Crítica da Raça. As escolas não podem oferecer instrução em sala de aula relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero na educação infantil.
Carolina do Sul	H 4100	Assinado como lei pelo governador McMaster em 25/06/21	Determina que os fundos não devem ser usados pelas escolas públicas "para fornecer instrução, ensinar, instruir e treinar qualquer administrador, professor, funcionário para adotar ou acreditar, ou fazer uso ou transferir padrões, currículos, planos de aula, livros didáticos, materiais instrucionais ou práticas instrucionais que servem para inculcar" certos conceitos.
Carolina do Sul	HB 5150 (Part 1B, Sec. 1.93)	Assinada como lei pelo Governador McMaster em 22/06/2022	Proíbe as escolas públicas de ensino fundamental e médio de gastar quaisquer fundos alocados pelo Departamento de Educação para instruir ou treinar qualquer aluno ou funcionário a adotar ou acreditar em certas ideias relacionadas a raça ou sexo. As escolas não podem usar esses fundos para fazer uso de currículos, planos de aula, livros didáticos ou materiais instrucionais que “servem para inculcar” essas ideias.
Carolina do Sul	HB 4300 (Part 1B, Sec. 1.82)	Assinado como lei pelo governador McMaster em 20/06/2023	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de usar quaisquer fundos estaduais para fornecer instruções sobre certos conceitos relacionados a raça ou sexo.
Dakota do Norte	HB1508	Assinada pelo Governador Burgum em 12/11/2021	Cada distrito escolar e escola pública deve garantir que a instrução de seu currículo seja objetiva e alinhada com os padrões de conteúdo estadual desde o jardim de infância. Um distrito escolar ou escola pública não pode incluir instruções relacionadas à “teoria crítica da raça” em qualquer parte do currículo.
Dakota do Sul	HB 1012	Assinada pelo Governador Noem em 21/03/2022	Proíbe as faculdades públicas de obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a raça, sexo e outras características, e exigir que os alunos ou funcionários participem de qualquer treinamento ou orientação que ensine essas ideias.
Flórida	SB 266/HB 999	Assinada como lei pelo governador DeSantis em 15/05/2023	Proíbe instituições de ensino superior de gastarem quaisquer fundos estaduais ou federais em qualquer programa ou atividade do campus que viole o Stop W.O.K.E. Lei (HB 7), que defende a diversidade, a equidade e a inclusão, ou que promove ou se envolve em ativismo político ou social. Os conselhos de administração são obrigados a analisar as suas instituições.

Georgia	HB1084	Assinado pelo Governador Kemp em 28/04/2022	Impede que programas de treinamento e currículos promovam “determinados conceitos”; exige que o Conselho de Educação proíba discriminação com base na raça; exige que currículos e programas de treinamento incentivem seus funcionários a não julgar com base na raça; providencia a promulgação de uma política modelo pelo Conselho Estadual de Educação.
Idaho	HB377	Assinada como lei pelo Governador Little em 28/04/21	Defende a dignidade e os direitos dos outros em expressar opiniões divergentes, e a “honestidade intelectual”, liberdade de investigação e instrução e liberdade de expressão e associação. Os princípios da “teoria crítica da raça” minam estes objetivos. Proíbe o uso de dinheiro público para determinados fins.
Iowa	HF802	Assinada como lei pelo Governador Reynolds em 08/06/21	Define requisitos relacionados a treinamentos de racismo ou sexismo e esforços de diversidade e inclusão por agências e entidades governamentais, distritos escolares e instituições públicas de ensino superior, instituições educacionais (fundamental e médio). (Anteriormente HSB258)
Kentucky	SB1	Veto do governador Beshear anulado pela legislatura 14/04/2022	Define os padrões acadêmicos de estudos sociais que escolas públicas devem se basear, incluindo "todos os indivíduos são criados iguais, direitos iguais sobre as leis, um indivíduo merece ser tratado com base no seu caráter, um indivíduo não assume responsabilidades por ações cometidas por outros da mesma raça e sexo, etc".
Mississippi	SB2113	Assinada como lei pelo governador Reeves em 14/03/2022	Determina que nenhuma instituição pública de ensino superior, faculdade, escola deve orientar ou obrigar os alunos a afirmar que qualquer sexo, raça, etnia, religião ou origem nacional é superior a outra; estabelece que nenhum curso de instrução seja ministrado se afirmar tais princípios; garante que nenhum fundo seja gasto para qualquer finalidade que viole esta lei.
New Hampshire	HB2 - HB 544	HB 2 foi sancionado pelo governador Sununu em 25/06/21	Lei sobre orçamento do estado (taxas, fundos, receitas e despesas estaduais) que inclui a proibição da discriminação devido à idade, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, raça, crença, cor, estado civil, situação familiar, deficiência mental ou física, religião ou origem nacional.
Oklahoma	HB1775	Assinada como lei pelo Governador Stitt em 07/05/21	Proíbe instituições de obrigarem alunos a se engajar em determinados treinamentos; proíbe orientações, direcionamentos que envolvam “determinados conceitos”; proíbe que funcionários de escolas exijam que “determinados conceitos” façam parte de um curso.
Tennessee	HB580/ SB623	Assinada como lei pelo governador Lee em 25/05/21	Proíbe escolas públicas e Agência Local de Educação de incluir ou promover “determinados conceitos” relacionados à raça e sexo, em cursos de instrução, currículos, programas educacionais e materiais de instrução. Estabelece parâmetros para o ensino de determinados conceitos relacionados a raça e sexo.
Tennessee	HB2670/ SB 2290	Assinada como lei pelo Governador Lee em 08/04/2022	Proíbe faculdades e universidades públicas de incluir certas ideias relacionadas a raça e sexo em quaisquer “seminários, workshops, treinamentos e orientações”.
Tennessee	HB 2673/SB 2684	Assinada como lei pelo governador Lee em 25/05/2022	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir em suas instruções quaisquer "conceitos anti-semitas".

Texas	SB 3	Assinada como lei pelo Governador Abbott em 17/09/21	Cria programa de treinamento cívico para professores e administradores. Exige que os pais recebam credenciais de login para materiais de instrução on-line. Proíbe os professores de serem "obrigados a discutir um determinado evento atual ou uma questão amplamente debatida e políticas públicas e assuntos sociais controversos atuais". Proíbe Projeto 1619.
Utah	HB0427	Assinada como lei pelo Governador Cox em 15/03/2023	Garante a manutenção da liberdade constitucional nas escolas públicas; garante os princípios da "liberdade individual" colocando o oposto dos "conceitos divisivos".

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na PEN America pelo grupo do INEU.

Apenas a lei SB3 do Texas cita explicitamente o Projeto 1619, quando proíbe escolas e agências estaduais de exigirem a compreensão do Projeto. A mesma lei altera a lei HB 3979, removendo materiais do currículo de estudos sociais; cria programas de treinamento cívico para professores e administradores; exige a transparência dos materiais usados em sala de aula e a disponibilização de login para o acesso dos pais; proíbe os professores de discutirem assuntos controversos, política pública e “assuntos sociais”; e proíbe o ensino de “tais conceitos”. Essa lei é voltada para escolas públicas de ensino fundamental e ensino médio e para agências estaduais; é focada no conteúdo dos currículos e ensino em sala de aula.

A lei HB 377 é uma das poucas entre as aprovadas que cita explicitamente a Teoria Crítica da Raça. Assinada pelo governador Bradley Little em 28/04/2021, tem como assunto a “dignidade e não-discriminação na educação pública”, defende os direitos de expressão, liberdade de investigação e associação. E afirma que os princípios da TCR são contrários a esses objetivos. Essa lei tem como alvos as instituições de ensino superior e escolas públicas.

A lei SB 294 do Arkansas também cita a TCR, afirmando que ela é um exemplo de ideologia que incentiva a discriminação e contrária ao princípio de igualdade perante a lei:

(...) incluirão a revisão das regras, políticas, materiais e comunicações do Departamento de Educação para identificar quaisquer itens que possam, propositalmente ou não, promover o ensino que poderia doutrinar os alunos com ideologias, como a Teoria Crítica da Raça, também conhecida como "CRT", que entram em conflito com o princípio da igualdade de proteção perante a lei ou incentivam os alunos a discriminar alguém com base na cor, credo, raça, etnia, sexo, idade, estado civil, situação familiar, deficiência, religião, origem nacional ou qualquer outra característica protegida por lei federal ou estadual (ARKANSAS SB294, tradução nossa).

A lei HB 1508 da Dakota do Norte cita a TCR ao proibir que as escolas a incluam no currículo:

Cada distrito escolar e escola pública deve garantir que a instrução de seu currículo seja factual, objetiva e alinhada ao jardim de infância até os padrões de conteúdo estaduais da décima segunda série. Um distrito escolar ou escola pública não pode incluir instrução relacionada à teoria crítica da raça em qualquer parte do currículo oferecido pelo distrito (...) ou escola. Para os fins desta seção, "teoria crítica da raça" significa a teoria de que o racismo não é apenas o produto de preconceitos ou preconceitos individuais aprendidos, mas que o racismo está sistematicamente incorporado na sociedade americana e no sistema jurídico americano para facilitar a desigualdade racial (DAKOTA DO NORTE HB 1508, tradução nossa).

**Quadro 2 - Categorias analisadas das legislações aprovadas**

Estado	Lei	Instituição-Alvo	Comportamento Regulado	Conteúdo proibido
Arizona	HB 2906/ SB 1840	Agências estaduais e subdivisões políticas	Treinamentos	Culpa com base na raça
Arkansas	SB627	Agências estaduais	Treinamentos	Conceitos divisivos
Arkansas	SB 294	Escolas públicas de ensino fundamental e médio	Ensino em sala de aula	Teoria Crítica da Raça
Carolina do Sul	H 4100	Escolas públicas de ensino fundamental e médio	Currículos e ensino em sala de aula	Conceitos divisivos
Carolina do Sul	HB 5150 (Part 1B, Sec. 1.93)	Escolas públicas de ensino fundamental e médio	Currículos e ensino em sala de aula	Conceitos divisivos
Carolina do Sul	HB 4300 (Part 1B, Sec. 1.82)	Escolas públicas de ensino fundamental e médio	Ensino em sala de aula	Conceitos divisivos
Dakota do Norte	HB 1508	Escolas públicas de ensino fundamental e médio	Currículos	Teoria Crítica da Raça
Dakota do Sul	HB 1012	Instituições de Ensino Superior	Ensino em sala de aula	Conceitos divisivos
Florida	SB 266/HB 999	Instituições de Ensino Superior	Ensino em sala de aula	Culpa com base na raça
Georgia	HB 1084	Escolas públicas de ensino fundamental e médio	Currículos e treinamentos	Conceitos divisivos
Idaho	HB 377	Instituições de ensino superior e Escolas públicas de ensino fundamental e médio	Ensino em sala de aula	Teoria Crítica da Raça
Iowa	HF 802	Agências estaduais, instituições de ensino superior e escolas públicas de ensino fundamental e médio	Treinamentos e ensino em sala de aula	Culpa com base na raça
Kentucky	SB1	Escolas públicas de ensino fundamental e médio	Currículo	Culpa com base na raça
Mississippi	SB 2113	Escolas públicas de ensino fundamental e médio, instituições de ensino superior	Ensino em sala de aula	Culpa com base na raça

New Hampshire	HB2 - HB 544	Escolas públicas de ensino fundamental e médio, instituições estatais, empreiteiros estatais	Ensino em sala de aula	Culpa com base na raça
Oklahoma	HB 1775	Escolas públicas de ensino fundamental e médio, e instituições de ensino superior	Ensino em sala de aula	Conceitos divisivos
Tennessee	HB580/SB623	Escolas públicas de ensino fundamental	Ensino em sala de aula e currículo	Conceitos divisivos
Tennessee	HB 2670/SB 2290	Instituições de ensino superior	Ensino em sala de aula	Conceitos divisivos
Tennessee	HB 2673/SB 2684	Escolas de ensino fundamental e médio	Currículo	Culpa com base na raça
Texas	SB 3	Agências estaduais e escolas públicas de ensino fundamental e médio	Currículo e ensino em sala de aula	Conceitos divisivos, Projeto 1619
Utah	HB 0427	Escolas públicas de ensino fundamental e médio	Ensino em sala de aula	Conceitos divisivos

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na PEN America pelo grupo do INEU.

Dois leis têm como objetivo regular exclusivamente os treinamentos, já que as instituições-alvo são agências e subdivisões políticas (Arizona HB2906/SB1840; Arkansas SB627). Três leis focam apenas em instituições de ensino superior, Tennessee HB2670/SB2290 - proíbe faculdades e universidades públicas de incluir “conceitos divisivos” a qualquer “seminário, workshop, treinamentos e orientações”; Florida SB266/HB999 proíbe as instituições de ensino superior a usar dinheiro público em programas ou atividades que defendam diversidade, equidade, inclusão, ou para promover ativismo político e social. Além disso, proíbe programas “baseados em teorias que defendem que o racismo sistêmico, o sexismo, a opressão ou o privilégio são inerentes às instituições dos EUA e foram criados para manter as desigualdades sociais, políticas ou econômicas”. Dakota do Sul HB 1012 proíbe as faculdades públicas de obrigar os alunos a adotarem “certas ideias” e de participarem de treinamentos que ensinem essas ideias. A lei HB 0427 de Utah difere em partes das outras leis, mas a essência do conteúdo é semelhante. Essa lei garante a manutenção da liberdade constitucional nas escolas públicas e os princípios de liberdade individual”, afirmando que garante o oposto do que são os “conceitos divisivos”.

### *Legislações pendentes*

São 48 projetos de lei pendentes, 8 foram propostas em 2022 e 40 foram propostas em 2023, como mostra o Anexo B. No nível estadual, os projetos de lei do estado de Nova Jersey proíbem explicitamente a TCR, e proíbem também que professores defendam “questões”. O projeto de lei da Carolina do Norte proíbe o uso de conceitos divisivos. Os projetos de lei do Texas SB 16, Carolina do Sul H 3728, Ohio SB 83, Missouri SB4 estão pendentes, mas já foram aprovados pelo Senado, no caminho para a aprovação, falta apenas a aprovação na Câmara e assinatura dos governadores para tornarem-se leis. Os projetos de lei da Carolina do Norte H187 e Dakota do Norte HB 1526 estão pendentes, mas já foram aprovados pela Câmara.

O projeto de lei SB4 de Missouri proíbe as escolas de adotarem “certos conceitos” e obrigarem que cursos adotem essas ideias. Além disso, requer que o Departamento de Educação promova um “currículo patriótico”. Já o projeto de Missouri SB 410 proíbe que faculdades públicas e privadas exijam que alunos respondam a perguntas sobre “antirracismo, preconceito implícito, equidade na saúde e quaisquer outras instituições com base na raça, gênero (...)”. Além disso, exige que não haja bônus aos alunos que participarem de aulas sobre esses assuntos: “os alunos que fizerem trabalhos de aula relacionados a essas questões não poderão receber nenhum benefício ou compensação que também não possa ser recebido pelos alunos que se recusarem a fazer esses trabalhos”.

O projeto de lei de Missouri SB 42 cita explicitamente a TCR e o Projeto 1619 proibindo de incluí-los nos currículos das escolas. E proíbe os professores de exigirem que alunos participem de ativismo político, e também proíbe que discutam temas controversos ou sobre questões de políticas públicas. O projeto de Nova Jersey SB 598/A783, além de proibir os conceitos divisivos, proíbe que professores apoiem qualquer candidato político ou decisão judicial, restringindo a liberdade de expressão garantida pela Constituição (Emenda I da Constituição). E também exige que os professores discutam questões incluídas na plataforma de um partido político apenas quando for pertinente à matéria que está sendo ensinada. E nesse caso, deve-se apresentar as questões de forma imparcial e apartidária. Um aspecto presente na lei S 2685 de New Jersey que se destaca aqui é o fato de criar uma linha direta para ser usada pelos pais para notificar o estado sobre qualquer violação, qualquer ato que promova “conceitos relacionados à Teoria Crítica da Raça”.

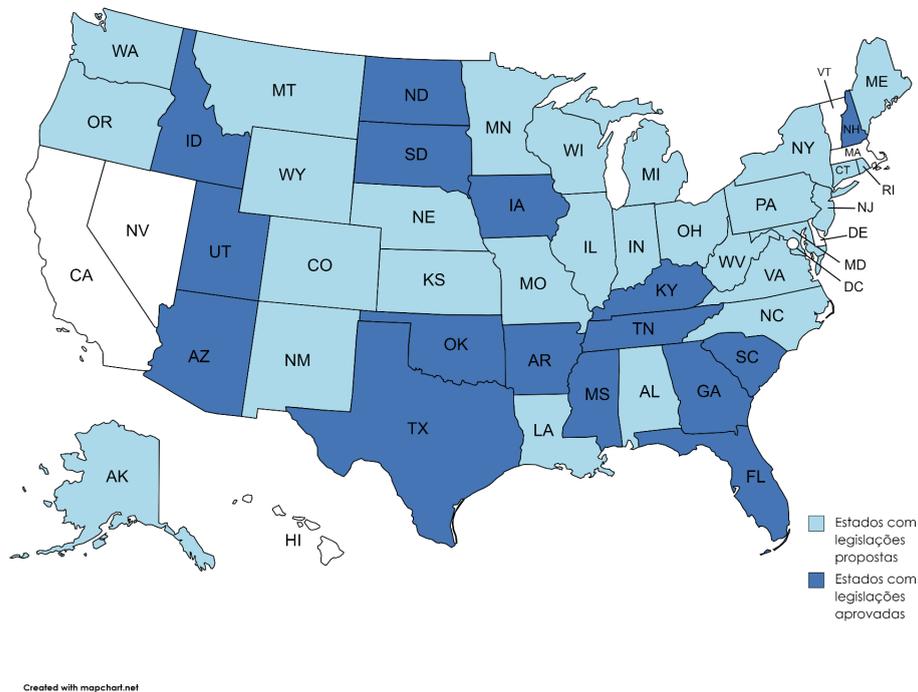
O projeto de lei da Carolina do Sul SB 3304 proíbe as escolas de usarem qualquer material que “crie uma narrativa de que os EUA foram fundados com o propósito de opressão, que a Revolução Americana foi travada com o propósito de proteger a opressão ou que a história dos EUA é uma história definida pela opressão”.

### *Sobre as leis não aprovadas*

Os projetos de lei que não foram aprovados tinham em seus textos a proibição ou limitação do debate sobre raça nas escolas. Os projetos de lei dos estados Alaska, Nova Iorque e Rhode Island proibiram o Projeto 1619; o projeto de Nova Iorque também incluía o termo “conceitos divisivos”, como também os dos estados do Kansas, Maryland, Nebraska, Novo México, Ohio, Illinois, Pensilvânia, West Virginia. O projeto de lei do estado de Wisconsin obrigaria as escolas a publicarem as listas de todos os currículos e tudo o que seria ensinado aos alunos; enquanto que os projetos dos estados do Kansas e de Missouri também dariam o direito aos pais de examinar e opinar sobre os currículos e o que seria ensinado aos seus filhos.

Todas as leis não aprovadas apresentavam em seus conteúdos caráter crítico a teoria crítica da raça e aos conceitos divisivos, mesmo que implicitamente. Os projetos de lei de Maine, Minnesota e Michigan foram os únicos a citarem explicitamente a teoria crítica da raça, e o de Michigan ainda acrescentou a proibição do ensino de “teorias antiamericanas e racistas”. O projeto de lei de Connecticut apresentou o termo “ideologia política tendenciosa” para se referir de forma implícita à teoria crítica da raça.

**Figura 1 - Os estados contra a Teoria Crítica da Raça**

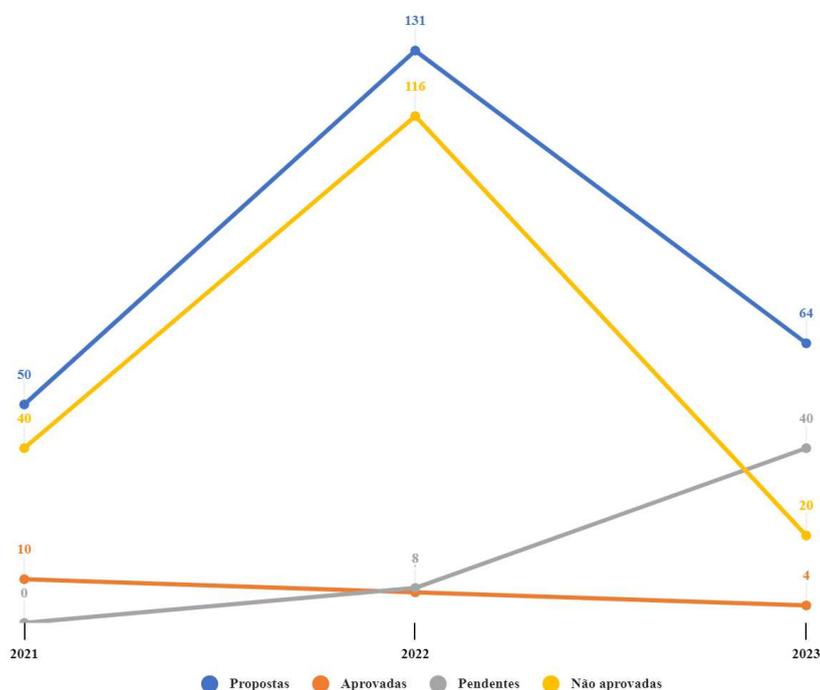


Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados pelo grupo do INEU.

Dos 50 estados que compõem a república, 44 têm projetos de lei propostos contra a TCR e/ou contra o debate de raça e racismo nas escolas e/ou no ambiente de trabalho. Dos 245 projetos de lei propostos, como mostra o Anexo C, em Missouri foram propostos 36, 3 em 2021, 25 em 2022, e 8 em 2023. E até 01/11/2023, nenhum desses projetos de lei foram aprovados. Na Carolina do Sul foram 18 propostas, sendo 4 em 2021, 7 em 2022, e 7 em 2023. Em cada ano um projeto de lei foi assinado como lei pelo governador republicano Henry McMaster.

Em Oklahoma, 15 projetos de lei foram propostos, 5 em cada ano e no ano de 2021, apenas 1 foi aprovado. Em West Virginia, 12 foram propostos, 2 em 2021, 5 em 2022 e 5 em 2023, mas nenhum foi aprovado como lei. Em 2021, Arkansas e Oklahoma tiveram 5 projetos propostos, 1 assinado como lei, em cada estado.

**Figura 2 - A onda de legislações contra a Teoria Crítica da Raça**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados pelo grupo do INEU.

A partir da Figura 2, é possível destacar que em 2021, 50 projetos de lei foram propostos e discutidos na Câmara e no Senado, e apenas 10 foram aprovados e assinados como lei pelos governadores dos estados, sendo 40 projetos de lei não aprovados. Em 2022, aconteceu o pico da onda de legislações contra a TCR, 131 projetos de lei foram propostos, sendo apenas 7 aprovados, 8 projetos de lei continuam em votação, 116 não foram aprovados e não passaram como lei.

É possível pressupor que a causa do pico da onda de legislações “anti-TCR” em 2022 se deu por causa das eleições de meio mandato que aconteceram no mesmo ano, voltando as atenções à TCR pelo interesse eleitoral em se captar eleitores através desse debate sobre raça e racismo; compreendendo que são os legisladores republicanos que propõe as legislações “anti-TCR” juntamente com o debate público explicitando o seu posicionamento contra a TCR, contra qualquer assunto que questione os valores americanos e o racismo estrutural e institucional.

Em 2023, até primeiro de novembro, 65 projetos de lei foram propostos e apenas 4 foram assinados como lei, sendo 20 não aprovados e 40 ainda pendentes. A Figura 2 mostra que apesar da onda de legislações contra a TCR ter se iniciado em 2021, em 2022 teve seu

pico, e em 2023 diminuiu consideravelmente a quantidade de legislações propostas. É possível inferir que o cerco a TCR já estava completo no final de 2022, concluindo os objetivos partidários dos republicanos em voltar as atenções à TCR para ter resultados nas eleições de meio mandato. Não é possível afirmar que o tema perdeu interesse eleitoral, visto que ainda existem projetos de lei em votação nos legislativos estaduais.

Ao comparar a quantidade de leis aprovadas e a quantidade de projetos de lei propostos, poucas leis foram aprovadas, apenas 8,5% das 245 legislações foram assinadas como leis. De acordo com o Anexo C, Carolina do Sul e Tennessee são os estados com mais leis aprovadas, 3 leis por estado. Carolina do Sul tem uma lei aprovada por ano, de 2021 a 2023. No Tennessee são 2 leis aprovadas em 2022 e apenas 1 em 2021. O Arkansas é o único estado com apenas 2 leis aprovadas, uma em 2021 e outra em 2023. Os outros estados que têm 1 lei aprovada são: Arizona, Dakota do Norte, Dakota do Sul, Florida, Georgia, Idaho, Iowa, Kentucky, Mississippi, New Hampshire, Oklahoma, Texas e Utah.

### **3.2 Outras medidas contra a TCR**

Destaca-se aqui que além dos indivíduos que atuam na política como membros de legislativo, os indivíduos que atuam em outros cargos e setores também têm função de ditar regras, definir direitos e deveres, e até proibir determinadas questões. É o caso do setor da educação, em alguns estados o departamento estadual de educação, o conselho estadual de educação, ou os distritos escolares têm plena autonomia para definir regras relacionadas às escolas e instituições de educação públicas.

A maioria das regras dos estados são definidas pelos Conselhos Estaduais de Educação (Flórida, Georgia, Carolina do Norte, Kentucky, Utah, Virginia, Tennessee, California, Alabama). São regras ou resoluções definidas pelos Conselhos, ou pareceres do corpo do Conselho. A maioria cita explicitamente a TCR e o Projeto 1619. Georgia tem regras definidas por um Distrito Escolar, e Montana tem um parecer emitido por um procurador-geral. O caso do Tennessee chama a atenção por demonstrar a autonomia do Conselho em demitir funcionários de escolas, inclusive professores.

As medidas identificadas são regras ou resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação. Todas elas abordam explicitamente a Teoria Crítica da Raça, utilizam as expressões “certas ideias”, “conceitos divisivos” relacionados à raça, e ao Projeto 1619. Grande parte das medidas apresentadas entrou em vigor em 2021.

**Quadro 3 - Outras medidas contra a Teoria Crítica da Raça**

Estado	Ano	Tipo de Regra	Resumo
Flórida	2021	Regra do Conselho Estadual de Educação	Proíbe as escolas de ensinar teoria crítica da raça e o Projeto 1619.
Geórgia	2021	Resolução do Conselho de Educação do Estado da Geórgia	Resolução contra aulas que “doutrinam” os alunos ou “promovem uma raça ou sexo acima de outro”.
Geórgia	2021	Conselho escolar do Condado de Cobb	Proíbe a implementação da Teoria Crítica da Raça e o Projeto 1619 nas escolas
Geórgia	2021	Conselho Escolar do Condado de Cherokee e o Distrito Escolar do Condado de Cherokee	Proíbe a implementação da Teoria Crítica da Raça e o Projeto 1619 nas escolas
Carolina do Norte	2021	Conselho Escolar do Condado de Brunswick	Teoria Crítica da Raça não pode ser apresentada aos alunos. É responsabilidade do Conselho garantir que os padrões curriculares sejam ensinados usando recursos factuais bem documentados e não opiniões.
Kentucky	2021	Conselho Escolar do Condado de Gallatin	Bane a Teoria Crítica da Raça no Distrito Escolar do Condado de Gallatin
Utah	2021	R277-328 - Regra do Conselho Estadual de Educação de Utah	Limita a forma como os professores podem discutir o racismo e o sexismo
Virgínia	2021	Conselho Escolar do Condado de Chesterfield	Os membros do Conselho Escolar não apoiam a Teoria Crítica da Raça
Califórnia	2021	Resolução aprovada pelo Conselho Escolar Paso Robles Joint Unified School District	Denuncia a Teoria Crítica da Raça e proíbe o ensino de conceitos divisivos
Alabama	2021	Resolução do Conselho Estadual de Educação	Proíbe a teoria crítica da raça nas escolas de ensino fundamental e médio
Alabama	2021	Resolução de Liberdade Intelectual e Norma Administrativa do Conselho Estadual de Educação	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de oferecer qualquer instrução que “doutrine os alunos em ideologias ou teorias sociais ou políticas que promovam uma raça ou sexo acima de outro”.
Florida	2023	Declaração dos presidentes do Florida College System sobre diversidade, equidade, inclusão e teoria crítica da raça	Proíbe as faculdades públicas de adotarem “qualquer prática institucional, política ou requisito acadêmico que obrigue a acreditar na teoria crítica da raça ou em conceitos relacionados, como interseccionalidade, ou na ideia de que os sistemas de opressão devem ser a lente primária através da qual o ensino e a aprendizagem são analisados e/ou melhorado.”

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados do *Education Week*.

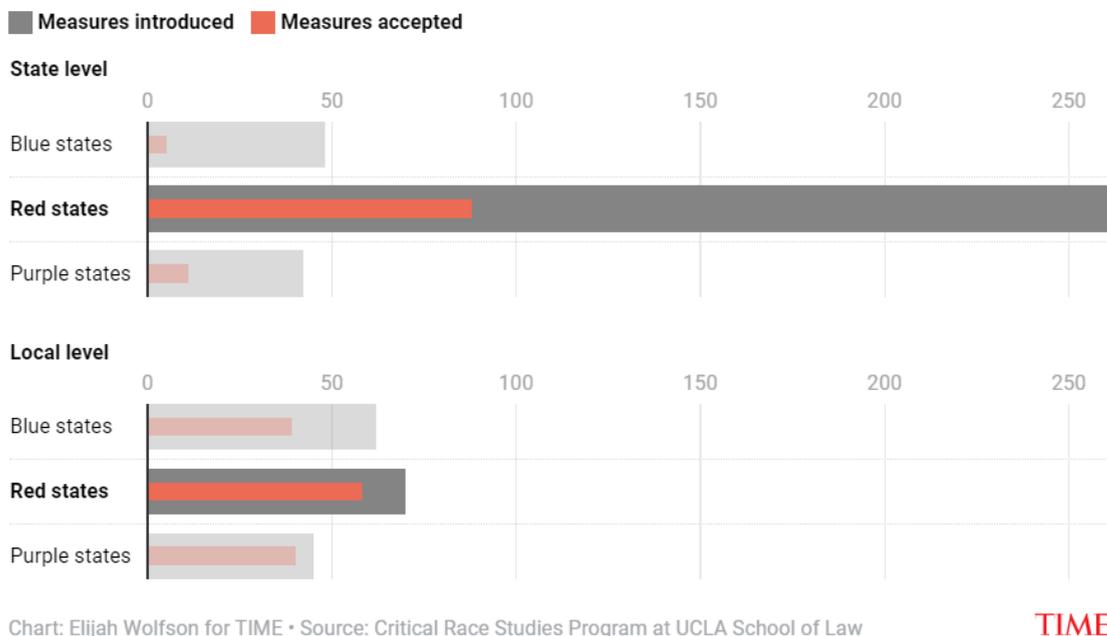
Apesar do enfoque da presente pesquisa dar-se às legislações estaduais, apresenta-se aqui, sem aprofundamento, outras medidas que são consideradas parte da “onda contra a TCR”. Os pesquisadores da UCLA são os únicos que possuem uma base de dados que rastreia

medidas contra a TCR para além das legislações. As medidas incluem ordens executivas, cartas de opinião dos procuradores-gerais do estado, políticas do conselho escolar estadual e local, resoluções, orientações da agência e declarações legais e dos legisladores. No total, 563 medidas foram rastreadas pela UCLA, de todos os tipos e níveis. Essa pesquisa é muito abrangente, com um recorte entre os anos 2021 e 2022, inclui medidas juridicamente vinculativas, medidas consultivas, a fim de capturar todas as atividades contra a TCR de todos os níveis de governo, federal, estadual e local. Foram identificadas 308 atividades tipo legislação e foram rastreadas apenas 35 atividades a nível federal, sendo 32 legislações e 3 resoluções. Enquanto a nível estadual, 351 atividades introduzidas foram rastreadas, 276 são legislações. A nível local, rastreou 177, divididas em políticas, regulações, resoluções e declarações. A pesquisa mostrou que o número de atividades ficou balanceado, em 2021 foram 280, em 2022 foram 283 atividades. Das 563 medidas introduzidas, 241 foram promulgadas ou adotadas.

### **3.3 Composição partidária das legislaturas estaduais**

Com o propósito de verificar a composição partidária das legislaturas de cada estado, analisamos a Figura 3, fonte de pesquisa da UCLA publicada no Time (2023) a fim de observar a quantidade de medidas “anti-TCR” propostas nos estados vermelhos ou republicanos (estados em que os candidatos do partido republicano ganharam nas duas últimas eleições presidenciais) em comparação com os estados democratas. Além disso, analisamos o “controle partidário” a nível estadual, através dos dados da Ballotpedia (2023) e National Conference of State Legislature (2023), que consiste em verificar qual partido político detém a maioria dos assentos no Senado e na Câmara estadual.

**Figura 3 - Número de medidas anti-TCR (2022) em relação aos estados vermelhos e azuis**



Fonte: TIME (2023)

O número de medidas contra a TCR tomadas pelas agências governamentais dos EUA em 2022 foi em grande parte impulsionado pela ação em nível estadual em “estados republicanos”, estados vermelhos, que votaram no candidato republicano nas eleições presidenciais. Os pesquisadores da UCLA encontraram tendências entre os estados vermelhos (estados que votaram no candidato presidencial republicano nas duas últimas eleições) versus os estados azuis (estados que votaram no candidato democrata). Nos estados azuis, as medidas anti-TCR são mais prováveis de ocorrer a nível local, incluindo através dos conselhos escolares, enquanto nos estados vermelhos, os esforços são mais prováveis de ocorrer a nível estadual.

Além disso, analisamos a composição partidária das legislaturas estaduais que refere-se a qual partido político detém a maioria dos assentos em cada Senado e Câmara estadual. E o termo “*state government trifecta*” é usado para descrever o governo de partido único, que é quando um partido político ocupa o cargo de governador e tem maioria em ambas as câmaras legislativas do estado.

**Quadro 4 - Status Trifecta por Estado**

Estado	Status trifecta	Ano da última mudança de status
Alabama	Trifeta republicana	2011
Alasca	Governo dividido	2015
Arizona	Governo dividido	2022
Arkansas	Trifeta republicana	2015
Califórnia	Trifeta democrata	2011
Colorado	Trifeta democrata	2019
Connecticut	Trifeta democrata	2011
Delaware	Trifeta democrata	2009
Flórida	Trifeta republicana	2011
Geórgia	Trifeta republicana	2005
Havaí	Trifeta democrata	2011
Idaho	Trifeta republicana	1995
Illinois	Trifeta democrata	2019
Indiana	Trifeta republicana	2011
Iowa	Trifeta republicana	2017
Kansas	Governo dividido	2019
Kentucky	Governo dividido	2019
Luisiana	Governo dividido	2021
Maine	Trifeta democrata	2019
Maryland	Trifeta democrata	2022
Massachusetts	Trifeta democrata	2022
Michigan	Trifeta democrata	2022
Minnesota	Trifeta democrata	2022
Mississippi	Trifeta republicana	2012
Missouri	Trifeta republicana	2017
Montana	Trifeta republicana	2021
Nebraska	Trifeta republicana	1999
Nevada	Governo dividido	2022
Nova Hampshire	Trifeta republicana	2020
Nova Jersey	Trifeta democrata	2018
Novo México	Trifeta democrata	2019
Nova Iorque	Trifeta democrata	2019

Carolina do Norte	Governo dividido	2017
Dakota do Norte	Trifeta republicana	1995
Ohio	Trifeta republicana	2011
Oklahoma	Trifeta republicana	2011
Oregon	Trifeta democrata	2013
Pensilvânia	Governo dividido	2015
Ilha de Rodes	Trifeta democrata	2013
Carolina do Sul	Trifeta republicana	2003
Dakota do Sul	Trifeta republicana	1995
Tennessee	Trifeta republicana	2011
Texas	Trifeta republicana	2003
Utah	Trifeta republicana	1985
Vermont	Governo dividido	2017
Virgínia	Governo dividido	2022
Washington	Trifeta democrata	2017
West Virginia	Trifeta republicana	2017
Wisconsin	Governo dividido	2019
Wyoming	Trifeta republicana	2011

FONTE: BALLOTPEDIA (2023) e NATIONAL CONFERENCE OF STATE LEGISLATURE (2023)

A partir do mapeamento das legislações, foi confirmado que todos os projetos de lei contra a TCR foram propostos por legisladores do partido republicano. Ainda assim, a fim de responder às indagações que surgiram no processo da pesquisa, a análise da composição partidária por legislatura estadual mostrou que nem todos os estados com projetos de lei propostos são estados republicanos, já que entre os 44 estados alguns são blue states (estados democratas), outros são red states (estados republicanos) e outros têm o governo dividido. Entretanto, o que se pode afirmar é que os estados que têm leis contra a TCR em vigor são estados republicanos, com exceção do estado do Arizona e de Kentucky, que têm seus governos divididos. A lei HB 2906/SB 1840 do estado do Arizona foi assinada pelo governador republicano Doug Ducey. Diferente da lei SB1 de Kentucky que teve o veto do governador democrata Andy Beshear anulado pela legislatura e está em vigor.

O que podemos perceber é que, ainda que exista exceções, as legislações “anti-TCR” seguem sendo legislações partidárias, propostas exclusivamente por legisladores do partido republicano, o qual tem interesse eleitoral em todo o debate que envolve a TCR. Além disso,

percebemos que os ataques às medidas antirracistas, estejam elas baseadas nas TCR ou não, partiram de múltiplos lugares: os legislativos estaduais, think tanks, associações de pais, procuradores de justiça, governadores, imprensa que vocaliza as posições da extrema-direita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi interesse desta pesquisa analisar parte de um padrão histórico de disputa racial entre os que prezam pela manutenção do status quo racial e os que lutam contra a desigualdade racial em todos os âmbitos, especificamente o debate sobre a Teoria Crítica da Raça no campo da educação. Buscou-se examinar o debate sobre a Teoria Crítica da Raça nos Estados Unidos e a reação conservadora da extrema-direita a este movimento, com um recorte que enfoca a campanha contra a TCR e as legislações estaduais que tem como objetivo limitar ou acabar com a discussão sobre raça e racismo nas escolas, entre 2021 e 2023. Para isso, procurou-se analisar o que é a Teoria Crítica da Raça pela perspectiva de seus teóricos, evitando as fontes de desinformação estratégicas que lidam com a teoria como uma vilã ou inimigo simbólico.

A busca pelos princípios e conceitos da TCR não foi apenas para explicitar o que é a teoria pela perspectiva dos seus teóricos, mas também utilizar as lentes da própria teoria para analisar o objeto de estudo do qual a mesma faz parte. Recorrer à essa teoria, ironicamente responde sobre a forma como a campanha contra a educação antirracista se dá, já que ela parte do pressuposto de que a estrutura de poder onde os sujeitos são racializados, consiste em uma ordem racial estruturada, com práticas, mecanismos, instituições e comportamentos coletivos que reproduzem a desigualdade racial (BONILLA-SILVA, 2019). E que, portanto, é parte da estrutura e da história americana que privilegiados busquem recorrentemente a manutenção do status quo e da ordem que os beneficiam, que é o caso do objeto de estudo da presente pesquisa. Os privilegiados são os tomadores de decisão da extrema-direita, que não apoiam que o debate antirracista chegue às escolas, cria-se então um debate em que a TCR é um inimigo simbólico, provocando medo e fazendo com que pais e alunos se sintam ameaçados pelo que na verdade é o debate antirracista. Consequentemente, além de transformar isso em legislações estaduais espalhadas pelo território americano, transforma-se também em alcance de eleitores, mobilizando e fortalecendo a base política.

Ainda a partir da teoria, parte-se do pressuposto de que o racismo faz parte da base das leis e políticas americanas, e que as instituições recriam a desigualdade racial pelas práticas “neutras”, usando de linguagem neutra sem distinções raciais, mas com efeito de limitar as minorias. É o que acontece com o conteúdo das legislações e o propósito da criação dessa retórica, não está explícito que é sobre limitar o debate antirracista que tem como objetivo o fim da desigualdade racial, e em adição utiliza-se uma linguagem que parece prezar pela

“não-discriminação”, e por “somos todos iguais”. Mas que na verdade é parte de uma estratégia em limitar o debate, limitando assim os avanços rumo à igualdade racial.

A partir desses argumentos, é possível considerar que a pesquisa contribuiu para pensar na prática a Teoria Crítica da Raça, em que na realidade é a própria teoria sendo colocada em questão. Além disso, abordar a Teoria Crítica da Raça no campo da educação em uma pesquisa da área de Relações Internacionais também é uma contribuição teórica do trabalho e proporciona novos caminhos para futuras pesquisas.

A pesquisa também se apoiou na contextualização sobre o debate da teoria, sobre a criação de um inimigo simbólico, a provocação do medo e a retórica estratégica, tudo o que está por trás da campanha contra a TCR, que mais se consiste em uma campanha contra a educação antirracista nas escolas. Durante o ano de 2020, algumas instituições implementaram a “formação/treinamento antirracista” que buscava debater sobre o racismo e a diversidade. Foi quando Christopher Rufo identificou a oportunidade política, nomeando os treinamentos como Teoria Crítica da Raça, renomeando-a como fonte tóxica, construindo argumentos que a associam a qualquer coisa negativa. A aproximação de Rufo e Trump foi fator chave para o desenrolar da construção da ideia de Teoria Crítica da Raça como um inimigo, algo pelo qual os cidadãos americanos deveriam lutar contra. Tudo não passava de uma estratégia: a TCR era um inimigo simbólico, o que se iniciava era um embate da extrema-direita contra a educação antirracista nas escolas. Os políticos da extrema-direita aproveitaram a oportunidade para influenciar discussões políticas e promover uma agenda ideológica, para ganhar força política.

E para ajudar a responder a pergunta central do trabalho sobre a forma que se deu a campanha contra a TCR no âmbito do legislativo, foi feito um mapeamento das legislações estaduais pendentes, aprovadas e não aprovadas. As legislações proíbem escolas de ensino fundamental e ensino médio, instituições de ensino superior, agências estaduais e subdivisões políticas, de exigir que alunos e funcionários adotem princípios “supostamente associados à teoria crítica da raça”, proíbem que ensine, treine ou instrua “determinados conceitos” relacionados à raça ou sexo, cor, religião, etnia, origem nacional. Foram identificados e analisados 245 projetos de lei propostos em 44 estados entre 2021 e 2023. A onda de legislações contra a TCR começa em 2021 e tem seu pico em 2022, continuando com uma quantidade significativa de projetos de lei propostos em 2023. As explicações sobre o pico em 2022 e diminuição do fluxo de projetos propostos em 2023 estão em torno das seguintes suposições: as eleições de meio mandato aconteceram no final de 2022, voltando as atenções à TCR pelo interesse eleitoral em se captar eleitores através desse debate sobre raça e

racismo; e a partir disso, o cerco a TCR estava completo depois das eleições, não necessitando de insistir em “aquecer” a pauta e aumentar o número de legislações propostas.

Os termos “determinados conceitos” ou “conceitos divisivos” são usados na maioria das legislações como uma expressão chave que deixa implícito todo o debate que está por trás dessas legislações. Ao longo dos textos das leis, é conceituado o que esses termos significam, na perspectiva dos legisladores republicanos: ideias em torno de raça ou sexo que geram premissas “perigosas” envolvendo superioridade, opressão, discriminação, respeito e caráter moral; responsabilizar indivíduos por ações cometidas no passado pelos indivíduos de mesma raça ou sexo, desconforto e culpa por pertencer a uma determinada raça ou sexo; e o entendimento de que meritocracia é criação de uma determinada raça para oprimir outra raça. Adiciona-se a isso as perspectivas que colocam o país numa posição diferente dos ideais americanos, do governo como ele é, ao Estado de Direito, as leis e tradições americanas. Os “conceitos divisivos” envolvem também o entendimento de que a escravidão está nas raízes da fundação do país e perduram até os dias atuais. Tudo o que vai contra a liberdade e igualdade dos princípios fundadores da nação. Tudo isso é literalmente uma campanha contra o antirracismo, que por mais absurda que seja, têm consequências nas legislaturas estaduais de todo o país, onde os políticos estão usando a TCR e a política de identidade para transformar a retórica em lei.

Ainda sobre as legislações, a pesquisa identificou que a campanha contra a TCR engloba outras regras que não estão incluídas nas legislações mapeadas. Além dos membros do legislativo, indivíduos que atuam em outros cargos têm função de ditar regras e proibir determinadas questões, como é o caso do setor da educação, em que se tem o departamento estadual de educação, o conselho estadual de educação, os distritos escolares, e essas subdivisões têm autonomia para decidir sobre a proibição da TCR nas escolas públicas. E foi o que aconteceu, principalmente em 2021, com regras, resoluções e pareceres dos Conselhos Estaduais de Educação, dos procuradores-geral, dos distritos escolares. Todas essas medidas abordam explicitamente a Teoria Crítica da Raça, utilizam as expressões “certas ideias”, “conceitos divisivos” relacionados à raça, e ao Projeto 1619.

Os resultados da pesquisa confirmaram as seguintes hipóteses. Em primeiro lugar, os ataques a TCR são parte de um esforço ideológico para deslegitimar perspectivas históricas de raça e racismo da nação americana e para manter a ordem racial. O trabalho mostrou que a campanha não é exclusivamente um ataque à teoria, é também um ataque à proposta antirracista em levar para as escolas o debate sobre racismo. Manter esse debate bem longe das escolas é manter bem longe a consciência racial e o conhecimento sobre a história e as

contribuições das pessoas negras para a história americana. O poder da educação antirracista no ensino fundamental e ensino médio é enorme, a ponto de ser possível construir uma sociedade antirracista. Mas, é exatamente isso que os “anti-TCR” não querem, e o que querem é manter a ordem racial estruturada da forma como se encontra.

Em segundo lugar, a derrota de Trump e a revogação da Ordem Executiva 13950 por Biden, não impediu que os republicanos espalhassem pelo território nacional a mesma ideia e agenda ideológica que Trump propôs com essa OE. Os estados têm autonomia para fazer legislações que não necessariamente acompanham as legislações federais e, portanto, reproduziram o mesmo movimento de atacar a Teoria Crítica da Raça, o Projeto 1619 e limitar o debate de raça e racismo nas instituições públicas.

E em terceiro lugar, essa agenda ideológica é parte de um movimento mais amplo e transnacional articulado por grupos conservadores da extrema-direita que utilizam de mecanismos institucionais para bloquear o avanço de pautas progressistas, evidenciando a forte polarização e divisão da sociedade norte-americana nas ações envolvendo o combate ao racismo. A campanha contra a Teoria Crítica da Raça e a educação antirracista, no âmbito legislativo, se deu através de estratégias utilizadas pelos grupos conservadores, aliados aos tomadores de decisão do Partido Republicano e aos think tanks.

A partir dos resultados da pesquisa, destaca-se que a quantidade de legislações aprovadas é muito inferior à quantidade de legislações propostas, o que possibilita o seguinte questionamento: quão efetiva é a campanha contra a TCR no âmbito legislativo, visto que poucas leis são aprovadas e estão em vigor? A estratégia desses grupos vai muito além do âmbito legislativo em ter sucesso no número de leis aprovadas. Eles têm seus objetivos também enraizados no campo das ideias, transformar a retórica em lei é consequência. Mesmo os projetos de lei não sendo aprovados e assinados como lei, eles “enviam uma mensagem poderosa de que os educadores estão sendo vigiados e que existem limites ideológicos” (FEINGOLD, 2021).

As limitações da pesquisa estão ligadas ao recorte estreito que o trabalho fez ao analisar especificamente, as legislações estaduais contra a educação antirracista. A pesquisa da UCLA vai além do âmbito legislativo da câmara e do senado, abordando medidas que incluem ordens executivas, cartas de opinião dos procuradores-gerais do estado, políticas do conselho escolar estadual e local, resoluções, orientações da agência e declarações legais e dos legisladores. Além disso, a partir desse recorte, examinou-se apenas as legislações com o debate de raça, excluindo as legislações que tratavam sobre o debate de gênero e sexualidade. A onda de legislações contra a TCR foi acompanhada da onda de legislações contra o debate

de gênero e sexualidade, leis que atacam a população LGBTQIA + e a discussão sobre feminismo. Isso mostra como o debate é mais amplo do que a presente pesquisa fez parecer, mostra também como o debate se ramifica entre outros tomadores de decisão, e também como as pautas mais atacadas pela extrema-direita inclui as minorias e o debate de raça, gênero e sexualidade.

Os resultados da pesquisa sugerem que a campanha contra a TCR não está caminhando para o fim, pelo contrário, apesar de ter diminuído o número de projetos de lei propostos em 2023, a quantidade proposta é maior que em 2021 no início da onda. As legislações continuarão a ser propostas e a previsão é de que o debate continue aquecido até que uma próxima pauta tome lugar. Por isso, o trabalho não se esgota aqui, há muitos caminhos pelos quais a pesquisa pode ser retomada. A questão das eleições dos conselhos escolares dos estados se tornarem campo de batalha pelo controle político partidário chama a atenção, pois diz muito sobre a educação que também se tornou campo de disputa partidária, onde grupos políticos lutam para manter o controle e tomar suas decisões. A estratégia dos grupos da extrema-direita identificada na pesquisa deixa espaço para novas pesquisas, já que não se limita apenas ao território americano e faz parte de um movimento transnacional. A busca pelo tema em outros países, como o Brasil e as pautas sobre ideologia de gênero e escola sem partido, e um possível estudo comparativo é um outro caminho para futuras pesquisas. Como também é, o estudo do impacto de retóricas estratégicas sobre ideologia racial nas eleições de meio mandato e presidenciais nos Estados Unidos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMS, Stacey. **Our time is now: Power, purpose, and the fight for a fair America**. Henry Holt and Company, 2020.

ALFONSECA, Kiara. **Culture wars: how identity became the center of politics in America**. ABC News, 07 de julho de 2023. Disponível em: <<https://abcnews.go.com/US/culture-wars-identity-center-politics-america/story?id=100768380>> Acesso em: 02 set. 2023

ALEXANDER, Taifha; CLARK, LaToya; REINHARD, Kyle; ZATZ, Noah. CRT Forward: Tracking the Attack on Critical Race Theory. **School of Law Critical Race Studies**, UCLA. 2023. Disponível em: <[https://crtforward.law.ucla.edu/wp-content/uploads/2023/04/UCLA-Law\\_CRT-Report\\_Final.pdf](https://crtforward.law.ucla.edu/wp-content/uploads/2023/04/UCLA-Law_CRT-Report_Final.pdf)> Acesso em: 26 nov. 2023

ALLEN, Caroline; SCHNEIDER, Marian; CULLITON-GONZÁLEZ, Katherine. **The time tax: America's newest form of voter suppression for Millennials, and how it must be eliminated to make voting accessible for the next generation**. 2013.

ALLIANCE FOR FREE CITIZENS. **Alliance for Free Citizens: About us**, 2023. Disponível em: <<https://modellegislationonline.com/about.php>> Acesso em: 05 nov. 2023

ALTER, Charlotte. Black Lives Matter 2020 elections voting. **Time**, 2020. Disponível em: <<https://time.com/5852534/black-lives-matter-2020-elections-voting/>> Acesso em: 04 fev. 2023

ANDREWS, George Reid. O negro no Brasil e nos Estados Unidos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 2, n. 1, p. 52-56, 1985.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-64451985000200013>

BALLOTPEDIA. **Partisan Composition of State Legislatures**. BALLOTPEDIA, 2023. Disponível em: <[https://ballotpedia.org/Partisan\\_composition\\_of\\_state\\_legislatures](https://ballotpedia.org/Partisan_composition_of_state_legislatures)> Acesso em: 02 fev. 2024.

BARRETO, Matt A. et al. The racial implications of voter identification laws in America. **American Politics Research**, v. 47, n. 2, p. 238-249, 2019.  
<https://doi.org/10.1177/1532673X18810012>

BARINGER, Anna; HERRON, Michael C.; SMITH, Daniel A. Voting by mail and ballot rejection: Lessons from Florida for elections in the age of the coronavirus. **Election Law Journal: Rules, Politics, and Policy**, v. 19, n. 3, p. 289-320, 2020.  
<https://doi.org/10.1089/elj.2020.0658>

BERMAN, Ari (2015). In: ABRAMS, Stacey et al. **Voter Suppression in US Elections**. University of Georgia Press, 2020.

BLACK LIVES MATTER. **Black Lives Matter**, 2020. Disponível em: <<https://blacklivesmatter.com/>>. Acesso em: 08 set. de 2021.

BONILLA-SILVA, Eduardo. Toward a new political praxis for Trump America: New directions in critical race theory. **American Behavioral Scientist**, v. 63, n. 13, p. 1776-1788, 2019.

<https://doi.org/10.1177/0002764219842614>

BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinking racism: Toward a structural interpretation.

**American sociological review**, p. 465-480, 1997.

<https://doi.org/10.2307/2657316>

BRENNAN CENTER. **Brennan Center for Justice**, 2022. Disponível em:

<<https://www.brennancenter.org/>> Acesso em: 18 mai. 2022.

BRUCE, J. Dierenfield. **Civil Rights Movement: The Black Freedom Struggle in America**. ROUTLEDGE, 2021.

<https://doi.org/10.4324/9781315545578>

BUDIMAN, Abby; NOE-BUSTAMANTE, Luis. Black eligible voters have accounted for nearly half of Georgia electorate's growth since 2000. **Pew Research**, 15 dez. 2020.

Disponível em:

<<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/12/15/black-eligible-voters-have-accounted-for-nearly-half-of-georgia-electorates-growth-since-2000/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

BURCH, Audra. Georgia Senate runoff election. **NY Times**, 29 dec. 2020. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/2020/12/29/magazine/georgia-senate-runoff-election.html>>.

Acesso em: 12 out. 2021.

CALDEIRA, Isabel. A construção social e simbólica do racismo nos Estados Unidos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.39, 1994.

\_\_\_\_\_. Racismo e exclusão: o passado do futuro da sociedade americana. **O cruzamento de saberes na aula de inglês: contributos para uma prática multidisciplinar**, p. 19-38, 2014.

CAPPER, Colleen A. The 20th-year anniversary of critical race theory in education:

Implications for leading to eliminate racism. **Educational Administration Quarterly**, v. 51, n. 5, p. 791-833, 2015.

<https://doi.org/10.1177/0013161X15607616>

CENTER FOR RENEWING AMERICA. **Center for Renewing America, 2023**. Disponível em: <<https://americarenewing.com/>> Acesso em: 02 abr. 2023.

COBB, Jelani. Voter-suppression tactics in the age of Trump. **New Yorker**, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.

COMBS, Barbara Harris. Black (and brown) bodies out of place: Towards a theoretical understanding of systematic voter suppression in the United States. **Critical Sociology**, v. 42, n. 4-5, p. 535-549, 2016.

<https://doi.org/10.1177/0896920514563089>

COPLAND, James R. **How to regulate Critical Race Theory in Schools: a Primer and Model Legislation**. Manhattan Institute, 26 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://manhattan.institute/article/how-to-regulate-critical-race-theory-in-schools-a-primer-and-model-legislation>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CORBIN, Molly. Opinion in praise of Stacey Abrams and her fight against voter suppression. **Youthup Holding Democracy**, 07 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.youthupholdingdemocracy.com/post/opinion-in-praise-of-stacey-abrams-and-her-fight-against-voter-suppression>>. Acesso em: 12 out. 2021.

COTTRELL, David; HERRON, Michael C.; SMITH, Daniel A. Voting lines, equal treatment, and early voting check-in times in Florida. **State Politics & Policy Quarterly**, v. 21, n. 2, p. 109-138, 2021.  
<https://doi.org/10.1177/1532440020943884>

CLARK, Joshua. Widening the Lens on Voter Suppression: From Calculating Lost Votes to Fighting for Effective Voting Rights. **Haas Institute for a Fair and Inclusive Society**, University of California, Berkeley, CA, jul. 2018. Disponível em: <<http://haasinstitute.berkeley.edu/postelection2016>> Acesso em: 12 out. 2021.

CRABTREE, Kiela; FRAGA, Bernard. **Protests, Pandemics, and Political Participation: Voter Turnout in Georgia in the 2020 Elections**. 2021. Disponível em: <<https://preprints.apsanet.org/engage/api-gateway/apsa/assets/orp/resource/item/61520f79d9c9567df4e28dd0/original/protests-pandemics-and-political-participation-voter-turnout-in-georgia-in-the-2020-elections.pdf>> . Acesso em: 12 out. 2021.  
<https://doi.org/10.33774/apsa-2021-9qrw7>

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Toward a race-conscious pedagogy in legal education. **Nat'l Black LJ**, 1988.

CROWLEY, Ryan M. 'The goddamndest, toughest voting rights bill': Critical Race Theory and the Voting Rights Act of 1965. **Race Ethnicity and Education**, v. 16, n. 5, p. 696-724, 2013.  
<https://doi.org/10.1080/13613324.2012.725037>

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Critical race theory**. New York University Press, 2017.

DIXSON, Adrienne D.; ROUSSEAU ANDERSON, Celia. Where are we? Critical race theory in education 20 years later. **Peabody Journal of Education**, v. 93, n. 1, p. 121-131, 2018.  
<https://doi.org/10.1080/0161956X.2017.1403194>

ECONOMIC POLICY INSTITUTE. **Racial and ethnic disparities in the United States**. Economic Policy Institute, 2022. Disponível em: <<https://www.epi.org/publication/disparities-chartbook/>> Acesso em: 02 set. 2023.

EPPERLY, Brad et al. Rule by violence, rule by law: Lynching, Jim Crow, and the continuing evolution of voter suppression in the US. **Perspectives on Politics**, v. 18, n. 3, p. 756-769, 2020. Disponível em:

<<https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/rule-by-violence-rule-by-law-lynching-jim-crow-and-the-continuing-evolution-of-voter-suppression-in-the-us/CBC6AD86B557A093D7E832F8D821978B>> Acesso em: 12 out. 2021.  
<https://doi.org/10.1017/S1537592718003584>

ERMILUS, Jeffeline. **Voter Suppression in a "Post-Racial" Society: Examining Allegations of Voter Disenfranchisement**. Faculty of Emory College of Arts and Sciences of Emory University. 2014.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Voting Right Act**, 1965.

FEINGOLD, Jonathan. **What the public doesn't get: Anti-CRT lawmakers are passing pro-CRT laws**. The conversation, 30 de novembro 2021. Disponível em:  
<<https://theconversation.com/what-the-public-doesnt-get-anti-crt-lawmakers-are-passing-pro-crt-laws-171356>> Acesso em: 12 out. 2022.

FERREIRA, Gianmarco Loures; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. A trajetória da Teoria Crítica da Raça: história, conceitos e reflexões para pensar o Brasil. **Teoria Jurídica Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 201-229, 2018.  
<https://doi.org/10.21875/tjc.v3i1.18291>

FORTIN, Jacey. **Critical Race Theory: a brief history**. New York Times, 8 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/article/what-is-critical-race-theory.html>>  
Acesso em:

FRAGA, Bernard L.; MILLER, Michael G. Who Do Voter ID Laws Keep from Voting?. **The Journal of Politics**, v. 84, n. 2, p. 1091-1105, 2022.  
<https://doi.org/10.1086/716282>

FRASER, Nancy; SPANO, Alessandra; HERSCOVICI, Nicole. Interregno estadunidense. Entrevista de Nancy Fraser a Alessandra Spano. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 26, n. 1, p. 165-173, 2021.  
<https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v26i1p165-173>

FRIEDMAN, Brendan F. The Forgotten Amendment and Voter Identification: How the New Wave of Voter Identification Laws Violates the Twenty-Fourth Amendment. **Hofstra L. Rev.**, v. 42, p. 343, 2013.

GAO. **Race in America**. U.S. Government Accountability Office, 2020. Disponível em:  
<<https://www.gao.gov/race-america>> Acesso em: 03 out. 2023

GELBMAN, Shamira. Black Voters. In: TENCH, Rob. **Minority Voting in the United States**. 2016.

GIOVANAZ, Daniel. Mobilização negra é considerada decisiva para a virada histórica de Biden na Georgia. **Brasil de Fato**, 06 nov. 2020. Disponível em:  
<<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/06/mobilizacao-negra-e-considerada-decisiva-para-virada-historica-de-biden-na-georgia>>. Acesso em: 12 out. 2021.

GIROUX, Henry. The Plague of White Supremacy in the Age of Fascist Politics. **Fast Capitalism**, v. 18, n. 1, 2021. Disponível em:

<<https://fastcapitalism.journal.library.uta.edu/index.php/fastcapitalism/article/view/422>>  
Acesso em: 12 out. 2022.  
<https://doi.org/10.32855/fcapital.202101.008>

GOTANDA, Neil. A Critique of “Our Constitution Is Color-Blind”. In: DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Critical race theory: The cutting edge**. Temple University Press, 2013.

GRIMMER, Justin; YODER, Jesse. The durable differential deterrent effects of strict photo identification laws. **Political Science Research and Methods**, v. 10, n. 3, p. 453-469, 2022.  
<https://doi.org/10.1017/psrm.2020.57>

GROVES, Megan. The voter went down to Georgia: The not so new problem of minority voter suppression. **JHULR**, 06 nov. 2018. Disponível em:  
<<https://jhulr.org/2018/11/05/the-voter-went-down-to-georgia-the-not-so-new-problem-of-minority-voter-suppression/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

HAAST, Rik. **Jim Crow Era: Continuities and Similarities in Recent Voter Suppression Acts**. 2017.

HAMILTON, Vivian E. Reform, Retrench, Repeat: The Campaign Against Critical Race Theory, Through the Lens of Critical Race Theory. **Wm. & Mary J. Race Gender & Soc. Just.**, v. 28, p. 61, 2021.

HARDY, Lydia. Voter Suppression Post-Shelby: Impacts and Issues of Voter Purge and Voter ID Laws. **Mercer L. Rev.**, v. 71, p. 857, 2019.

HENNINGER, Phoebe; MEREDITH, Marc; MORSE, Michael. Who Votes Without Identification? Using Individual-Level Administrative Data to Measure the Burden of Strict Voter Identification Laws. **Journal of Empirical Legal Studies**, v. 18, n. 2, p. 256-286, 2021.  
<https://doi.org/10.1111/jels.12283>

HERITAGE FOUNDATION. **The Heritage Foundation: 50 years**. 2023. Disponível em:  
<<https://www.heritage.org/>> Acesso em: 14 out. 2023.

HERRON, Michael C.; SMITH, Daniel A. Race, party, and the consequences of restricting early voting in Florida in the 2012 general election. **Political Research Quarterly**, v. 67, n. 3, p. 646-665, 2014.  
<https://doi.org/10.1177/1065912914524831>

HICKEY, Erica. **Using Critical Race Theory as a Framework to Analyze the Racial Disparities in COVID-19 Related Policies**. 2022. Tese de Doutorado. The William Paterson University of New Jersey.

HICKS, William D. et al. A principle or a strategy? Voter identification laws and partisan competition in the American states. **Political Research Quarterly**, v. 68, n. 1, p. 18-33, 2015.  
<https://doi.org/10.1177/1065912914554039>

IATI, Marisa. **What is critical race theory, and why do republicans want to ban it in schools?** Washington Post, 29 de maio de 2021. Disponível em:  
<<https://www.washingtonpost.com/education/2021/05/29/critical-race-theory-bans-schools/>>  
Acesso em: 12 out. 2022.

KATZ, Ellen D. Justice Ginsburg's Umbrella. In: **A Nation of Widening Opportunities? The Civil Rights Act at Fifty**. Ann Arbor, MI: Michigan Publishing, 2015.

KELLEY, R. D. G.; LEWIS, E. **To make our world anew**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005.

KEYSSAR, Alexander. **The right to vote: The contested history of democracy in the United States**. Basic Books, 2009.

\_\_\_\_\_. The Project of Democracy. **Maine Policy Review**, v. 11, n. 2, p. 90-99, 2002.

\_\_\_\_\_. Voter Suppression Returns. **Harvard Magazine**, 2012. Disponível em: <<http://mrflick.com/wp-content/uploads/2013/08/Harvard.pdf>> Acesso em: 12 out. 2021.

KOMISARCHIK, Mayya; WHITE, Ariel. **Throwing Away the Umbrella: Minority Voting after the Supreme Court's Shelby Decision**. 2021.

KUK, John; HAJNAL, Zoltan; LAJEVARDI, Nazita. A disproportionate burden: strict voter identification laws and minority turnout. **Politics, Groups, and Identities**, v. 10, n. 1, p. 126-134, 2022.  
<https://doi.org/10.1080/21565503.2020.1773280>

LADSON-BILLINGS, Gloria; TATE, William F. Toward a critical race theory of education. **Teachers college record**, v. 97, n. 1, p. 47-68, 1995.  
<https://doi.org/10.1177/016146819509700104>

LANDRY, Jack Hoyt. **The Effect of Voter ID Laws on Beliefs in Electoral Integrity**. 2020.

LEDESMA, María C.; CALDERÓN, Dolores. Critical race theory in education: A review of past literature and a look to the future. **Qualitative inquiry**, v. 21, n. 3, p. 206-222, 2015.  
<https://doi.org/10.1177/1077800414557825>

LICHTMAN, Allan J. **The embattled vote in America: From the founding to the present**. Harvard University Press, 2020.  
<https://doi.org/10.4159/9780674989344>

LOCKHART, P.R. **Shelby County v. Holder upended voting rights in America**. Vox, 2019.

LÓPEZ, Francesca et al. Understanding the Attacks on Critical Race Theory. **National Education Policy Center**, 2021. Disponível em: <<https://nepc.colorado.edu/publication/crt>> Acesso em: 02 out. 2022.

MALLORY, Christy; REDFIELD, Elana. **The impact of 2023 Legislation on Transgender Youth**. UCLA, School of Law Williams Institute, 2023. Disponível em: <<https://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Trans-Legislation-Summary-Oct-2023.pdf>> Acesso em: 09 jan. 2024.

MANHATTAN INSTITUTE. **About Manhattan Institute**, 2023. Disponível em: <<https://manhattan.institute/about>> Acesso em: 12 out. 2023.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 51, 2015.  
<https://doi.org/10.9771/aa.v0i51.17663>

MILLER, Michael G; FRAGA, Bernard. Who Do Voter ID Laws Keep from Voting?. **The Journal of Politics**, v. 84, n. 2, p. 1091-1105, 2022.

MORAIS, Marcus Vinícius et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. Editora Contexto, 2010.

MORRIS, Kevin. Georgia's proposed voting restrictions will harm black voters. **Brennan Center**, 06 mar. 2021. Disponível em:  
<<https://www.brennancenter.org/our-work/research-reports/georgias-proposed-voting-restrictions-will-harm-black-voters-most#.YV8wf0nuKE0.whatsapp>>. Acesso em: 12 out. 2021.

MUDDE, Cas. “**Critical race theory**” is the right's new bogeyman. The left must not fall for it. **The Guardian**, 25 de junho de 2021. Disponível em:  
<<https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/jun/25/critical-race-theory-rightwing-bogeyman-left-wing>> Acesso em: 01 nov. 2021.

NAACP. Voting Rights Act of 1965. **NAACP**, 2021.

NATIONAL CONFERENCE OF STATE LEGISLATURE. **State Partisan Composition**. NCSL, 2023. Disponível em:  
<<https://www.ncsl.org/about-state-legislatures/state-partisan-composition>> Acesso em: 02 fev. 2024.

NEWKIRK, Van. **How Shelby County broke America**. The Atlantic, 2018.

OBERMULLER, Diana; SCAPINI, Augusto; INATOMI, Celly. A anulação de Roe v. Wade e o início do fim dos direitos nos EUA. **Observatório Político dos Estados Unidos**, OPEU, 26 de junho de 2022. Disponível em:  
<<https://www.opeu.org.br/2022/06/26/a-anulacao-de-roe-v-wade-e-o-inicio-do-fim-dos-direitos-nos-eua/>> Acesso em: 09 nov. 2022.

PEN America Index of Educational Gag Orders. **Pen America The Freedom to Write**, dezembro de 2023. Disponível em: <<https://pen.org/>> Acesso em: 28 nov. 2023.

PENDHARKAR, Eesha. **The Evolution of The Anti-CRT Movement**: A timeline. Education Week, 13 de dez. de 2022. Disponível em:  
<<https://www.edweek.org/leadership/the-evolution-of-the-anti-crt-movement-a-timeline/2022/12>> Acesso em: 09 jan. 2023.

PEREZ, Myrna. Voter Purges. **Brennan Center**, 2008. Disponível em:  
<<https://www.brennancenter.org/our-work/research-reports/voter-purges>> Acesso em: 18 mai. 2022.

PERRY, Samuel L.; WHITEHEAD, Andrew L.; GRUBBS, Joshua B. “I Don’t Want Everybody to Vote”: Christian Nationalism and Restricting Voter Access in the United States. In: **Sociological Forum**. 2022. p. 4-26.  
<https://doi.org/10.1111/socf.12776>

PINTO, Ricardo Leite. Eleições presidenciais nos Estados Unidos da América (3 de Novembro de 2020). **Polis**, v. 2, n. 2, p. 239-249, 2020.

PITZER, Kyle; MCCLENDON, Gena Gunn; SHERRADEN, Michael. Voting Infrastructure and Process: Another Form of Voter Suppression?. **Social Service Review**, v. 95, n. 2, p. 175-209, 2021.

<https://doi.org/10.1086/714491>

PRADO, Débora Figueiredo Mendonça do. **Federalismo e Política Internacional**: os conflitos entre a União e os governos estaduais nos Estados Unidos. 2013. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PRADO, Débora Figueiredo Mendonça do. Uma nação fragmentada: o federalismo trumpista em tempos de pandemia. In: CRUZ, Sebastião C. Velasco; BOJIKIAN, Neusa Maria (Orgs.). **De Trump a Biden**: Partidos, políticas, eleições e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 237-261.

PRADO, Débora Figueiredo Mendonça do; BEVILACQUA, Roberta Maria Botelho. A reação dos governos estaduais à política imigratória de Donald Trump. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 54, 2019.

REDISTRICTING. **All about redistricting**, 2022. Disponível em: <<https://redistricting.ils.edu/redistricting-101/what-is-redistricting/>> Acesso em: 16 mai. 2022.

RILEY, Naomi Schaefer. 'The 1619 Project' Enters American Classrooms. **Education Next**, v. 20, n. 4, 2020. Disponível em:

<[https://www.educationnext.org/wp-content/uploads/2022/01/ednext\\_XX\\_4\\_riley.pdf](https://www.educationnext.org/wp-content/uploads/2022/01/ednext_XX_4_riley.pdf)> Acesso em: 01 nov. 2021.

ROBERTS-LEWIS, Kristie; MACK, LaKerri. The Winding Journey to Justice: An Analysis of the Voting Rights Act on Disenfranchised Populations and Its Impact in the State of Georgia. **Ralph Bunche Journal of Public Affairs**, v. 4, n. 1, p. 2, 2015. Disponível em: <<https://digitalscholarship.tsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://scholar.google.com.br/&httpsredir=1&article=1023&context=rjpa>>. Acesso em: 12 out. 2021.

ROCHA, Rene R.; MATSUBAYASHI, Tetsuya. The politics of race and voter ID laws in the states: The return of Jim Crow?. **Political Research Quarterly**, v. 67, n. 3, p. 666-679, 2014. <https://doi.org/10.1177/1065912913514854>

ROSS II, Bertrall L. ; SPENCER, Douglas M. **PASSIVE VOTER SUPPRESSION**. [s.l.: s.n.], 2021.

RUFO, Christopher. **Critical Race Theory Briefing Book**. Christopher F. Rufo, 2023. Disponível em: <<https://christopherrufo.com/p/crt-briefing-book>> Acesso em: 01 nov. 2023.

SAITO, Natsu Taylor. Origin Stories: Critical Race Theory Encounters the War on Terror. **Mich. J. Race & L.**, v. 27, p. 107, 2021. Disponível em:

<<https://repository.law.umich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1382&context=mjrl>> Acesso em: 01 nov. 2022.

<https://doi.org/10.36643/mjrl.27.1.origin>

SALATINI, Rafael. O direito de voto: a controversa história da democracia nos Estados Unidos (Alexander Keyssar). **Revista Novos Rumos**, v. 53, n. 2, p. 223-227, 2016.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n2.12.p223>

SCHWARTZ, Sarah. **Map: Where Critical Race Theory Is Under Attack**. Education Week, 11 de junho de 2021. Disponível em:

<<https://www.edweek.org/policy-politics/map-where-critical-race-theory-is-under-attack/2021/06>> Acesso em: 01 nov. 2022.

SCHWARTZ, Sarah. **Who's really driving critical race theory legislation? An investigation**. EdWeek, 19 de julho 2021. Disponível em:

<<https://www.edweek.org/policy-politics/whos-really-driving-critical-race-theory-legislation-an-investigation/2021/07>> Acesso em: 01 nov. 2022.

SHATTUCK, John; HUANG, Aaron ; THORESON-GREEN, Elisabeth. **The War on Voting Rights**. Carr Center Discussion Paper Series, 2019. Disponível em:

<<https://carrcenter.hks.harvard.edu/publications/war-voting-rights-ccdp-2019-003-february-2019>> Acesso em: 22 set. 2021.

SLISCO, Aila. **Anti-CRT group crows about flipping school boards conservative**. News Week. 23 de agosto de 2022. Disponível em:

<<https://www.newsweek.com/anti-crt-group-crows-about-flipping-school-boards-conservative-1736323>> Acesso em: 01 nov. 2022.

STRAUSS, Valerie. **The culture war over critical race theory looks like the one waged 50 years ago over sex education**. Washington Post, 25 de julho de 2021. Disponível em:

<<https://www.washingtonpost.com/education/2021/07/25/critical-race-theory-sex-education-culture-wars/>> Acesso em: 01 nov. 2022.

STOUT, Cathryn; WILBURN, Thomas. **CRT Map: Efforts to restrict teaching racism and bias have multiplied across the U.S**. Chalkbeat, 9 jun. 2021. Disponível em:

<<https://www.chalkbeat.org/22525983/map-critical-race-theory-legislation-teaching-racism/>> Acesso em: 01 nov. 2022.

TIME. Exclusive: **New Data Shows the Anti-Critical Race Theory Movement Is 'Far From Over**. TIME, 2023. Disponível em:

<<https://time.com/6266865/critical-race-theory-data-exclusive/>> Acesso em 02 fev. 2024.

THE HERITAGE FOUNDATION. **Protecting K-12 students from discrimination**. The Heritage Foundation, 18 de junho de 2021. Disponível em:

<<https://www.heritage.org/protecting-k-12-students-discrimination>> Acesso em: 01 nov. 2022

THE WHITE HOUSE. **Department of Education Equity Action Plan**. The White House, 2021. Disponível em: <<https://www.ed.gov/equity>> Acesso em: 01 nov. 2022.

THE WHITE HOUSE. **Executive Order on Combating Race and Sex Stereotyping**. The White House, 22 de set. de 2020. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/executive-order-combating-race-sex-stereotyping/>> Acesso em: 01 nov. 2022.

THE WHITE HOUSE. **Executive Order On Advancing Racial Equity and Support for Underserved Communities Through the Federal Government**. The White House, 2021. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2021/01/20/executive-order-advancing-racial-equity-and-support-for-underserved-communities-through-the-federal-government/>> Acesso em: 01 nov. 2022.

THE WHITE HOUSE. **Executive Order on Further Advancing Racial Equity and Support for Underserved Communities Through The Federal Government**. The White House, 2023. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2023/02/16/executive-order-on-further-advancing-racial-equity-and-support-for-underserved-communities-through-the-federal-government/>> Acesso em: 01 nov. 2023.

THURSTON, Chloe N. Black Lives Matter, American political development, and the politics of visibility. **Politics, Groups, and Identities**, v. 6, n. 1, p. 162-170, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/21565503.2017.1420547?needAccess=true>> Acesso em: 28 nov. 2023.  
<https://doi.org/10.1080/21565503.2017.1420547>

TOMAS, Ananda. **Voting Legislation in the 21st Century: Does Voter ID Negatively Affect Anyone?**. 2020. Tese de Doutorado. The University of Texas at San Antonio.

UDANI, Adriano; KIMBALL, David C. Making **American elections great again**: Immigrant resentment, elite rhetoric and public support for voter identification restrictions. 2018.

US Census Bureau 2020. **United States Census Bureau**, 2021. Disponível em: <<https://www.census.gov/newsroom/press-releases/2021/2020-presidential-election-voting-and-registration-tables-now-available.html>> Acesso em: 28 nov. 2023.

WEISER, Wendy R.; FELDMAN, Max. **The state of voting in 2018**. Brennan Center for Justice at New York University School of Law, 2018. Disponível em: <<https://www.brennancenter.org/our-work/research-reports/state-voting-2018>> Acesso em: 12 abr. 2022.

WOODSON CENTER. **1776 United Initiative**, Our Open Letter to the National School Boards Association & Local School Boards. Disponível em: <<https://1776unites.org/essays/our-open-letter-to-public-school-boards/>> Acesso em:

WOODSON CENTER. **Woodson Center**, 2023. Disponível em: <<https://woodsoncenter.org/>> Acesso em: 28 nov. 2023.

ZUBERI, Tukufu. Teoria crítica da raça e da sociedade nos Estados Unidos. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 238, p. 464-487, 2016.



### APÊNDICE A - Legislações propostas (2021-2023)

Estado	Número da Lei	Data da proposta	Status até 01/11/2023	Descrição
Alabama	HB 11	11/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de exigir que os alunos afirmem, adotem ou sigam princípios supostamente associados à teoria crítica da raça, ou que o façam em um curso de instrução. Proíbe as escolas de diferenciar ou classificar um aluno com base na raça ou cor. Exige a demissão de qualquer funcionário que viole as disposições do projeto de lei.
Alabama	HB 8	11/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e instituições públicas de ensino superior de ensinar, instruir ou treinar qualquer aluno para adotar ou acreditar em “certos conceitos” relacionados a raça ou sexo.
Alabama	HB 9/SB 7	11/01/2022	não aprovado	Proíbe agências e subdivisões políticas do estado, incluindo distritos escolares e instituições públicas de ensino superior de ensinar, instruir ou treinar qualquer funcionário, contratado, membro da equipe, estudante ou qualquer outro grupo a adotar ou acreditar em “conceitos divisivos”.
Alabama	HB 312	08/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e agências estaduais de ensinar, instruir ou treinar qualquer aluno ou funcionário para acreditar em certas ideias relacionadas a raça, sexo ou religião. As faculdades públicas podem ensinar sobre essas ideias, mas não podem endossar ou obrigar ninguém a adotá-las ou afirmá-las. Nenhum instrutor pode ser obrigado a compartilhar seu ponto de vista sobre "questões amplamente debatidas e atualmente controversas de políticas públicas ou assuntos sociais".

Alabama	SB 292	03/03/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e outras agências estaduais de ensinar, instruir ou treinar qualquer aluno ou funcionário para adotar ou acreditar em certas ideias relacionadas a raça, sexo ou religião. Estas instituições, bem como as faculdades públicas, não podem promover ou inculcar estas ideias, nem impor qualquer penalidade a estudantes ou funcionários por se recusarem a afirmá-las. O treinamento dos funcionários não pode incluir nenhuma dessas ideias. Qualquer professor ou funcionário público que violar este projeto de lei pode ser punido ou demitido.
Alabama	HB 7	20/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e universidades de obrigar estudantes ou funcionários a adotar ou afirmar “certas ideias” relacionadas a raça, cor, religião, sexo, etnia ou origem nacional. Alunos e funcionários não podem ser obrigados a assistir a nenhuma aula, treinamento ou orientação onde essas ideias sejam promovidas.
Alaska	HB 228	07/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e faculdades públicas de obrigar os alunos a adotar ou afirmar “certas ideias” sobre raça, sexo, etnia, religião, cor ou origem nacional. Proíbe qualquer uso do Projeto 1619.
Alaska	SB 196	15/02/2022	não aprovado	Proíbe as escolas públicas de ensino fundamental e médio de obrigar os alunos a adotar ou afirmar “certas ideias” relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional. Eles também estão proibidos de contratar ou se envolver com qualquer palestrante que promova essas ideias sem declarar que a instituição não endossa “essas opiniões”, e devem oferecer aos alunos e professores a opção por não participar do evento.
Alaska	HB 330	16/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e faculdades de obrigar, doutrinar, persuadir um aluno a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional.

Alaska	HB 391	22/02/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de promover ou obrigar os alunos a adotar ou afirmar “certas ideias” relacionadas à raça, cor, sexo ou origem nacional. Uma pessoa não pode ser "sujeita" como condição de emprego, certificação, licenciamento, credenciamento ou aprovação em exames, a qualquer atividade obrigatória que promova “essas ideias”. Estabelece uma linha direta para receber denúncias de violações.
Arizona	SB 1532	01/02/2021	não aprovado	Proíbe instruções que apresentem qualquer forma de culpa ou julgamento com base em raça, etnia ou sexo. SB 1532 não foi aprovada, mas a versão modificada foi aprovada como parte do HB 2898 e sancionada pelo governador Ducey em 30/06/21. Depois foi derrubada pela Suprema Corte do Arizona.
Arizona	HB 2906/S B 1840	10/06/2021	Assinada como lei pelo governador Ducey em 09/07/21	Proíbe treinamento ou orientação que apresente qualquer forma de culpa ou julgamento com base em raça, etnia ou sexo.
Arizona	HB 2112	12/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e agências estaduais envolvidas na instrução de alunos de ensino fundamental e médio de promover “certas ideias” relacionadas a raça, etnia ou sexo em seus currículos.
Arizona	HCR 2001	12/01/2022	não aprovado	Proposta de emenda à Constituição Estadual. Proíbe escolas e faculdades de ensino fundamental e médio de exigir que os alunos adotem “certas ideias” relacionadas à raça ou etnia. Todos os funcionários do ensino fundamental e médio, e funcionários universitários que desempenham funções fora da sala de aula, não podem promover “certas ideias” relacionadas à raça ou etnia. Nenhum funcionário de escola ou faculdade pública pode ser obrigado a afirmar, como condição de emprego ou promoção, “certas ideias” sobre diversidade, equidade e inclusão.

Arizona	HB 2291	18/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos certas ideias relacionadas a raça, sexo e grupos étnicos, nem de usar qualquer dinheiro do Estado para financiar o ensino relacionado a esses conceitos.
Arizona	HB 2634	23/06/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de adotarem qualquer livro didático ou material instrucional que contenha qualquer assunto que "reflita negativamente" sobre as pessoas com base em raça, etnia, sexo, religião, deficiência, nacionalidade, orientação sexual ou identidade de gênero.
Arizona	HB 2458/S B 1305	19/01/2023	não aprovado, vetado pelo Governador Hobbs	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e agências estaduais de promoverem "certos conceitos" relacionados a raça ou etnia.
Arizona	HB 2189	24/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de adotarem qualquer livro didático ou material instrucional que contenha qualquer assunto que "reflita negativamente" sobre as pessoas com base em raça, etnia, sexo, religião, deficiência, nacionalidade, orientação sexual ou identidade de gênero.
Arizona	SB 1412	29/03/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e programas de preparação de professores de nível universitário de "fornecer instrução" sobre "certas ideias" relacionadas à raça ou etnia.
Arkansas	HB 1218	19/01/2021	não aprovado	Proíbe o ensino que promova "a derrubada do governo dos Estados Unidos", "a divisão entre, o ressentimento ou a justiça social para" diferentes grupos, ou que defenda "o isolamento de um grupo de estudantes com base em uma característica particular".
Arkansas	HB 1231	21/01/2021	não aprovado	Proíbe o uso de financiamento estadual para ensinar o Projeto 1619.
Arkansas	HB 1761	16/03/2021	não aprovado	Proíbe currículos, materiais de leitura, programas, aconselhamento e atividades de expressar, representar ou ensinar "certos conceitos" relacionados a raça e etnia.

Arkansas	SB 627	01/04/2021	Tornou-se lei sem assinatura do governador em 03/05/21	Proíbe entidades estatais (excluindo escolas públicas, universidades, subdivisões políticas e autoridades policiais) de ensinar ou treinar conceitos divisivos. Proíbe a punição de funcionários públicos por se recusarem a apoiar tais conceitos.
Arkansas	HB 1011	08/12/2021	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de expressar, retratar ou ensinar certas ideias relacionadas a raça, etnia e política dos EUA. Exige que as escolas disponibilizem aos pais todos os materiais curriculares.
Arkansas	SB 294	20/02/2023	Assinado pelo governador or Huckabee em 08/03/2023	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de promover ideologias que entrem em conflito com o princípio da igualdade de proteção perante a lei ou que incentivem a discriminação, como a Teoria Crítica da Raça. As escolas não podem oferecer instrução em sala de aula relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero nas séries K-4.
Colorado	HB 1206	08/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de ensinar ou usar materiais instrucionais que promovam “certas ideias” relacionadas a raça, sexo ou etnia. Proíbe as escolas de segregar ou fazer distinção entre alunos para diversos fins com base em raça, sexo ou etnia.
Connecticut	HB 5285/ HB 5282/S B 1	28/04/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos “certas ideias” relacionadas a raça ou sexo, nem de incluir qualquer currículo que seja "projetado ou destinado a fazer com que qualquer indivíduo sinta desconforto, culpa, angústia ou qualquer outra forma de sofrimento psicológico por conta do raça ou sexo do indivíduo".
Connecticut	SB 280	18/01/2023	Pendente	Proíbe as escolas públicas de ensino fundamental e médio de adotarem um currículo que "inclua o ensino de ideologia política tendenciosa ou faça qualquer indivíduo sentir desconforto, culpa, angústia ou qualquer outra forma de sofrimento psicológico devido à raça ou sexo do indivíduo". No projeto de lei, “ideologia policial tendenciosa” é definida como incluindo certos conceitos relacionados com raça ou sexo.

Florida	HB7/ SB 148	11/01/2022	Assinado pelo governad or DeSantis em 22/04/20 22	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e faculdades públicas de submeter alunos ou funcionários a qualquer treinamento ou instrução que promova a crença em “certas ideias” sobre raça, sexo, cor ou origem nacional. A instrução em sala de aula relacionada à injustiça racial passada não pode “doutrinar ou persuadir” os alunos a acreditar nessas ideias. Os empregadores não podem exigir, como condição para "certificação, licenciamento, credenciamento ou aprovação em exame", que o indivíduo seja submetido a instruções que "esposa, promova, promova, inculque ou obrigue" indivíduos a acreditar em certas ideias sobre raça, sexo, cor ou origem nacional.
Florida	SB 242/ HB 57	11/01/2022	não aprovado	Proíbe agências estaduais, empreiteiros estaduais e órgãos governamentais de condados e municípios de ensinar, defender ou promover conceitos divisivos, bodes expiatórios de raça ou sexo, ou estereótipos de raça ou sexo em treinamentos de funcionários. (Inclui escolas e universidades públicas).

Florida	SB 266/ HB 999	21/02/2023	Assinada como lei pelo governador DeSantis em 15 de maio de 2023	Proíbe faculdades e universidades públicas de gastarem quaisquer fundos estaduais ou federais em qualquer programa ou atividade do campus que viole o Stop W.O.K.E. Lei (HB 7). Os conselhos de administração são obrigados a analisar as suas instituições quanto a violações do Stop W.O.K.E. Act, bem como para programas que são "baseados em teorias de que o racismo sistêmico, o sexismo, a opressão ou o privilégio são inerentes às instituições dos Estados Unidos e foram criados para manter as desigualdades sociais, políticas ou econômicas". Os cursos de educação geral não podem "distorcer eventos históricos significativos", ensinar "políticas de identidade", violar o Stop W.O.K.E.
Florida	SB 244	24/02/2023	Pendente	Cria o direito de ação privada para estudantes, professores e professores que acreditam ter sofrido discriminação nos termos do HB 7.
Georgia	HB 888	12/01/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas à raça, etnia, cor, religião ou origem nacional, ou a se envolver ou observar uma discussão sobre políticas públicas. Proíbe a contratação de terceiros para fornecer instruções que promovam qualquer uma dessas ideias. Exige que as escolas tornem todo o material curricular acessível para revisão pelos pais antes da instrução e forneçam um meio para que seus filhos não participem da aula. Afirma a intenção do legislador de que os colégios devem lutar pela neutralidade institucional em todos os assuntos não pertinentes aos seus deveres e funções imediatos.
Georgia	SB 375	26/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio, subdivisões políticas e agências estaduais de incluir em seu treinamento de funcionários e instrução em sala de aula qualquer material "ensinando, agindo, promovendo ou incentivando" certos "conceitos divisivos" relacionado a raça ou sexo.

Georgia	SB 377	26/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio, faculdades públicas e agências estaduais de incluir em seu treinamento de funcionários e instrução em sala de aula qualquer material "ensinando, agindo, promovendo ou incentivando" certos "conceitos divisivos "relacionado à raça ou etnia.
Georgia	HB 1084	27/01/2022	Assinado pelo Governador Kemp em 28/04/2022	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de promover certos conceitos relacionados à raça ou à história dos EUA.
Georgia	SB 613	08/03/2022	não aprovado	Proíbe escolas privadas de ensino fundamental e médio que recebam subsídios públicos ou apoio financeiro, ou que participem de associações atléticas das quais escolas públicas também sejam participantes, de encorajar, promover ou obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a raça, sexo, etnia, origem nacional ou história americana. Proíbe a criação de clubes estudantis ou atividades que condicionem a participação a determinadas características identitárias. As escolas não podem obrigar, promover ou encorajar a discussão sobre orientação sexual ou identidade de gênero nos níveis do ensino primário, nem de forma inadequada à idade em qualquer ano posterior.
Idaho	HB 352	06/04/2021	não aprovado	Proíbe "ensinar, defender ou encorajar a adoção de qualquer conceito racista ou sexista durante a instrução dos alunos". Proíbe "hospedar, pagar ou fornecer um local para um palestrante que defenda, defenda ou promova qualquer conceito racista ou sexista". Proibições que exigem que qualquer aluno leia, veja ou ouça qualquer livro, artigo, apresentação de vídeo, apresentação digital ou outro material de aprendizagem que defenda, defenda ou promova qualquer conceito racista ou sexista".
Idaho	HB 377	21/04/2021	Assinada como lei pelo Governador Little	Proíbe escolas públicas e instituições de ensino superior de "dirigir ou de outra forma obrigar os alunos a afirmar, adotar ou aderir pessoalmente" aos princípios delineados da "teoria crítica da raça". Proíbe o financiamento para tais atos proibidos.

			em 28/04/21	
Illinois	HB 5494	28/01/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover certas ideias em seus currículos relacionadas a raça ou sexo. Proíbe contratar terceiros para esse fim. São necessárias instruções especiais relacionadas ao socialismo, marxismo e ideologias relacionadas. Exige que as escolas recebam o consentimento dos pais antes de qualquer instrução relacionada à saúde sexual.
Illinois	HB 5505	28/01/2022	não aprovado	Impede escolas e faculdades de ensino fundamental e médio de orientar ou obrigar os alunos a afirmar ou adotar certas ideias relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem natural. Os pais, alunos e membros do público têm o direito de se opor a qualquer parte do currículo K-12 que direcione ou obrigue a afirmação ou adoção de tais ideias, e a escola deve abordar essa objeção.
Illinois	HB 2184	07/02/2023	Pendente	Impede escolas e faculdades de ensino fundamental e médio de orientar ou obrigar os alunos a afirmar ou adotar certas ideias relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem natural. Os pais, alunos e membros do público têm o direito de se opor a qualquer parte do currículo K-12 que direcione ou obrigue a afirmação ou adoção de tais ideias, e a escola deve abordar essa objeção.

Indiana	SB 167	04/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de orientar ou obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor, origem nacional ou filiação política. As escolas não podem exigir que os funcionários participem de treinamentos que incluam ideias semelhantes. Um comitê de revisão da comunidade será estabelecido para revisar todo o material curricular proposto. Todo o material curricular deve estar acessível ao público num website público, e as escolas devem obter o consentimento dos pais antes de oferecer tratamentos de saúde mental. Inclui agências e faculdades públicas. Proibições adicionais se aplicam a professores e alunos em “programas de preparação de professores” em instituições de ensino superior.
Indiana	HB 1228	06/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos certas ideias relacionadas a raça ou sexo. Proíbe escolas e faculdades públicas de ensino fundamental e médio de exigir qualquer forma de treinamento ou orientação de gênero ou diversidade sexual, nem incluir em qualquer curso obrigatório qualquer estereótipo de sexo ou raça.
Indiana	HB 1231	06/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas e privadas credenciadas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos certas ideias relacionadas a raça, sexo e história dos EUA e de Indiana. Exige que as escolas publiquem todos os currículos num website acessível ao público e permitam que um mínimo de cinco contribuintes por vez observem as instruções em sala de aula. Proíbe os professores de incluir na sala de aula quaisquer temas polêmicos relacionados ao material em discussão.
Indiana	HB 1362	11/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio, faculdades e agências estaduais de exigir que os alunos adotem ou afirmem quaisquer ideologias antiamericanas ou certas ideias relacionadas a raça, etnia, sexo, religião, cor, origem nacional ou filiação política. Escolas e faculdades também estão proibidas de incluir ou promover essas mesmas ideias e ideologias. Exige que as escolas coloquem todo o material curricular online para revisão pública.

Indiana	SB 415	11/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio, faculdades e agências estaduais de incluir em seus currículos ou obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a raça ou sexo. Eles também estão proibidos de exigir que qualquer funcionário realize treinamento profissional que inclua estereótipos raciais ou sexuais. As faculdades públicas não podem exigir que os alunos se envolvam em qualquer forma de treinamento ou aconselhamento obrigatório sobre gênero ou diversidade sexual.
Indiana	HB 1134	13/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de orientar ou obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor, origem nacional ou filiação política. As escolas não podem exigir que os funcionários participem de treinamentos que incluam ideias semelhantes. Proíbe ainda que agências estatais e escolas e faculdades públicas, bem como escolas privadas de ensino fundamental e médio na oferta de cursos de educação cívica, incluam ou promovam certas ideias em seu ensino relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor, origem nacional ou filiação política. Proibições adicionais se aplicam a professores e alunos em “programas de preparação de professores” em instituições de ensino superior.
Indiana	HB 1389	13/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover certas ideias em seus currículos relacionadas a raça ou sexo. Proibido contratar terceiros para esse fim. Exige que as escolas publiquem informações curriculares em um site de pesquisa pública e ofereçam aos pais a possibilidade de excluir seus filhos de tópicos e tarefas. Exige que o corpo docente da faculdade permaneça imparcial em relação a qualquer ativismo político ou estágio envolvendo "políticas sociais ou públicas" no qual os alunos participem como parte de sua educação.
Indiana	HB 1338	17/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas e privadas credenciadas de ensino fundamental e médio de promover certas ideias relacionadas a raça ou sexo. As faculdades e universidades públicas não podem exigir que os alunos participem de qualquer treinamento ou aconselhamento obrigatório sobre gênero e diversidade sexual.

Indiana	HB 1523	19/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de promover certas ideias relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional.
Indiana	SB 386	19/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de obrigar ou promover a crença em certos conceitos relacionados a idade, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, raça, credo, cor, estado civil, situação familiar, deficiência mental ou física, religião ou origem nacional.
Iowa	HF 222	27/01/2021	não aprovado	Proíbe o uso do currículo do Projeto 1619. Reduz o orçamento para escolas, faculdades e universidades que violam as restrições curriculares.
Iowa	SF 478	25/02/2021	não aprovado	Determina o treinamento da Primeira Emenda para instituições de ensino superior e autoriza penalidades para professores que violam os direitos de liberdade de expressão. Proíbe treinamentos que ensinem ou promovam conceitos divisivos. Cria penalidades para discriminação com base em preconceitos políticos nas escolas.
Iowa	HF 802	08/03/2021	Assinada como lei pelo Governador Reynolds em 08/06/21	Exige que qualquer treinamento obrigatório da equipe “não ensine, defenda, atue ou promova” conceitos específicos definidos. Proíbe a inclusão de “conceitos específicos definidos” no currículo das escolas públicas.
Iowa	SF 2037	13/01/2022	não aprovado	Altera o HF 802 para proibir administradores de escolas de ensino fundamental e médio de ensinar certas ideias relacionadas a raça ou sexo. Estabelece penalidades para administradores que violarem a lei.
Iowa	SF 2043	13/01/2022	não aprovado	Proíbe os professores do ensino fundamental e médio de "falar sobre o Juramento de Fidelidade de qualquer maneira que os alunos possam razoavelmente entender que o discurso do professor é um comentário antipatriótico sobre os Estados Unidos ou uma tentativa de influenciar politicamente os alunos". Exige que os professores se levantem e recitem o Juramento de Fidelidade.

Kansas	HB 2662	09/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de orientar ou obrigar os alunos a adotar ou afirmar qualquer ideia "que viole a lei dos direitos civis de 1964". As escolas não podem contratar terceiros para desenvolvimento profissional que promovam "doutrinas ou práticas racialmente essencialistas que tenham sido consideradas violadoras da lei dos direitos civis de 1964".
Kansas	SB 496	10/02/2022	não aprovado	"Afirma o direito dos pais à educação que não obriga alunos, professores ou administradores a afirmar "qualquer ideia que viole a lei dos direitos civis de 1964" nem que as escolas usem qualquer material curricular que obrigue uma criança a afirmar tal ideia. Proíbe ainda mais as escolas de contratar qualquer pessoa que promova "racialmente doutrinas ou práticas essencialistas" para fins de desenvolvimento profissional".
Kansas	SB 515	15/02/2022	não aprovado	Proíbe que escolas públicas de ensino fundamental e médio incluam no currículo certas ideias relacionadas a raça, etnia, religião, sexo, credo, afiliação política não violenta, classe social ou classe de pessoas, ou política governamental. Nenhuma política, site ou qualquer outro material do departamento estadual de educação pode promover essas ideias. Toda a educação relacionada com a história deve estar livre de "conceitos inerentemente divisivos" e de "teoria crítica da raça".
Kansas	SB 58	01/04/2022	Vetado pelo Governador Kelly 15/04/2022	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de orientar ou obrigar os alunos a adotar ou afirmar qualquer ideia "que viole a lei dos direitos civis de 1964". As escolas não podem contratar terceiros para desenvolvimento profissional que promovam "doutrinas ou práticas racialmente essencialistas que tenham sido consideradas violadoras da lei dos direitos civis de 1964".
Kentucky	HB 14	04/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de promover certos conceitos. Proíbe o treinamento obrigatório em gênero ou diversidade sexual, bem como qualquer forma de estereótipo ou preconceito racial ou sexual, em faculdades públicas.

Kentucky	HB 18	04/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de oferecer "qualquer instrução ou discussão em sala de aula" ou de distribuir "material impresso ou digital" sobre certos conceitos. Proíbe estudantes de faculdades públicas de serem "sujeitos a qualquer instrução ou discussão em sala de aula... ou material impresso ou digital" que promova certos conceitos.
Kentucky	SB 138	03/02/2022	não aprovado	Exige que escolas públicas de ensino fundamental e médio forneçam instrução consistente com certos conceitos relacionados a raça e sexo. A instrução também deve ser consistente com certas interpretações da história e do legado da escravidão americana, a capacidade de sucesso de todas as pessoas, independentemente de raça, sexo ou classe, e que "O futuro do sucesso da América depende da cooperação entre todos os seus cidadãos".
Kentucky	HB 487	11/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e programas de treinamento de professores em faculdades e universidades públicas e privadas de oferecer qualquer "instrução ou discussão, formal ou informal, ou distribuir quaisquer" materiais que "depreciem o valor americano fundamental da igualdade" ou que defendam ou promovam a intolerância, a história revisionista ou a justiça social crítica. Escolas e agências estatais estão igualmente proibidas de contratar qualquer organização externa que se envolva em qualquer um dos atos anteriores.
Kentucky	HB 706	01/03/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio, faculdades públicas e outras agências estatais e contratantes de obrigar ou ensinar - direta ou indiretamente - estudantes, funcionários e outros a acreditar ou afirmar "intolerância, teoria crítica de justiça social, essencialismo racial e sexual, ou uma história revisionista da fundação da América".

Kentucky	SB 1	23/03/2022	Veto do governador or Beshear anulado pela legislatura a 14/04/2022	Exige que escolas públicas de ensino fundamental e médio tornem suas instruções e materiais instrucionais "consistentes" com certas ideias relacionadas a raça, sexo e história e cultura americanas. Todas as instruções sobre "tópicos atuais e controversos" devem ser "relevantes, objetivas, não discriminatórias e respeitadas às diferentes perspectivas dos alunos". Os alunos não podem ser obrigados ou incentivados a defender uma posição que seja diferente da sua própria posição ou da de seus pais ou responsáveis.
Louisiana	HB 747	04/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de comprar ou adotar quaisquer materiais curriculares ou de treinamento de funcionários que estabeleçam que uma raça, sexo, etnia ou origem nacional é "inerentemente superior, inferior, favorecida, desfavorecida, privilegiada, desprivilegiada, tendenciosa ou oprimida em relação a outra".
Louisiana	HB 564	02/04/2021	não aprovado	Proibições em escolas e faculdades públicas (bem como em escolas ou faculdades privadas que recebem apoio estadual) de incluir nos currículos ou na formação de funcionários certos conceitos relacionados com raça ou sexo.
Louisiana	HB 1014	05/04/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover o uso de qualquer material instrucional que obrigue alunos ou funcionários a adotar, afirmar ou promover certas ideias relacionadas à raça, etnia, religião, cor ou origem nacional.
Maine	HB 618	14/02/2023	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de oferecer qualquer instrução em sala de aula relacionada à "teoria crítica da raça, aprendizagem social e emocional e diversidade, equidade e inclusão", que coletivamente são definidas no projeto de lei como certos conceitos relacionados à raça ou sexo.
Maryland	HB 1256	11/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio, bem como escolas privadas de ensino fundamental e médio que recebem fundos estaduais, de incluir em seus currículos certas ideias relacionadas a raça e sexo.
Michigan	SB 460	20/05/2021	não aprovado	Proíbe o currículo das escolas públicas de incluir a teoria crítica da raça, o projeto 1619 ou qualquer uma das "teorias antiamericanas e racistas" especificadas.

Michigan	HB 5097	23/06/2021	não aprovado	Impede que o currículo acadêmico básico do modelo do conselho estadual inclua "qualquer forma de estereótipos de raça ou gênero ou qualquer coisa que possa ser entendida como estereótipos implícitos de raça ou gênero".
Minnesota	HF 2778	24/01/2022	não aprovado	Proíbe o comissário estadual de educação de exigir que qualquer aluno seja instruído ou professor seja treinado em "teoria crítica da raça".
Minnesota	HB 3301	10/02/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de exigir instrução em "teoria crítica da raça", que é definida como "uma prática de examinar o papel da raça e do racismo na sociedade, a construção social da raça e do racismo institucionalizado, e como a raça se cruza com a identidade, os sistemas e políticas".
Minnesota	SF 1495	09/02/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio ou instituições de ensino superior de promover, encorajar ou defender certas ideias relacionadas à raça ou sexo, nem exige que os alunos consumam qualquer mídia que defenda, incentive ou promova essas ideias.
Minnesota	HF 2019	20/02/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio, faculdades e universidades de ensinar ou promover certas ideias relacionadas a raça ou sexo, ou exigir que os alunos leiam um livro que ensine ou promova essas ideias.
Mississippi	SB 2538	18/01/2021	não aprovado	Proíbe o uso de recursos estaduais para ensinar o Projeto 1619.
Mississippi	HB 437	05/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas e faculdades públicas de ensino fundamental e médio, bem como instituições de ensino privadas que recebem financiamento estadual, de incluir ou promover em seus currículos certos "conceitos divisivos" relacionados a raça, sexo e origem nacional. Essas instituições também estão proibidas de oferecer qualquer treinamento ou orientação que inclua essas ideias.
Mississippi	SB 2098	12/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos a "teoria crítica da raça".

Mississippi	SB 2106	12/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de permitir "a instrução, treinamento ou ensino" de certas ideias relacionadas à raça ou sexo, ou que promovam a divisão com base em raça, gênero, filiação política, classe social ou qualquer outra classe de pessoas, ou que visa negativamente uma nacionalidade ou país.
Mississippi	SB 2113	12/01/2022	Assinada como lei pelo governador Reeves em 14/03/20 22	Proíbe escolas e faculdades públicas de ensino fundamental e médio de obrigar os alunos a afirmar ou adotar certas ideias relacionadas à raça, sexo ou outras características, nem fazer "uma distinção ou classificação de alunos com base na raça".
Mississippi	SB 2171	13/01/2022	não aprovado	Proíbe o ensino fundamental e médio e as faculdades públicas de orientar ou obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a sexo, raça, etnia, cor ou origem nacional. Nenhum dinheiro estadual pode ser usado para obrigar os estudantes a adotar ou afirmar qualquer uma destas ideias.
Mississippi	HB 1491	17/01/2022	não aprovado	Impede que escolas e faculdades de ensino fundamental e médio exijam que os alunos afirmem certas ideias relacionadas a "sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional", nem façam qualquer distinção com base em "raça ou cor".
Mississippi	HB 1492/1 493/14 94/149 7	17/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas e faculdades de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos ou fornecer treinamento para funcionários ou alunos que inclua certas ideias relacionadas a raça, sexo ou aos Estados Unidos. Eles também estão proibidos de incluir qualquer conteúdo que promova "divisão ou ressentimento entre raça, sexo, religião, credo, afiliação política não violenta, classe social ou classe de pessoas".

Mississippi	HB 1495	17/01/2022	não aprovado	Impede que escolas e faculdades de ensino fundamental e médio incluam em seus currículos ou exijam que os alunos afirmem certas ideias relacionadas a "sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional", bem como a ideia de que "o racismo não é apenas o produto de preconceito ou preconceito individual aprendido, mas que o racismo está sistematicamente incorporado na sociedade americana e no sistema jurídico americano para facilitar a desigualdade racial". Escolas e faculdades também estão proibidas de usar quaisquer materiais derivados do Projeto 1619.
Mississippi	HB 1496	17/01/2022	não aprovado	Impede que escolas e faculdades de ensino fundamental e médio exijam que os alunos afirmem certas ideias relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional, nem façam qualquer distinção com base em raça ou cor.
Mississippi	SB 2168	11/01/2023	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de incluir "o que é coloquialmente conhecido como teoria crítica da raça" em aulas obrigatórias de história e educação cívica.
Missouri	HB 952	28/01/2021	não aprovado	Proíbe o ensino de "currículo que implementa a teoria crítica da raça", incluindo o Projeto 1619.
Missouri	SB 586	01/05/2021	não aprovado	Define a política do conselho estadual de educação "para não promover ou permitir" certos conceitos relacionados a raça ou sexo no currículo ou no ensino.
Missouri	SB 5	23/06/2021	não aprovado	Define a política do conselho estadual de educação "para não promover ou permitir conceitos divisivos nos currículos ou instruções das escolas públicas".
Missouri	HB 2132	03/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de administrar qualquer teste que inclua perguntas que afirmem ou promovam certos conceitos relacionados a raça, sexo ou história dos EUA.
Missouri	HB 1995	05/01/2022	não aprovado	Impede que escolas públicas de ensino fundamental e médio orientem ou obriguem estudantes ou funcionários a discutir uma questão de política pública ou a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas à raça, etnia, cor ou origem nacional.

Missouri	HB 2189	05/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de basearem quaisquer materiais curriculares em "características imutáveis do aluno, da família ou da comunidade e outras características de identificação, incluindo, mas não se limitando a, raça, sexo binário, escolhas de gênero, religião, deficiência ou renda".
Missouri	HB 1457	06/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas públicas de incluir em seus currículos qualquer material ou reivindicação dentro do Projeto 1619.
Missouri	HB 1484	06/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e faculdades de incluir certas ideias relacionadas a raça ou sexo em seus currículos. Também proíbe orientação ou treinamento obrigatório relacionado à diversidade de gênero ou sexual, bem como qualquer orientação ou exigência que inclua "estereótipos de raça ou sexo".
Missouri	HB 1554	06/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir certas ideias relacionadas a raça ou sexo em seus currículos.
Missouri	HB 1634	06/01/2022	não aprovado	Proíbe os professores de usar qualquer material que identifique pessoas, grupos ou instituições como sexistas, racistas ou opressivos. Proíbe o uso do Projeto 1619 e currículos semelhantes.
Missouri	HB 1669	06/01/2022	não aprovado	Proíbe que escolas públicas de ensino fundamental e médio obriguem alunos ou funcionários a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a raça ou sexo em seus currículos. Também proíbe orientação ou treinamento obrigatório relacionado à diversidade de gênero ou sexual, bem como qualquer orientação ou exigência que inclua "estereótipos de raça ou sexo".
Missouri	HB 1767	06/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de crenças convincentes em certas ideias sobre raça, sexo e conceitos relacionados. Exige que as escolas notifiquem o governo estadual e o público com antecedência sobre qualquer uma dessas ideias em sala de aula.
Missouri	HB 1815	06/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas e professores de adotar currículo "implementando a teoria crítica da raça" e ensinar ou usar quaisquer materiais do Projeto 1619 ou trabalhos semelhantes.

Missouri	HB 1835	06/01/2022	não aprovado	Exige que os professores das escolas públicas ensinem questões controversas de forma objetiva e os proíbe de incluir como parte de um curso qualquer forma de ativismo político. Proíbe os professores de exigir que os alunos adotem ou afirmem certos conceitos relacionados à raça, ao sexo e à história dos Estados Unidos. Proíbe qualquer política escolar que gere um “efeito inibidor” na discussão dos alunos.
Missouri	HJR 110	06/01/2022	não aprovado	Proíbe que escolas públicas de ensino fundamental e médio obriguem professores ou alunos a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas à raça, etnia, cor ou origem nacional.
Missouri	SB 638/676/734/735	10/01/2022	não aprovado	Proíbe que os currículos das escolas públicas incluam "conceitos divisivos".
Missouri	SB 645	10/01/2022	não aprovado	Proíbe que escolas públicas de ensino fundamental e médio exijam que os professores adotem certas ideias relacionadas a raça ou sexo. Limita as fontes que os professores podem utilizar na compilação dos seus currículos. Exige que os professores promovam uma história e uma compreensão "geralmente positiva" dos EUA. Exige que todos os currículos de ensino fundamental e médio e programas de treinamento de professores estejam disponíveis on-line para revisão pública.
Missouri	SB 694	10/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas públicas de incluir em seus currículos certos "conceitos divisivos" ou de fazer uso do Projeto 1619, da teoria crítica ou de ideias semelhantes. As escolas não podem forçar um professor a discutir um “tópico controverso atual”. Os professores que optarem por discutir tais temas deverão fazê-lo de forma objetiva.
Missouri	HB 1474	11/01/2022	não aprovado	Estabelece uma "Declaração de Direitos dos Pais" que exige que as escolas forneçam aos pais informações sobre os currículos. Proíbe os professores de usar qualquer material que identifique pessoas, grupos ou instituições como sexistas, racistas ou opressivos. Proíbe o uso do Projeto 1619 e currículos semelhantes.

Missouri	HB 2428	12/01/2022	não aprovado	Impede que as escolas de ensino fundamental e médio exijam que alunos ou funcionários discutam uma questão de política pública, nem adotem ou afirmem certas ideias relacionadas à raça, etnia, cor ou origem nacional.
Missouri	SB 740	13/01/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de orientar ou obrigar alunos ou professores a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a raça ou sexo. Exige um princípio de “não doutrinação” que exige que as escolas equilibrem todas as discussões de “natureza política, religiosa ou ideológica” com material alternativo de posição oposta. As escolas devem colocar todas as informações e materiais curriculares e de desenvolvimento profissional online para revisão pública.
Missouri	SB 1184	24/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de promover ou incluir em seus currículos certas ideias relacionadas a raça ou sexo.
Missouri	HJR 135	25/02/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos qualquer instrução sobre certas ideias relacionadas à raça, etnia, cor ou origem nacional, nem quaisquer ideias que violem o Título IV ou VI da Lei dos Direitos Cívicos.
Missouri	HB 2827	28/02/2022	não aprovado	Impede que as escolas de ensino fundamental e médio adotem quaisquer materiais de instrução que violem um "princípio de não doutrinação" de impor "qualquer ortodoxia de natureza política, religiosa ou ideológica". Qualquer material desta natureza deve ser “equilibrado” com a inclusão de uma visão alternativa. Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de obrigar alunos ou funcionários a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a raça, sexo, etnia, religião, cor ou origem nacional.
Missouri	SB 21	14/09/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover em currículos ou instruções certos conceitos relacionados a raça ou sexo.

Missouri	SB 22	14/09/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover em currículos ou instruções certos conceitos relacionados a raça ou sexo. Nenhum aluno ou professor pode ser obrigado a adotar ou afirmar uma ideia que viole a Lei dos Direitos Civis, incluindo certos conceitos relacionados à raça, sexo, cor ou origem nacional.
Missouri	SB 158	01/12/2022	Pendente	Impede que escolas públicas de ensino fundamental e médio orientem ou obriguem estudantes ou funcionários a discutir uma questão de política pública ou a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas à raça, etnia, cor ou origem nacional.
Missouri	SB 4	01/12/2022	Pendente, aprovado pelo Senado	Proíbe que escolas de ensino fundamental e médio exijam que professores ou alunos adotem ou afirmem certos conceitos relacionados à raça, etnia, cor ou origem nacional. Requer que o Departamento de Educação desenvolva e promova um "currículo patriótico".
Missouri	HB 165	04/01/2023	Pendente	Impede que escolas públicas de ensino fundamental e médio incluam em uma orientação obrigatória qualquer "estereótipo de raça ou sexo". Nenhum professor ou aluno pode ser obrigado a adotar ou afirmar certos conceitos relacionados com raça ou sexo. Nenhum aluno de qualquer escola pública será obrigado a participar em qualquer forma de formação ou aconselhamento obrigatório sobre gênero e diversidade sexual.
Missouri	HB 482	04/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de orientar ou obrigar qualquer aluno ou professor a adotar ou afirmar uma ideia que viole a Lei dos Direitos Civis, incluindo certos conceitos relacionados à raça, etnia, cor ou origem nacional.
Missouri	HB 627	04/01/2023	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de obrigar professores ou alunos a adotar ou afirmar qualquer ideia "que viole o Título IV ou Título VI da Lei federal dos Direitos Civis de 1964", incluindo certos conceitos relacionados à raça, etnia, cor ou origem nacional.

Missouri	HB 75	04/01/2023	Pendente	Proíbe escolas ou faculdades públicas de ensino fundamental e médio de exigir ou fazer parte de um curso certos conceitos relacionados à raça ou sexo.
Missouri	SB 172	04/01/2023	Pendente	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover como parte de seus currículos certas ideias relacionadas à raça ou sexo.
Missouri	SB 410	04/01/2023	Pendente	Proíbe faculdades e universidades públicas e privadas que recebam financiamento estadual, de exigir que os alunos concordem ou respondam a perguntas relacionadas ao "anti-racismo, preconceito implícito, equidade na saúde e quaisquer outras instruções relacionadas ou que promovam tratamento diferenciado com base na raça, gênero, religião, etnia e preferência sexual". Os alunos que fizerem trabalhos de aula relacionados a essas questões não poderão receber nenhum benefício ou compensação que também não possa ser recebido pelos alunos que se recusarem a fazer esses trabalhos.
Missouri	SB 42	04/01/2023	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos o Projeto 1619, "teoria crítica da raça" ou "quaisquer conceitos sucessores ou teorias substancialmente semelhantes" a eles, ou certos conceitos relacionados à raça ou sexo. Os professores não podem exigir que os alunos participem em qualquer lobby ou ativismo político, nem as escolas podem exigir que os professores discutam temas atualmente controversos ou questões de políticas públicas.
Missouri	SB 451	04/01/2023	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de obrigar professores ou alunos a adotar ou afirmar qualquer ideia "que viole o Título IV ou Título VI da Lei federal dos Direitos Civis de 1964", incluindo certos conceitos relacionados à raça, etnia, cor ou origem nacional.
Montana	SB 222	26/01/2023	não aprovado	Proíbe escolas e faculdades públicas de ensino fundamental e médio de exigir que qualquer funcionário, como condição de emprego, se submeta a uma orientação ou treinamento que "promova, promova, inculque ou obrigue o indivíduo a acreditar" em certas ideias relacionadas a raça, credo, religião, cor, sexo, deficiência física ou mental, idade e nacionalidade.

Montana	SB 235	30/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir em seu ensino de ciências quaisquer "teorias científicas". As escolas só podem oferecer instrução sobre "fatos científicos", definidos no projeto de lei como "uma observação indiscutível e repetível de um fenômeno natural".
Montana	HB 533	14/02/2023	não aprovado	Proíbe escolas particulares de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos a afirmação de certas ideias relacionadas à raça, religião ou cultura.
Nebraska	LB 1077	18/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e faculdades públicas de ensinar, defender, encorajar, promover ou agir de acordo com certas ideias relacionadas a raça ou sexo como parte do treinamento obrigatório de estudantes ou funcionários. Estas instituições deverão também, como parte dos seus esforços de diversidade e inclusão, desencorajar os estudantes de discriminar com base em características protegidas ou ideologia política.
Nebraska	LB 374	12/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de obrigar qualquer professor ou aluno a adotar, afirmar qualquer ideia "que viole o Título IV ou o Título VI da Lei federal dos Direitos Cívicos de 1964", incluindo certos conceitos relacionados à raça, etnia, cor ou origem nacional. Os professores devem "esforçar-se para apresentar os fatos sem distorção, preconceito ou preconceito pessoal".

New Hampshire	HB 544	08/04/2021	Adiciona do a HB 2. HB 2 foi sancionado pelo governador Sununu em 25/06/21	Proíbe empregadores ou contratados públicos de "ensinar, defender, instruir ou treinar qualquer funcionário, estudante, destinatário de serviço, contratado, membro da equipe, presidiário ou qualquer outro indivíduo ou grupo" em certos conceitos. Proíbe programas governamentais de "ensinar, defender ou promover" certos conceitos. Protege os funcionários públicos de punições por se recusarem a participar de treinamentos sobre determinados conceitos. Impede que alunos de escolas públicas sejam "ensinados, instruídos a expressar crença ou apoio a certos conceitos".
New Hampshire	HB 1313	20/11/2021	não aprovado	Altera o HB 2 para estender as proibições de ensino às faculdades.
New Hampshire	HB 1255	08/01/2022	não aprovado	Proíbe os professores de defender em qualquer instituição estadual o socialismo, o marxismo ou qualquer doutrina que exija a derrubada violenta dos Estados Unidos. Proíbe os professores das escolas públicas de defenderem qualquer doutrina que promova um relato negativo da fundação dos Estados Unidos sem incluir também "o contexto mundial de práticas agora ultrapassadas e desencorajadas".
New Jersey	A3647/ A6140/ SB664	11/01/2022	Pendente	Proíbe os empregadores públicos de exigir que qualquer funcionário conclua um programa de treinamento que incentive a adoção de certas ideias relacionadas à raça, sexo e outras identidades.
New Jersey	SB 598/A 783	12/01/2022	Pendente	Proíbe as escolas públicas de incluir certos conceitos em seu ensino, exceto quando os conceitos se referem a eventos ou documentos históricos específicos. Proíbe os professores de "endossar, apoiar ou se opor" a qualquer candidato político ou decisão judicial. Exige que os professores apenas discutam uma questão incluída na plataforma de um partido político quando for pertinente à matéria que está sendo ensinada, caso em que a questão deve ser apresentada de forma imparcial e apartidária.

New Jersey	S 2685	19/05/2022	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de promover ou usar materiais que promovam "conceitos relacionados à teoria crítica da raça", incluindo certas ideias relacionadas à raça ou sexo. Cria uma linha direta para ser usada pelos pais para notificar o estado sobre qualquer violação.
New Mexico	HB 91	19/01/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de ensinar "teoria crítica da raça", definida como certas ideias relacionadas à raça ou ao sexo. Isto inclui instrução que "deriva ou de outra forma traça suas origens ou influências, ou se sobrepõe pertinentemente à filosofia social da teoria crítica", que "cria um sentimento ou sentimentos de desconforto, culpa, angústia ou qualquer outra forma de sofrimento psicológico, físico ou qualquer outro tipo de sofrimento em uma pessoa devido à raça ou gênero atribuído a essa pessoa", ou que "ensine ou promova a ideia de que os problemas sociais são criados por estruturas e sistemas sociais racistas ou patriarcais", entre outros.
New York	A8253	05/01/2022	não aprovado	Proíbe que escolas e universidades públicas realizem cursos ou currículos que ensinem determinados conceitos. Proibições de exigir que alunos ou professores aprendam ou estudem o Projeto 1619.
New York	A8579	05/01/2022	não aprovado	Proíbe que as escolas públicas incluam determinados conceitos em seus cursos.
Carolina do Norte	H 187	23/02/2023	Pendente, aprovado pela câmara	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de obrigar alunos ou funcionários a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a raça ou sexo.
Carolina do Norte	HB 324	17/03/2021	Vetado pelo Governador Cooper 10/09/21	Proíbe as escolas públicas de obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas com raça ou sexo.
Carolina do Norte	SB 700	07/04/2021	não aprovado	As escolas públicas de ensino fundamental e médio devem apresentar uma visão equilibrada sobre todos os assuntos. Ao discutir um partido político, "o ponto de vista do partido político alternativo também deve ser apresentado e ter igual peso durante a mesma unidade instrucional".

Dakota do Norte	HB 1508	08/11/2021	Assinada pelo Governador Burgum em 12/11/2021	Requer que toda a instrução nas escolas públicas de ensino fundamental e médio seja "factual" e "objetiva". Proíbe a inclusão de qualquer instrução relacionada à teoria crítica da raça, definida como "a teoria de que o racismo não é apenas o produto de preconceitos ou preconceitos individuais aprendidos, mas que o racismo está sistematicamente incorporado na sociedade americana e no sistema jurídico americano para facilitar a desigualdade racial. "
Dakota do Norte	SB 2247	13/01/2023	Assinado pelo Governador Burgum em 24/04/2023	Proíbe faculdades e universidades públicas de obrigar estudantes ou funcionários a endossar certos conceitos relacionados a raça, sexo, religião, credo, afiliação política não violenta, classe social ou classe de pessoas. As faculdades não podem perguntar a nenhum aluno ou membro do corpo docente sobre seu ponto de vista ideológico ou político.
Dakota do Norte	HB 1526	18/01/2023	Pendente, aprovado pela câmara	Proíbe escolas e faculdades públicas de ensino fundamental e médio de defender, promover, inculcar ou obrigar alunos ou funcionários a acreditar em certos conceitos relacionados a raça, cor, sexo ou origem nacional, ou que qualquer "virtude" é racista ou sexista. Os professores não podem se envolver em "aprendizagem sócio-emocional", "informar a visão de mundo de um aluno com base nas emoções" ou "ensinar a um aluno que os sentimentos íntimos do aluno são capazes de orientar a vida do aluno".
Ohio	HB 322	25/05/2021	não aprovado	Proibições que exigem que os professores "discutam eventos atuais ou questões amplamente debatidas e atualmente controversas de políticas públicas ou assuntos sociais". Exige que os professores que o fazem "explorem essas questões a partir de perspectivas diversas e conflitantes". Proibições que exigem que os estudantes se envolvam em defesa política. Proíbe financiamento privado de currículos ou formação de professores. Proíbe o ensino ou treinamento de funcionários e professores para acreditar em certos conceitos. Proíbe esses conceitos em materiais didáticos.

Ohio	HB 327	25/05/2021	não aprovado	Proíbe o ensino ou treinamento de conceitos divisivos. Proíbe o financiamento para distritos escolares em violação até que estejam em conformidade. Permite a “discussão imparcial de aspectos controversos da história”. Proíbe agências estatais (incluindo instituições de ensino superior) de oferecer "ensino, instrução ou treinamento sobre conceitos divisivos a quaisquer funcionários, contratados, membros da equipe ou qualquer outro indivíduo ou... exigir que eles adotem ou acreditem em conceitos divisivos."
Ohio	HB 616	04/04/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio de usar ou fornecer qualquer material instrucional projetado para promover certos conceitos "racistas" ou "divisivos", incluindo "teoria crítica da raça", "teoria interseccional" e o Projeto 1619. Nenhum conteúdo instrucional relacionado à orientação sexual ou identidade de gênero pode ser fornecido aos alunos do ensino fundamental ao terceiro ano, nem depois disso de uma maneira que não seja apropriada para a idade ou o desenvolvimento.
Ohio	SB 83	14/03/2023	Pendente, aprovado pelo Senado	Proíbe professores de faculdades e universidades públicas de tentarem "inculcar qualquer ponto de vista social, político ou religioso".
Ohio	HB 151	06/04/2023	Pendente	Exige que as faculdades e universidades públicas estabeleçam que "nenhum aspecto da vida na instituição, dentro ou fora da sala de aula, exija, favoreça, desfavoreça ou proíba discurso ou ação para apoiar qualquer crença política, social ou religiosa". Não pode ser obrigatório nenhum “curso de formação” relacionado com diversidade, equidade ou inclusão. O corpo docente não pode "procurar inculcar qualquer ponto de vista social, político ou religioso".
Ohio	HB 33	15/06/2023	não aprovado	Proíbe professores de faculdades e universidades públicas de tentarem "inculcar qualquer ponto de vista social, político ou religioso".

Oklahoma	HB 1775	01/02/2021	Assinada como lei pelo Governador Stitt em 07/05/21	Proíbe “treinamento ou aconselhamento obrigatório sobre gênero ou diversidade sexual” para estudantes ou “orientação ou exigência que apresente qualquer forma de estereótipo de raça ou sexo ou preconceito com base em raça ou sexo” no ensino superior. Proíbe as escolas de usar conceitos específicos em cursos.
Oklahoma	SB 803	01/02/2021	não aprovado	Proíbe as escolas de “ensinar, instruir ou treinar qualquer aluno para acreditar” em certos conceitos relacionados a raça ou sexo.
Oklahoma	SB 830	01/02/2021	não aprovado	"[Cada] agência ou departamento do estado, condado ou município ou subdivisão política será proibida de adotar uma política para promover estereótipos raciais ou sexuais ou usar bodes expiatórios”
Oklahoma	SB 614	23/02/2021	não aprovado	Proíbe faculdades e universidades públicas de endossar, promover, rebaixar ou minar intencionalmente qualquer fé religiosa ou não religiosa. Os professores não podem "endossar, favorecer ou promover o socialismo, o comunismo ou o marxismo", nem expressar ou incluir qualquer "preconceito antiamericano" ou "sentimento antiamericano".
Oklahoma	SB 588	25/02/2021	não aprovado	Estabelece os direitos dos alunos do ensino fundamental e médio a uma "educação imparcial" que não "endosse, favoreça ou promova o socialismo, o comunismo ou o marxismo e que seja livre de preconceitos antiamericanos". Estabelece o direito do aluno ao espaço da sala de aula e aos eventos escolares livres de bandeiras e outros apetrechos associados a essas ideias. Alunos e pais podem registrar uma reclamação caso esses direitos sejam violados.
Oklahoma	HB 2988	07/02/2022	não aprovado	Proíbe as escolas públicas de incluir em seus currículos o Projeto 1619 ou ideias relacionadas sobre a história da escravidão na América.
Oklahoma	SB 1141	07/02/2022	não aprovado	Impede que faculdades e universidades públicas exijam que os alunos se matriculem em qualquer curso que "aborde qualquer forma de currículo de diversidade, igualdade ou inclusão de gênero, sexual ou racial". Nenhum curso exigido como parte da especialização de um aluno pode incluir certas ideias relacionadas a raça ou sexo.

Oklahoma	SB 1174	07/02/2022	não aprovado	Impede que as escolas de ensino fundamental e médio exijam que professores de educação cívica, história e cursos semelhantes discutam "eventos atuais ou questões amplamente debatidas e atualmente controversas de políticas públicas contemporâneas ou assuntos sociais contemporâneos". Aqueles que optam por fazê-lo devem ensinar o material a partir de "perspectivas diversas e conflitantes". Impede que as escolas de ensino fundamental e médio exijam ou concedam créditos de curso por lobby, defesa de políticas públicas ou qualquer forma semelhante de ativismo político.
Oklahoma	SB 1250	07/02/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de conceder créditos de curso para atividades políticas, como assistência no recenseamento eleitoral. Os professores não podem ser obrigados a discutir um "evento específico atual ou uma questão amplamente debatida e atualmente controversa de políticas públicas ou assuntos sociais".
Oklahoma	SB 1401	07/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e faculdades técnicas e júnior de empregar ou contratar qualquer indivíduo que "apresente e ensine coisas relacionadas à Teoria Crítica da Raça".
Oklahoma	SB 1072	06/02/2023	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e faculdades públicas e privadas de se envolverem na "preparação" de um menor, definido no projeto de lei como "o ato deliberado de trazer uma criança para uma ideologia, prática, culto ou estilo de vida sexual, político ou racial sem o conhecimento ou consentimento dos seus pais com o objetivo de isolar a criança da sua família para que terceiros possam abusar dela e manipulá-la."
Oklahoma	SB 20	06/02/2023	Pendente	Impede que as escolas de ensino fundamental e médio exijam que professores de educação cívica, história e cursos semelhantes discutam "eventos atuais ou questões amplamente debatidas e atualmente controversas de políticas públicas contemporâneas ou assuntos sociais contemporâneos". Aqueles que optam por fazê-lo devem ensinar o material a partir de "perspectivas diversas e conflitantes". Impede que as escolas de ensino fundamental e médio exijam ou concedam créditos de curso por lobby, defesa de políticas públicas ou qualquer forma semelhante de ativismo político.

Oklahoma	SB 348	06/02/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio, faculdades e outros órgãos públicos e subdivisões políticas de adotar uma política ou material de treinamento que promova certas ideias relacionadas a raça ou sexo.
Oklahoma	SB 933	06/02/2023	Pendente	Altera o HB 1775 para proibir as escolas de ensino fundamental e médio de obrigar a adoção ou afirmação de uma lista de certos conceitos, aos quais são adicionados as categorias etnia e origem nacional. Adiciona penalidades explicitamente.
Oklahoma	SB 935	06/02/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas e privadas credenciadas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover a "teoria crítica da raça" ou certas ideias relacionadas a raça, sexo ou outras classes de pessoas. Reconhece o "humanismo secular" como uma religião para os efeitos da Primeira Emenda, proibindo assim qualquer agência pública de promover os seus princípios ou obrigar a sua adoção ou afirmação. Ações judiciais contra distritos escolares que se acredita terem violado este projeto de lei podem ser movidas pelos pais dos alunos ou por qualquer contribuinte do estado.
Oregon	HB 2430	09/01/2023	não aprovado	Proíbe o ensino fundamental e médio e universidades públicas de exigir ou obrigar um aluno a adotar, afirmar, "declarar ou de qualquer forma agir de acordo com" a crença em certos conceitos relacionados a raça, etnia, cor, sexo, gênero, religião ou origem nacional. As universidades públicas não podem gastar dinheiro público para apoiar tal exigência ou compulsão.
Oregon	HB 2475	09/01/2023	não aprovado	Proíbe o ensino fundamental e médio e universidades públicas de exigir ou obrigar um aluno a adotar, afirmar, "declarar ou de qualquer forma agir de acordo com" a crença em certos conceitos relacionados a raça, etnia, cor, sexo, gênero, religião ou origem nacional.

Pennsylvania	HB 1532	07/06/2021	não aprovado	Proíbe comunicações de agências estaduais, distritos escolares ou universidades públicas que “adotem, expressem ou promovam qualquer conceito racista ou sexista”. Proíbe punição para funcionários públicos, empreiteiros ou estudantes por “recusa em apoiar um conceito racista ou sexista”. Proíbe professores e professores de "ensinar, defender ou encorajar a adoção de um conceito racista ou sexista ao instruir os alunos". Proíbe escolas e universidades de "hospedar, pagar ou fornecer um local para um palestrante que defenda ou promova qualquer conceito racista ou sexista". Proíbe os empreiteiros de participarem de treinamento no local de trabalho que ensine tais conceitos.
Pennsylvania	HB 2521	18/04/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio, seus funcionários ou palestrantes convidados de obrigar qualquer indivíduo a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a idade, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, raça, credo, cor, estado civil, situação familiar, deficiência mental ou física, religião ou origem nacional, nem penalizar qualquer indivíduo por "uma recusa em se envolver em doutrinação proibida".
Rhode Island	H 6070	03/03/2021	não aprovado	Determina que todos os "contratos, bolsas e programas de treinamento estaduais e municipais... incluam disposições que proíbam o ensino de conceitos divisivos e... proíbam fazer qualquer indivíduo sentir desconforto, culpa, angústia ou qualquer outra forma de sofrimento psicológico por causa de sua raça ou sexo".

Rhode Island	HB 7539	18/02/2022	não aprovado	<p>Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos certas ideias relacionadas a raça, cor, origem nacional, religião, deficiência ou sexo. Proíbe-os de usar estereótipos de raça ou gênero "em qualquer parte do currículo ou instrução escolar.... Termos como "supremacia", "culpa racial", "fragilidade racial" e outros insultos raciais ou termos usados para expressar opiniões negativas em indivíduos com base em raça, etnia, gênero ou religião" não podem ser incluídos nos currículos. Nenhum material de sala de aula pode retratar "grupos de identidade" como vítimas ou opressores. A história será ensinada usando "os padrões, costumes e tradições em uso na época do evento histórico". A instrução não pode centrar-se na história, literatura ou contribuições culturais de grupos de identidade individuais, nem pode centrar-se em "qualquer raça, etnia, gênero, religião ou ponto de vista". Proíbe o uso do Projeto 1619. A educação sexual não deve explorar preferências sexuais, disforia de gênero ou estilos de vida sexuais. Proíbe o uso de pronomes que se refiram a um gênero diferente do sexo biológico da criança.</p>
Rhode Island	H 5739	21/02/2023	Pendente	<p>Proíbe as escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos certas ideias relacionadas a raça ou sexo. As escolas não podem adotar qualquer material instrucional que retrate "grupos de identidade" como opressores ou vítimas, nem qualquer material que se concentre ou se centre exclusivamente na "história, literatura, eventos atuais ou contribuições culturais de grupos de identidade individuais." Livros e materiais instrucionais não podem centrar qualquer raça, etnia, gênero, religião ou ponto de vista.</p>
Carolina do Sul	H 4100	16/03/2021	Assinado como lei pelo governador McMaster em 25/06/21	<p>Determina que os fundos não devem ser usados pelas escolas públicas "para fornecer instrução, ensinar ou treinar qualquer administrador, professor, membro da equipe ou funcionário para adotar ou acreditar, ou aprovar para uso, fazer uso ou transportar padrões, currículos, planos de aula, livros didáticos, materiais instrucionais ou práticas instrucionais que servem para inculcar" certos conceitos.</p>

Carolina do Sul	H 4325	04/05/2021	não aprovado	Proíbe escolas públicas e instituições de ensino superior de "dirigir ou de outra forma obrigar os alunos a afirmar, adotar ou aderir pessoalmente aos princípios da teoria crítica da raça; ou introduzir um curso de instrução ou unidade de estudo" para fazer tal.
Carolina do Sul	H 4343	05/05/2021	não aprovado	Determina que os sites das escolas "forneçam uma lista detalhada de materiais instrucionais e currículos usados na escola". Proíbe as escolas de "obrigar os alunos a afirmar, adotar ou aderir pessoalmente" a princípios específicos. "Um aluno, administrador, professor, membro da equipe, outro funcionário da escola ou do distrito ou voluntário não pode ser obrigado a se envolver em qualquer forma de treinamento ou aconselhamento obrigatório sobre gênero e diversidade sexual... ou a criar ou participar de um desenvolvimento profissional, treinamento ou um curso que inclua" conceitos específicos. Impede as escolas de ensinar ou usar o Projeto 1619.
Carolina do Sul	H 4392	13/05/2021	não aprovado	Proibições que exigem ou dão crédito ao curso por lobby ou defesa de políticas públicas por parte dos estudantes. Proíbe financiamento privado para currículo ou desenvolvimento profissional para "cursos de história, educação cívica, governo e política dos EUA, estudos sociais ou áreas semelhantes". Impede que os professores sejam obrigados a "afirmar uma crença em qualquer coisa caracterizada como a natureza sistêmica do racismo... ou em qualquer coisa caracterizada como a multiplicidade ou fluidez das identidades de gênero". Proíbe agências estaduais e escolas de se envolverem no ensino, instrução ou treinamento em certos conceitos, ou de usar currículo ou instrução para inculcar conceitos específicos.
Carolina do Sul	H 4605	11/01/2022	não aprovado	Proíbe qualquer entidade financiada pelo Estado de promover, envolver ou tratar indivíduos de acordo com certos conceitos discriminatórios. Impede os educadores de sugerir ou exigir a conclusão de qualquer "instrução, apresentação, discussão ou aconselhamento" que afirme os conceitos discriminatórios. Proíbe os educadores de submeter menores a certos "tópicos controversos e inadequados à idade" e regula a maneira como o ensino pode ser conduzido.

Carolina do Sul	SB 982	12/01/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas à raça, etnia, cor, religião ou origem nacional. Proíbe a contratação de terceiros para fornecer instruções que promovam qualquer uma dessas ideias. Exige que as escolas tornem todo o material curricular acessível para revisão.
Carolina do Sul	HB 4799	13/01/2022	não aprovado	Proíbe o ensino de escolas e faculdades de ensino fundamental e médio, inclusive nos currículos, ou de obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas ideias sobre a história, raça, sexo ou outras características americanas. Estas instituições também estão proibidas de exigir ou incentivar os funcionários a participarem de workshops ou treinamentos onde tais ideias sejam promovidas. Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover o Projeto 1619.
Carolina do Sul	HB 5150 (Part 1B, Sec. 1.93)	08/03/2022	Assinada como lei pelo Governador em 22/06/2022	Proíbe os distritos escolares públicos de ensino fundamental e médio de gastar quaisquer fundos alocados pelo Departamento de Educação para instruir ou treinar qualquer aluno ou funcionário a adotar ou acreditar em certas ideias relacionadas a raça ou sexo. As escolas não podem usar esses fundos para fazer uso de currículos, planos de aula, livros didáticos ou materiais instrucionais que “servem para inculcar” essas ideias.
Carolina do Sul	HB 5183	30/03/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover em seus materiais de instrução ou de desenvolvimento profissional certas ideias relacionadas a raça, sexo, etnia, religião, cor ou origem nacional. Proíbe qualquer instrução que "crie uma narrativa" conectando os Estados Unidos ou sua fundação à "opressão".
Carolina do Sul	S 246	30/11/2022	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e universidades de usar qualquer instrução ou currículo em sala de aula, a fim de "doutrinar ou persuadir" qualquer aluno a adotar certos conceitos relacionados a raça ou gênero.

Carolina do Sul	HB 3464	10/01/2023	Pendente	Proíbe escolas e faculdades públicas de ensino fundamental e médio de dirigir, obrigar ou introduzir um curso de instrução que oriente ou obrigue um aluno a adotar ou afirmar "os princípios da Teoria Crítica da Raça", definidos como certos conceitos relacionados a sexo, raça, etnia, religião, cor e origem nacional.
Carolina do Sul	HB 3466	10/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de orientar ou obrigar os alunos a adotar ou afirmar certos conceitos relacionados a sexo, raça, etnia, cor ou origem nacional, nem fazer qualquer distinção ou classificação de alunos com base em raça ou cor. Os professores podem não ser obrigados a frequentar qualquer formação de desenvolvimento profissional que inclua certos conceitos relacionados com raça ou sexo.
Carolina do Sul	SB 3304	10/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover certos conceitos relacionados a raça, sexo, etnia, cor ou origem nacional. Os alunos e funcionários podem não ser obrigados a participar de qualquer treinamento sobre diversidade de gênero ou sexual. As escolas estão proibidas de usar qualquer instrução ou material instrucional que "crie uma narrativa de que os Estados Unidos foram fundados com o propósito de opressão, que a Revolução Americana foi travada com o propósito de proteger a opressão ou que a história dos Estados Unidos é uma história definida pela opressão".
Carolina do Sul	H 3728	18/01/2023	Pendente aprovado pelo Senado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir, promover ou convencer a crença em certas ideias relacionadas a raça, sexo, etnia, cor ou origem nacional.
Carolina do Sul	HB 3779	24/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir em seu currículo de história qualquer instrução relacionada a proprietários de escravos.

Carolina do Sul	HB 3827/S B 424	26/01/2023	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e faculdades públicas e privadas de incluir, promover ou convencer a crença em certos conceitos relacionados a raça, etnia, cor, sexo biológico, orientação sexual, origem nacional, herança, cultura, religião ou crença política, também como ideias relacionadas à construção social da raça, preconceitos inconscientes ou implícitos e uso de pronomes. As escolas e faculdades não podem promover ensino que "distorça materialmente ou deturpe fatos históricos verificáveis" ou que "ensine ideias teóricas ou afirmações não corroboradas como factuais". Estas instituições também não podem sujeitar os menores a qualquer material (por exemplo, na sala de aula, biblioteca, feira do livro, etc.) que contenha qualquer material sexualmente explícito ou obsceno em qualquer quantidade ou contexto, ou que faça referência a "conceitos ou instruções sobre atividade sexual, orientação sexual, teoria de gênero, identidade de gênero, multiplicidade de gênero ou expressão de gênero" antes do 9º ano.
Carolina do Sul	HB 4300 (Part 1B, Sec. 1.82)	19/04/2023	Assinado como lei pelo governad or McMaste r em 20/06/20 23	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de usar quaisquer fundos estaduais para fornecer instruções sobre certos conceitos relacionados a raça ou sexo.
Carolina do Sul	S 945	05/04/2022	não aprovado	Este projeto de lei é substancialmente semelhante (embora não idêntico) ao HB 5183. Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover em seus materiais de instrução ou de desenvolvimento profissional certas ideias relacionadas a raça, sexo, etnia, religião, cor ou origem nacional. Proíbe qualquer instrução que "crie uma narrativa" conectando os Estados Unidos ou sua fundação à "opressão".
Dakota do Sul	HB 1157	28/01/2021	não aprovado	Proíbe o ensino em escolas públicas que promova ou defenda certos conceitos ou ideias relacionados à "raça, gênero, filiação política, classe social ou grupo identificável de pessoas" ou que seja "projetado principalmente para estudantes de um determinado grupo étnico".

Dakota do Sul	HB 1158	28/01/2021	não aprovado	Proíbe “quaisquer materiais ou quaisquer atividades associadas aos esforços para reformular a história deste país de uma forma que promova a divisão racial e substitua a compreensão histórica pela ideologia”, incluindo o Projeto 1619.
Dakota do Sul	HB 1012	11/01/2022	Assinada como lei pelo Governador Noem em 21/03/2022	Proíbe as faculdades públicas de obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a raça, sexo e outras características, e de exigir que os alunos ou funcionários participem de qualquer treinamento ou orientação que ensine essas ideias.
Dakota do Sul	HB 1337	02/02/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos ou treinamento de funcionários qualquer conteúdo que promova certas ideias relacionadas a raça, cor, religião, sexo, etnia, origem nacional ou história dos EUA.
Dakota do Sul	HB 1309	04/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e faculdades públicas de solicitar de indivíduos, como condição de admissão, emprego, retenção, promoção ou estabilidade, seu compromisso com certas ideias relacionadas à diversidade, racismo, gênero, sexualidade ou sociedade americana.
Tennessee	HB 571/SB 603	08/03/2023	Pendente	Proíbe faculdades, universidades e escolas médicas públicas que oferecem cursos relacionados à saúde de exigir que os alunos "estudem ou sigam as ideologias do DEI", definido como "um esforço para promover a diversidade racial em um aspecto de um programa acadêmico relacionado à saúde; uma referência a diferenças de grupo dentro de um determinado ambiente ao longo de linhas culturais, étnicas, de gênero, identidade de gênero, origem nacional, raça, religião ou orientação sexual; e promulgar políticas, práticas e procedimentos projetados ou implementados com referência a essas diferenças de grupo”.

Tennessee	HB 580	05/02/2021	Assinada como lei pelo governador Lee em 25/05/21	Proíbe as escolas públicas de incluir ou promover certos conceitos no currículo. Permite a “discussão imparcial de aspectos controversos da história”. Obriga a retenção de pelo menos uma parte dos fundos estaduais para escolas que não estejam em conformidade.
Tennessee	HB 2313/SB 2298	01/02/2022	não aprovado	Proíbe qualquer indivíduo, organização ou associação que receba isenção de impostos sob a lei federal, seja uma organização sem fins lucrativos ou que receba financiamento do estado de exigir que "um indivíduo, funcionário ou candidato a emprego conclua ou participe de treinamento, orientação, ou qualquer outro programa instrucional ou informativo que promova" certas ideias relacionadas com raça ou sexo.
Tennessee	HB 2417/SB 2283	01/02/2022	não aprovado	Impede que faculdades e universidades públicas exijam que professores ou alunos discutam questões de políticas públicas, nem adotem ou afirmem certas ideias relacionadas à raça, etnia, cor ou origem nacional.
Tennessee	HB2670/SB 2290	01/02/2022	Assinada como lei pelo Governador Lee em 08/04/2022	Proíbe faculdades e universidades públicas de incluir certas ideias relacionadas a raça e sexo em quaisquer “seminários, workshops, treinamentos e orientações”. As iniciativas de diversidade no campus devem incluir a promoção da diversidade intelectual.
Tennessee	HB 2673/SB 2684	02/02/2022	Assinada como lei pelo governador Lee em 25/05/2022	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir em suas instruções quaisquer "conceitos anti-semitas".

Texas	HB 178	08/07/2021	não aprovado	Requer a publicação online de descrições de todos os materiais didáticos. Expande as proibições dos cursos de estudos sociais para todos os cursos de ensino fundamental e médio. Proíbe os professores de exigirem elementos do curso que “servem para inculcar” certos conceitos. Proíbe funcionários de agências estaduais e distritos escolares de ensinar esses conceitos a outros funcionários.
Texas	HB 28	06/08/2021	não aprovado	Requer a publicação online de descrições de todos os materiais didáticos. Expande as proibições dos cursos de estudos sociais para todos os cursos de ensino fundamental e médio. Proíbe os professores de exigirem elementos do curso que “servem para inculcar” certos conceitos. Proíbe funcionários de agências estaduais e distritos escolares de ensinar esses conceitos a outros funcionários.
Texas	HB 40	06/08/2021	não aprovado	Impede as agências estatais de obrigar, instruir ou inculcar em qualquer indivíduo certas ideias relacionadas à raça ou à "história revisionista".
Texas	SB 3	09/08/2021	Assinada como lei pelo Governador Abbott em 17/09/21	Esta lei substituiu HB 3979. Cria programa de treinamento cívico para professores e administradores. Exige que os pais recebam credenciais de login para materiais de instrução on-line. Proíbe os professores de serem "obrigados a discutir um determinado evento atual ou uma questão amplamente debatida e atualmente controversa de políticas públicas ou assuntos sociais". Impede que escolas e agências estaduais incluam certos conceitos como parte de um curso. Proíbe ensinar, treinar ou instruir funcionários sobre esses conceitos. Proíbe escolas e agências estaduais de exigirem a compreensão do Projeto 1619. Proíbe financiamento privado para currículo ou desenvolvimento profissional.

Texas	HB 1006	13/12/2022	Pendente	Exige que as universidades públicas desenvolvam uma política que proíba "o endosso, dissuasão ou interferência em qualquer estilo de vida, raça, sexo, religião ou cultura". A política também deve proibir qualquer escritório que financie, promova, patrocine ou apoie a diversidade, a equidade ou a inclusão além do necessário para defender a 14ª Emenda da Constituição.
Texas	HB 1033	19/12/2022	Pendente	Proíbe escolas e universidades públicas de ensino fundamental e médio de exigir ou contratar qualquer organização que exija que qualquer pessoa receba ou participe de um treinamento, identifique um compromisso ou faça uma declaração de crença pessoal apoiando qualquer partidização, política ou ideológica específica conjunto de crenças, incluindo uma ideologia ou movimento que promova o tratamento diferenciado de qualquer indivíduo ou grupo com base na raça ou etnia, incluindo iniciativas relacionadas à diversidade, equidade e inclusão ou que afirmem que uma instituição que defende a igualdade de proteção perante a lei é racista, opressivo ou injusto.
Texas	HB 1607	25/01/2023	Pendente	Proíbe faculdades e universidades públicas de promover certas ideias relacionadas a raça, sexo e história americana.
Texas	HB 1804	30/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de adotarem qualquer material instrucional que inclua certas ideias relacionadas a raça ou sexo. O material instrucional deve "apresentar aspectos positivos dos Estados Unidos e sua herança, e não deve "encorajar estilos de vida que se desviem dos padrões geralmente aceitos da sociedade".
Texas	HB 4252	08/03/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de exigir ou fazer parte de um curso "ensino sobre ideologias da supremacia branca, incluindo a grande teoria da substituição, a menos que essas ideologias sejam discutidas no contexto histórico e sociológico apropriado".
Texas	SB 16	10/03/2023	Pendente	Proíbe professores de faculdades e universidades públicas de obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas crenças relacionadas à raça, sexo ou etnia ou crenças sociais, políticas ou religiosas.

Utah	SB 257	25/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas e faculdades de ensino fundamental e médio de promoverem ou obrigarem a crença ou afirmação de certas ideias relacionadas a raça, etnia, sexo, religião, origem nacional ou afiliação política, nem de incluir em seu ensino quaisquer materiais curriculares que promovam tais ideias. Nenhum dinheiro externo pode ser usado para desenvolver material curricular "relacionado à promoção" de tais ideias. Proibições semelhantes aplicam-se à formação profissional de funcionários públicos.
Utah	HB 427	10/02/2023	Assinada como lei pelo Governador Cox em 15/03/2023	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de adotarem qualquer instrução ou material curricular que inclua certas ideias relacionadas a raça, cor, origem nacional, religião, deficiência ou sexo.
Utah	HB 428	10/02/2023	não aprovado	Proíbe os empregadores, incluindo escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, faculdades e universidades, de exigir como condição de emprego, credenciamento ou aprovação em um exame que os indivíduos sejam submetidos a qualquer instrução ou treinamento que promova ou defenda certas ideias relacionadas à raça, cor, sexo ou origem nacional.
Utah	HB 451	23/02/2023	não aprovado	Proíbe escolas, faculdades ou universidades públicas de ensino fundamental e médio de exigir, solicitar ou considerar uma declaração relacionada à diversidade, equidade e inclusão, anti-racismo, preconceito implícito ou teoria crítica da raça de um indivíduo como condição para se formar em uma instituição ou programa acadêmico.
Utah	HB 441	03/03/2023	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e seus funcionários de "incentivar um aluno a desenvolver preconceito com base em raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, origem nacional, crenças políticas ou doutrina religiosa", defendendo ou promovendo "questões controversas", afirmando uma crença pessoal como um fato e apresentando os fatos "de maneira tendenciosa".

Virginia	Emenda 99 a lei SB 7001	04/08/2021	Proposta de alteração ao projeto de lei, descartada	Impede os distritos escolares de ensinar, treinar ou promover certas ideias sobre raça, história dos EUA ou capitalismo.
Virginia	HB 787	11/01/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de instruir alunos ou funcionários sobre certos conceitos relacionados a raça ou sexo.
Virginia	HB 1068/SB 570	12/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos certas ideias relacionadas a raça, sexo e religião.
Virginia	HB 1126	12/01/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de ensinar ou promover a qualquer aluno ou funcionário certas ideias relacionadas à raça, ao capitalismo e aos Estados Unidos.
Virginia	HB 781	12/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir nos currículos ou instruir alunos ou funcionários a acreditar ou afirmar certas ideias relacionadas a raça, religião, etnia, sexo ou aos Estados Unidos. As escolas são obrigadas a publicar materiais instrucionais online para revisão pública.
Virginia	HB 977	12/01/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de ensinar, treinar ou promover a alunos ou funcionários certas ideias relacionadas à raça, religião, capitalismo ou aos Estados Unidos.
Virginia	Emenda a lei SB 29/HB 29	20/02/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos certas ideias relacionadas à raça, cor da pele, etnia, sexo ou fé.

Washington	HB 1807	06/01/2022	não aprovado	Regula como as escolas de ensino fundamental e médio instruem os alunos em cursos cívicos. Os professores de tais cursos não podem ser obrigados a incluir material derivado do Projeto 1619, "Como ser um anti-racista" de Ibram Kendi ou qualquer coisa relacionada à "Teoria Crítica da Raça". Proíbe as escolas de exigir que os funcionários participem de desenvolvimento profissional ou treinamentos que incluam certas ideias relacionadas a raça, sexo e história dos EUA.
Washington	HB 1886	11/01/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de fornecer qualquer instrução sobre certas ideias relacionadas a raça, sexo e aos Estados Unidos.
West Virginia	HB 2595	18/02/2021	não aprovado	Proíbe os empreiteiros de inculcar nos funcionários estereótipos raciais ou sexuais ou usar bodes expiatórios. Proíbe o uso de conceitos divisivos nas escolas. Proíbe financiamento para agências estatais que promovem conceitos divisivos.
West Virginia	SB 618	10/03/2021	não aprovado	Proíbe as escolas públicas de ensinar, instruir ou treinar alunos para acreditarem em certos conceitos relacionados a raça ou sexo.
West Virginia	SB 182	12/01/2022	não aprovado	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de "ensinar, instruir ou treinar qualquer aluno para acreditar" em certas ideias relacionadas a raça ou sexo.
West Virginia	SB 45	12/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio, agências estaduais e empreiteiros estaduais de usar materiais que promovam certas ideias relacionadas a raça ou sexo.
West Virginia	SB 498	28/01/2022	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e faculdades públicas de incluir ou exigir dos alunos a adoção ou afirmação de certos conceitos relacionados a raça, sexo ou etnia.
West Virginia	HB 4011	01/02/2022	não aprovado	Impede as escolas de ensino fundamental e médio de promover ou endossar quaisquer estereótipos baseados em "raça, sexo, etnia, religião ou origem nacional". Proíbe as escolas de obrigar funcionários ou professores a afirmar ou adotar certas ideias relacionadas a raça, sexo, etnia, religião ou origem nacional, nem contratar ou empregar qualquer indivíduo que promova essas ideias, a menos que a escola deixe claro que não as endossa oficialmente.

West Virginia	HB 4016	01/02/2022	não aprovado	Impede que escolas públicas de ensino fundamental e médio incluam em seus currículos certos conceitos relacionados a raça, sexo, etnia, religião ou origem nacional. Proíbe as escolas de ensinar que os alunos devem ser obrigados a reconhecer ou dirigir-se a uma pessoa de acordo com a sua identidade de gênero preferida, quando essa identidade não corresponda ao seu sexo biológico. Proíbe as escolas de incluir qualquer instrução sobre "marxismo, marxismo-leninismo, maoísmo, socialismo, comunismo, ou a chamada teoria política crítica ou teoria econômica crítica", a menos que o professor também descreva as atrocidades históricas associadas a estas ideologias e a superioridade comparativa de capitalismo. Proíbe o Projeto 1619.
West Virginia	HB 2347	11/01/2023	não aprovado	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de acreditar, promover, endossar ou "abraçar" certos conceitos relacionados a raça, sexo, etnia, religião ou origem nacional.
West Virginia	SB 130	11/01/2023	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de obrigar qualquer professor ou aluno a adotar ou afirmar certos conceitos relacionados à raça.
West Virginia	SB 33/HB 2423	11/01/2023	não aprovado	Proíbe escolas e universidades públicas de ensino fundamental e médio de promoverem "estereótipos ou bodes expiatórios de raça ou sexo" ou "atos divisivos", que o projeto de lei define por referência a certas ideias relacionadas a raça ou sexo.
West Virginia	SB 93	11/01/2023	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de "ensinar, instruir ou treinar" alunos para acreditarem em certos conceitos relacionados a raça ou sexo.
West Virginia	HB 2940	24/01/2023	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de promover ou endossar certas ideias relacionadas a "traços de caráter atribuídos a uma determinada raça, sexo, etnia, religião ou origem nacional, ou a um indivíduo por causa de sua raça, sexo, etnia, religião, ou origem nacional." Funcionários e estudantes não podem ser obrigados a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a essas categorias.

Wisconsin	SB 409/A B 413	10/06/2021	Vetado pelo Governador Evers 15/04/2022	Proíbe universidades e faculdades públicas de ensinar estereótipos raciais ou sexuais. Requer que os programas do curso sejam publicados no site da instituição. Proibições que exigem que os funcionários participem de treinamentos que promovam estereótipos raciais ou sexuais.
Wisconsin	SB 410/A B 414	10/06/2021	não aprovado	Proíbe agências ou subdivisões políticas de exigir treinamento de funcionários que "ensine, defenda, atue ou promova estereótipos raciais ou sexuais". Requer que os materiais de treinamento sejam publicados online.
Wisconsin	SB 411/A B 411	10/06/2021	Vetado pelo Governador Evers 04/02/2022	Proíbe os professores de ensinar conceitos de estereótipos raciais ou sexuais. Proíbe o treinamento obrigatório de funcionários sobre tais conceitos. Requer que os currículos sejam publicados online.
Wyoming	HB 97	11/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio, agências estaduais e subdivisões políticas de apresentar qualquer instrução ou treinamento que contenha certas ideias relacionadas a raça, etnia, sexo, cor ou origem nacional.
Wyoming	SB 103	15/02/2022	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e faculdades de oferecer instrução em "instituições e ideais americanos" que incluem "teoria crítica da raça" ou "teoria crítica", que são descritas como filosofias sociais que inflamam tensões com base em raça, sexo e outras características .
Wyoming	SF 130	18/01/2023	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de oferecer qualquer instrução ou fornecer quaisquer materiais suplementares que sejam inconsistentes com certos "princípios de liberdade individual", incluindo certas ideias relacionadas a raça, sexo, ancestralidade, religião, deficiência e status socioeconômico.
Wyoming	HB 205	24/01/2023	não aprovado	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir nos currículos ou fornecer qualquer informação sobre certas ideias relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional. Proíbe órgãos públicos de fornecer instruções semelhantes aos funcionários.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados da PEN America pelo grupo do INEU.

### APÊNDICE B - Legislações pendentes

Estado	Número da Lei	Data da introdução	Status até 01/11/2023	Descrição
Alabama	HB 7	20/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e universidades de obrigar estudantes ou funcionários a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a raça, cor, religião, sexo, etnia ou origem nacional.
Arizona	HB 2189	24/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de adotarem qualquer livro didático ou material instrucional que contenha qualquer assunto que "reflita negativamente" sobre as pessoas com base em raça, etnia, sexo, religião, deficiência, nacionalidade, orientação sexual ou identidade de gênero.
Connecticut	SB 280	18/01/2023	Pendente	Proíbe as escolas públicas de ensino fundamental e médio de adotarem um currículo que "inclua o ensino de ideologia política tendenciosa ou faça qualquer indivíduo sentir desconforto, culpa, angústia ou qualquer outra forma de sofrimento psicológico devido à raça ou sexo do indivíduo".
Florida	SB 244	24/02/2023	Pendente	Cria o direito de ação privada para estudantes, professores e professores que acreditam ter sofrido discriminação nos termos do HB 7.
Illinois	HB 2184	7/2/2023	Pendente	Impede escolas e faculdades de ensino fundamental e médio de orientar ou obrigar os alunos a afirmar ou adotar certas ideias relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem natural. Os pais, alunos e membros do público têm o direito de se opor a qualquer parte do currículo K-12 que direcione ou obrigue a afirmação ou adoção de tais ideias, e a escola deve abordar essa objeção.

Indiana	HB 1338	17/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio de promover certas ideias relacionadas a raça ou sexo. As faculdades e universidades públicas não podem exigir que os alunos participem de qualquer treinamento ou aconselhamento obrigatório sobre gênero e diversidade sexual.
Indiana	HB 1523	19/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de promover certas ideias relacionadas a sexo, raça, etnia, religião, cor ou origem nacional.
Indiana	SB 386	19/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de obrigar ou promover a crença em certos conceitos relacionados a idade, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, raça, credo, cor, estado civil, situação familiar, deficiência mental ou física, religião ou origem nacional.
Minnesota	SF 1495	9/2/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio ou instituições de ensino superior de promover, encorajar ou defender certas ideias relacionadas a raça ou sexo, nem exige que os alunos consumam qualquer mídia que defenda, incentive ou promova essas ideias.
Minnesota	HF 2019	20/02/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio, faculdades e universidades de ensinar ou promover certas ideias relacionadas a raça ou sexo, ou exigir que os alunos leiam um livro que ensine ou promova essas ideias.
Missouri	SB 158	1/12/2022	Pendente	Impede que escolas públicas de ensino fundamental e médio orientem ou obriguem estudantes ou funcionários a discutir uma questão de política pública ou a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas à raça, etnia, cor ou origem nacional.
Missouri	SB 4	1/12/2022	Pendente, aprovado pelo Senado	Proíbe que escolas de ensino fundamental e médio exijam que professores ou alunos adotem ou afirmem certos conceitos relacionados à raça, etnia, cor ou origem nacional.. Requer que o Departamento de Educação desenvolva e promova um "currículo patriótico".
Missouri	HB 165	4/1/2023	Pendente	Impede que escolas públicas de ensino fundamental e médio incluam em uma orientação obrigatória qualquer "estereótipo de raça ou sexo". Nenhum aluno de qualquer escola pública será obrigado a participar em qualquer forma de formação ou aconselhamento obrigatório sobre gênero e diversidade sexual.

Missouri	HB 482	4/1/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de orientar ou obrigar qualquer aluno ou professor a adotar ou afirmar uma ideia que viole a Lei dos Direitos Civis, incluindo certos conceitos relacionados à raça, etnia, cor ou origem nacional.
Missouri	HB 627	4/1/2023	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de obrigar professores ou alunos a adotar ou afirmar qualquer ideia "que viole o Título IV ou Título VI da Lei federal dos Direitos Civis de 1964", incluindo certos conceitos relacionados à raça, etnia, cor ou origem nacional.
Missouri	HB 75	4/1/2023	Pendente	Proíbe escolas ou faculdades públicas de ensino fundamental e médio de exigir ou fazer parte de um curso certos conceitos relacionados a raça ou sexo.
Missouri	SB 172	4/1/2023	Pendente	Proíbe as escolas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover como parte de seus currículos certas ideias relacionadas a raça ou sexo.
Missouri	SB 410	4/1/2023	Pendente	Proíbe faculdades e universidades públicas e privadas que recebam financiamento estatal, de exigir que os alunos concordem ou respondam a perguntas relacionadas ao "anti-racismo, preconceito implícito, equidade na saúde e quaisquer outras instruções relacionadas ou que promovam tratamento diferenciado com base na raça, gênero, religião, etnia e preferência sexual".
Missouri	SB 42	4/1/2023	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de incluir em seus currículos o Projeto 1619, "teoria crítica da raça" ou "quaisquer conceitos sucessores ou teorias substancialmente semelhantes" a eles, ou certos conceitos relacionados a raça ou sexo. Os professores não podem exigir que os alunos participem em qualquer lobby ou ativismo político, nem as escolas podem exigir que os professores discutam temas atualmente controversos ou questões de políticas públicas.
Missouri	SB 451	4/1/2023	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de obrigar professores ou alunos a adotar ou afirmar qualquer ideia "que viole o Título IV ou Título VI da Lei federal dos Direitos Civis de 1964", incluindo certos conceitos relacionados à raça, etnia, cor ou origem nacional.
Montana	SB 235	30/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir em seu ensino de ciências quaisquer "teorias científicas". As escolas só podem oferecer instrução sobre "fatos científicos", definidos no projeto de lei como "uma observação indiscutível e repetível de um fenômeno natural".

Nebraska	LB 374	12/1/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de obrigar qualquer professor ou aluno a adotar, afirmar ou professar qualquer ideia "que viole o Título IV ou o Título VI da Lei federal dos Direitos Cívicos de 1964", incluindo certos conceitos relacionados à raça, etnia, cor ou origem nacional.
Nova Jersey	A3647/A6140/SB664	11/1/2022	Pendente	Proíbe os empregadores públicos de exigir que qualquer funcionário conclua um programa de treinamento que incentive a adoção de certas ideias relacionadas a raça, sexo e outras identidades.
Nova Jersey	SB 598/A783	12/1/2022	Pendente	Proíbe as escolas públicas de incluir certos conceitos em seu ensino, exceto quando os conceitos se referem a eventos ou documentos históricos específicos. Proíbe os professores de "endossar, apoiar ou se opor" a qualquer candidato político, política ou decisão judicial. Exige que os professores apenas discutam uma questão incluída na plataforma de um partido político quando for pertinente à matéria que está sendo ensinada, caso em que a questão deve ser apresentada de forma imparcial e apartidária.
New Jersey	S 2685	19/05/2022	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de promover ou usar materiais que promovam "conceitos relacionados à teoria crítica da raça", incluindo certas ideias relacionadas a raça ou sexo. Cria uma linha direta para ser usada pelos pais para notificar o estado sobre qualquer violação.
Carolina do Norte	H 187	23/02/2023	Pendente, aprovado pela Câmara	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de obrigar alunos ou funcionários a adotar ou afirmar certas ideias relacionadas a raça ou sexo.
Dakota do Norte	HB 1526	18/01/2023	Pendente, aprovado pelo Câmara	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e faculdades públicas de defender, promover, inculcar ou obrigar alunos ou funcionários a acreditar em certos conceitos relacionados a raça, cor, sexo ou origem nacional. Os professores não podem se envolver em "aprendizagem sócio-emocional", "informar a visão de mundo de um aluno com base nas emoções" ou "ensinar a um aluno que os sentimentos íntimos do aluno são capazes de orientar a vida do aluno".

Ohio	SB 83	14/03/2023	Pendente, aprovado pelo Senado	Proíbe professores de faculdades e universidades públicas de tentarem "inculcar qualquer ponto de vista social, político ou religioso".
Ohio	HB 151	6/4/2023	Pendente	Exige que as faculdades e universidades públicas estabeleçam que "nenhum aspecto da vida na instituição, dentro ou fora da sala de aula, exija, favoreça, desfavoreça ou proíba discurso ou ação para apoiar qualquer crença política, social ou religiosa".
Oklahoma	SB 1072	06/02/2023	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e faculdades públicas e privadas de se envolverem na "preparação" de um aluno, definido no projeto de lei como "o ato deliberado de trazer uma criança para uma ideologia, prática, culto ou estilo de vida sexual, político ou racial sem o conhecimento ou consentimento dos seus pais com o objetivo de isolar a criança da sua família para que terceiros possam abusar dela e manipulá-la."
Oklahoma	SB 20	06/02/2023	Pendente	Impede que as escolas de ensino fundamental e médio exijam que professores de educação cívica, história e cursos semelhantes discutam "eventos atuais ou questões amplamente debatidas e atualmente controversas de políticas públicas contemporâneas ou assuntos sociais contemporâneos". Aqueles que optam por fazê-lo devem ensinar o material a partir de "perspectivas diversas e conflitantes".
Oklahoma	SB 348	06/02/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio, faculdades e outros órgãos públicos e subdivisões políticas de adotar uma política ou material de treinamento que promova certas ideias relacionadas a raça ou sexo.
Oklahoma	SB 933	06/02/2023	Pendente	Altera o HB 1775 para proibir as escolas de ensino fundamental e médio de obrigar a adoção ou afirmação de uma lista de certos conceitos, aos quais são adicionados as categorias etnia e origem nacional.

Oklahoma	SB 935	06/02/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas e privadas credenciadas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover a "teoria crítica da raça" ou certas ideias relacionadas a raça, sexo ou outras classes de pessoas. Ações judiciais contra distritos escolares que se acredita terem violado este projeto de lei podem ser movidas pelos pais dos alunos ou por qualquer contribuinte do estado.
Carolina do Sul	S 246	30/11/2022	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio e universidades de usar qualquer instrução ou currículo em sala de aula, a fim de "doutrinar ou persuadir" qualquer aluno a adotar certos conceitos relacionados a raça ou gênero.
Carolina do Sul	HB 3464	10/1/2023	Pendente	Proíbe escolas e faculdades públicas de ensino fundamental e médio de dirigir, obrigar ou introduzir um curso de instrução que oriente ou obrigue um aluno a adotar ou afirmar "os princípios da Teoria Crítica da Raça", definidos como certos conceitos relacionados a sexo, raça, etnia, religião, cor e origem nacional.
Carolina do Sul	HB 3466	10/1/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de orientar ou obrigar os alunos a adotar ou afirmar certos conceitos relacionados a sexo, raça, etnia, cor ou origem nacional, nem fazer qualquer distinção ou classificação de alunos com base em raça ou cor.
Carolina do Sul	SB 3304	10/1/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir ou promover certos conceitos relacionados a raça, sexo, etnia, cor ou origem nacional. As escolas estão proibidas de usar qualquer instrução ou material instrucional que "crie uma narrativa de que os Estados Unidos foram fundados com o propósito de opressão, que a Revolução Americana foi travada com o propósito de proteger a opressão ou que a história dos Estados Unidos é uma história definida pela opressão ."
Carolina do Sul	H 3728	18/01/2023	Pendente, aprovado pelo Senado.	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir, promover ou convencer a crença em certas ideias relacionadas a raça, sexo, etnia, cor ou origem nacional.
Carolina do Sul	HB 3779	24/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de incluir em seu currículo de história qualquer instrução relacionada a proprietários de escravos.

Carolina do Sul	HB 3827/SB 424	26/01/2023	Pendente	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio e faculdades públicas e privadas de incluir, promover ou convencer a crença em certos conceitos relacionados a raça, etnia, cor, sexo biológico, orientação sexual, origem nacional, herança, cultura, religião ou crença política, também como ideias relacionadas à construção social da raça, preconceitos inconscientes ou implícitos e uso de pronomes. As escolas e faculdades não podem promover ensino que "distorça materialmente ou deturpe fatos históricos verificáveis" ou que "ensine ideias teóricas ou afirmações não corroboradas como factuais".
Tennessee	HB 571/SB 603	8/3/2023	Pendente	Proíbe faculdades, universidades e escolas médicas públicas que oferecem cursos relacionados à saúde de exigir que os alunos "estudem ou sigam as ideologias do DEI", definido como "um esforço para promover a diversidade racial em um aspecto de um programa acadêmico relacionado à saúde; uma referência a diferenças de grupo dentro de um determinado ambiente ao longo de linhas culturais, étnicas, de gênero, identidade de gênero, origem nacional, raça, religião ou orientação sexual; e promulgar políticas, práticas e procedimentos projetados ou implementados com referência a essas diferenças de grupo".
Texas	HB 1006	13/12/2022	Pendente	Exige que as universidades públicas desenvolvam uma política que proíba "o endosso, dissuasão ou interferência em qualquer estilo de vida, raça, sexo, religião ou cultura". A política também deve proibir qualquer escritório que financie, promova, patrocine ou apoie a diversidade, a equidade ou a inclusão além do necessário para defender a 14ª Emenda da Constituição.
Texas	HB 1033	19/12/2022	Pendente	Proíbe escolas e universidades públicas de exigir ou contratar qualquer organização que exija que qualquer pessoa receba ou participe de um treinamento, identifique um compromisso ou faça uma declaração de crença pessoal apoiando qualquer partidização, política ou ideológica específica conjunto de crenças, incluindo uma ideologia ou movimento que promova o tratamento diferenciado de qualquer indivíduo ou grupo com base na raça ou etnia, incluindo iniciativas relacionadas à diversidade, equidade e inclusão ou que afirmem que uma instituição que defende a igualdade de proteção perante a lei é racista, opressivo ou injusto.
Texas	HB 1607	25/01/2023	Pendente	Proíbe faculdades e universidades públicas de promover certas ideias relacionadas a raça, sexo e história americana.

Texas	HB 1804	30/01/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de adotarem qualquer material instrucional que inclua certas ideias relacionadas a raça ou sexo. O material instrucional deve "apresentar aspectos positivos dos Estados Unidos e sua herança, se o material instrucional discutir os Estados Unidos ou sua herança" e não deve "encorajar estilos de vida que se desviem dos padrões geralmente aceitos da sociedade".
Texas	HB 4252	8/3/2023	Pendente	Proíbe escolas públicas de ensino fundamental e médio de exigir ou fazer parte de um curso "sobre ideologias da supremacia branca, incluindo a grande teoria da substituição, a menos que essas ideologias sejam discutidas no contexto histórico e sociológico apropriado".
Texas	SB 16	10/03/2023	Pendente, aprovado pelo Senado.	Proíbe professores de faculdades e universidades públicas de obrigar os alunos a adotar ou afirmar certas crenças relacionadas à raça, sexo ou etnia ou crenças sociais, políticas ou religiosas.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados da PEN America pelo grupo do INEU.

**APÊNDICE C - Quantidade de Legislações por Estado**

Estados	Total Propostas	PROPOSTAS			APROVADAS		
		2021	2022	2023	2021	2022	2023
Alabama	6	0	5	1	0	0	0
Alaska	4	0	4	0	0	0	0
Arizona	9	2	5	2	1	0	0
Arkansas	6	5	0	1	1	0	1
Colorado	1	0	1	0	0	0	0
Connecticut	2	0	1	1	0	0	0
Florida	4	0	2	2	0	0	1
Georgia	5	0	5	0	0	1	0
Idaho	2	2	0	0	1	0	0
Illinois	3	0	2	1	0	0	0
Indiana	10	0	7	3	0	0	0
Iowa	5	3	2	0	1	0	0
Kansas	4	0	4	0	0	0	0
Kentucky	6	0	6	0	0	1	0
Louisiana	3	1	2	0	0	0	0
Maine	1	0	0	1	0	0	0
Maryland	1	0	1	0	0	0	0
Michigan	2	2	0	0	0	0	0
Minnesota	4	0	2	2	0	0	0
Mississippi	11	1	9	1	0	1	0
Missouri	36	3	25	8	0	0	0
Montana	3	0	0	3	0	0	0
Nebraska	2	0	1	1	0	0	0
New Hampshire	3	2	1	0	1	0	0
New Jersey	3	0	3	0	0	0	0
New Mexico	1	0	1	0	0	0	0
New York	2	0	2	0	0	0	0
Carolina do Norte	3	2	0	1	0	0	0
Dakota do Norte	3	1	0	2	1	0	0

Ohio	6	2	1	3	0	0	0
Oklahoma	15	5	5	5	1	0	0
Oregon	2	0	0	2	0	0	0
Pennsylvania	2	1	1	0	0	0	0
Rhode Island	3	1	1	1	0	0	0
Carolina do Sul	18	4	7	7	1	1	1
Dakota do Sul	5	2	3	0	0	1	0
Tennessee	6	1	4	1	1	2	0
Texas	10	4	2	4	1	0	0
Utah	5	0	1	4	0	0	1
Virginia	7	1	6	0	0	0	0
Washington	2	0	2	0	0	0	0
West Virginia	12	2	5	5	0	0	0
Wisconsin	3	3	0	0	0	0	0
Wyoming	4	0	2	2	0	0	0
TOTAL	245	50	131	64	10	7	4

Fonte: Elaboração própria.